

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE ESTUDOS CULTURA E ETNICIDADE

ELSON LUIZ ROCHA MONTEIRO

A MAÇONARIA E A CAMPANHA ABOLICIONISTA NO PARÁ:1870-1888

BELÉM

2009



ELSON LUIZ ROCHA MONTEIRO

A MAÇONARIA E A CAMPANHA ABOLICIONISTA NO PARÁ:1870-1888

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. William Gaia de Farias.

Belém

2009

ELSON LUIZ ROCHA MONTEIRO

A MAÇONARIA E A CAMPANHA ABOLICIONISTA NO PARÁ:1870-1888.

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação,
em História, da Universidade Federal do Pará como
requisito para obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Heraldo Maués
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Aldrin Figueiredo
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. William Gaia de Farias
Universidade Federal do Pará

Belém, _____ de _____ 2009.

Aos meus pais, Edgar e Ana.

Às minhas filhas, Ana Celina e Luciana.

A Maria de Lourdes, esposa e companheira.

AGRADECIMENTOS

Muitos foram aqueles que direta ou indiretamente, colaboraram na realização desta dissertação. Para que esse agradecimento seja justo:

Um agradecimento muito especial ao Prof. Dr. William Gaia, meu orientador.

Aos meus professores do curso de mestrado.

Ao Prof. Aldrin Figueiredo por suas “dicas” valiosas.

À minha bolsista Elizângela, pela preciosa colaboração na pesquisa.

Aos veneráveis mestres das lojas maçônicas pesquisadas, pela deferência em permitir o livre acesso aos arquivos.

“Liberdade, essa palavra
que o sonho humano alimenta
que não há ninguém que explique
e ninguém que não entenda...”.

Cecília Meireles

(Romanceiro da Inconfidência, 1953)

“A Maçonaria é uma instituição essencialmente iniciática, filosófica, filantrópica, progressista e evolucionista. Proclama a prevalência do espírito sobre a matéria. Pugna pelo aperfeiçoamento moral, intelectual e social da humanidade, por meio do cumprimento inflexível do dever, da prática desinteressada da beneficência e da investigação constante da verdade. Seus fins supremos são a Liberdade, a Igualdade e a fraternidade”.

Constituição do Grande Oriente do Brasil

MONTEIRO, Elson Luiz Rocha. **A Maçonaria e a campanha abolicionista no Pará:1870-1888** — Belém: Universidade Federal do Pará. Dissertação de Mestrado em História, 2009.

RESUMO

O tema de pesquisa proposto se constitui em uma proposta inovadora, na medida em que, dentre os grupos e associações que participaram dessa luta, a Maçonaria talvez seja a menos estudada e pesquisada e, assim, com este estudo, pretendemos demonstrar que as lojas maçônicas, como outras associações, acompanhavam as mudanças que se processavam social e politicamente no país, estabelecendo uma nova cultura política que envolvia diferentes sujeitos que se encontravam na vanguarda do processo abolicionista, pugnando pela mudança das relações de produção no país. Este trabalho evoca a luta pela emancipação dos escravos defendida pelos maçons do Pará, bem como a análise do posicionamento da Maçonaria em relação ao regime imperial, como as questões básicas desta pesquisa, possibilitando redimensionar esse tema, procurando investigar as estratégias sociais desenvolvidas por esses sujeitos, através da atuação das lojas maçônicas e de alguns maçons importantes como Lauro Sodré, demonstrando seus posicionamentos políticos e suas formas de atuação. A pesquisa de jornais da época mostrou que de 1870 em diante foram fundadas associações que geralmente se aproveitavam de festas públicas para promover debates em favor da liberdade dos escravos. A metodologia trabalhada consistiu basicamente de consulta aos jornais da época e documentação de registro das lojas maçônicas, que são referenciadas ao longo deste trabalho. No período proposto, o jornal foi o principal meio de comunicação da sociedade, sendo muito utilizado por letrados e políticos que passaram a utilizar suas páginas para criticar o regime escravocrata em crise, rotulando-o de atrasado e incompatível com a modernização em curso no país.

Palavras-chave: Maçonaria, escravidão, abolicionismo, liberdade.

MONTEIRO, Elson Luiz Rocha. **A Maçonaria e a campanha abolicionista no Pará: 1870-1888** — Belém: Universidade Federal do Pará. Dissertação de Mestrado em História, 2009.

ABSTRACT

The considered subject of research constitutes in a proposal innovative, in the measure where, amongst the groups and associations that had participated of the fight for the abolition, the freemasonry to less the perhaps studied and searched e, thus, with this study, we intend to demonstrate that the lodges, with other associations, followed the changes that if processed social and politically in the country, establishing a new culture politics that involved different citizens that if found in the vanguard of the process abolitionist, fighting for the change of the relations of production in the country. This work evokes the fight for the emancipation of the slaves defended by masons of Pará, as well as the analysis of the positioning of the mason in relation to the imperial regimen, is the basic question of the research, making possible to resize this subject, being looked for to investigate the social strategies developed by these citizens, through the performance of important the lodges and of some masons as Lauro Sodré, demonstrating its positioning politicians and its forms of performance. The periodical research of the time made possible that of 1880 in ahead associations are established that generally if use to advantage of public parties to debate for the freedom of the slaves. The worked methodology basically consisted of consultation to periodicals of the time and documentation of register of the lodges that are referenced throughout this work. In the considered period, the periodical was main the media of the society, being very used by scholars and politicians who had started to use its pages to criticize the regimen enslaver in crisis, friction it of behind and incompatible with the modernization that was in course in the country.

Key-words: Freemasonry, slavery, abolitionism, freedom.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: SOBRE A MAÇONARIA	13
1.1 - AS ORIGENS DA MAÇONARIA	14
1.1.1 - A Maçonaria Operativa	14
1.1.2 - A Maçonaria Especulativa	16
1.2 – A MAÇONARIA NO BRASIL	20
1.2.1 - A Maçonaria no Pará	25
1.2.2 - A primeira loja maçônica no Pará	25
1.2.3 - A Maçonaria e a independência do Brasil	32
1.2.4 - O Grande Oriente do Brasil	33
1.3 – A MAÇONARIA E O MOVIMENTO ABOLICIONISTA	35
1.3.1 - O Abolicionismo no século XIX	37
1.3.2 - O engajamento da Maçonaria na Campanha Abolicionista	41
CAPÍTULO II: A QUESTÃO DO ABOLICIONISMO MAÇÔNICO NA IMPRENSA PARAENSE	49
2.1 – INTELECTUAIS MAÇÔNICOS E A IMPRENSA	57
2.2 – JORNAIS MAÇÔNICOS E “PROFANOS”	63
2.2.2 - O Santo Ofício	69
2.2.3 - O Filho da viúva	72
2.2.4 - O Liberal do Pará	74
2.3 - TITO FRANCO	75
2.4 - O LIBERAL DO PARÁ E SUA FACE ABOLICIONISTA	76
2.5 - SAMUEL WALLACE MAC-DOWELL	78
2.6 - LAURO SODRÉ	81
2.7 - A CAMPANHA MAÇÔNICA NOS ESTADOS DO PARÁ E AMAZONAS	83
2.7.1 – Amazonas: a Maçonaria à frente da campanha libertadora	84
2.7.2 – A libertação dos escravos em Mossoró	85
2.8 - ANTÔNIO LEMOS	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
FONTES	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109

INTRODUÇÃO

A idéia de fazer um trabalho sobre o papel da Maçonaria paraense na abolição da escravidão no Pará resultou do contato com obras e documentações que assinalam a atuação das agremiações, sociedades e grupos que participaram das campanhas abolicionistas e republicanas no fim do século XIX, que revelam experiências sociais entre grupos que se uniram no estado do Pará em prol do ideal de liberdade aos escravos, em especial voltando o olhar para a atuação das lojas maçônicas envolvidas nessa campanha.

Políticos como Lauro Sodré e Justo Chermont, bem como letrados como José Veríssimo, foram maçons que nortearam os rumos da atuação da Maçonaria paraense por essa época. A ação da Maçonaria no processo histórico referente às campanhas abolicionista e republicana não tem sido tratada pela historiografia de maneira satisfatória, deixando lacunas para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre a atuação política das lojas maçônicas do Pará neste período.

Levando-se em consideração os ideais que norteavam esses grupos, como a opção pelo liberalismo iluminista, expresso nas ações movidas pelas associações do período, tanto na campanha abolicionista quanto na republicana e, em especial, a Maçonaria, esta pesquisa busca assim contribuir para a historiografia regional.

É facilmente perceptível que a linha de atuação desses grupos era resultados do pensamento iluminista, que incentivava a luta pelos direitos naturais do homem, sendo que, para alguns grupos organizados, a escravidão simbolizava todas as forças que ameaçavam o destino natural para uma sociedade livre. Deve-se observar, porém, que a proposta dominante na época na maioria dessas sociedades era no sentido de propor uma abolição gradual, respeitando o direito de propriedade e buscando evitar a desarticulação do sistema produtivo.

O recorte selecionado abrange o período de 1870 a 1888 e se justifica por se tratar de uma época em que os grupos políticos ligados a agremiações e associações intensificam as campanhas em prol da abolição como estratégia de modernização da estrutura social. Nesse sentido, associações como as lojas maçônicas passaram a desenvolver projetos ligados à questão da emancipação dos escravos, inclusive estabelecendo normas no que se refere à proibição de os maçons possuírem escravos, por qualquer título e ainda libertar os que estivessem sob seu domínio. Esse compromisso era firmado por escrito e os infratores poderiam sofrer pena de expulsão dos quadros da Maçonaria se descumprissem-no ou requeressem qualquer medida

contra escravos, seja denunciando fugas ou esconderijos, castigando-os corporalmente ou consentindo que alguém o fizesse sob suas ordens.

Considerando que a Maçonaria é uma instituição norteadada pelos princípios do iluminismo, conforme demonstramos no primeiro capítulo, no qual desenvolvemos um histórico desta instituição, ela reconhece dentre os direitos do homem, a liberdade e a igualdade jurídica, não reconhecendo o direito de um homem sobre o outro homem, já que lema oficial da Maçonaria é LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE, que depois foi adotado pelos revolucionários franceses, já que o lema original da revolução francesa era igualdade, liberdade ou morte¹.

Consideramos que o presente tema de pesquisa proposto se constitui em uma proposta inovadora, na medida em que, dentre os grupos e associações que participaram dessa luta, a Maçonaria talvez seja a menos estudada e pesquisada e, assim, com este estudo, pretendemos demonstrar que as lojas maçônicas, com outras associações, acompanhavam as mudanças que se processavam social e politicamente no país, estabelecendo uma nova cultura política que envolvia diferentes sujeitos que se encontravam na vanguarda do processo abolicionista, pugnando pela mudança das relações de produção no país.

A luta pela emancipação dos escravos defendida pelos maçons do Pará, bem como a análise do posicionamento da Maçonaria em relação ao regime imperial, é a questão básica desta pesquisa, possibilitando redimensionar esse tema, procurando investigar as estratégias sociais desenvolvidas por esses sujeitos, através da atuação das lojas maçônicas e de alguns maçons importantes como Lauro Sodré, demonstrando seus posicionamentos políticos e suas formas de atuação.

A partir de pesquisas nos jornais da época, observamos que de 1880 em diante são fundadas associações que geralmente se aproveitam de festas públicas para debater em favor da liberdade dos escravos. O periódico “O Liberal do Pará” assinala algumas dessas associações formadas com essa finalidade, das quais participavam escritores, poetas, professores, estudantes, comerciantes, políticos e outros sujeitos que estavam ligados à campanha abolicionista como “O Club Amazônia”, “Club Tenreiro Aranha”, “Club Soares Carneiro”² e, em 1888, com a fundação da Liga Redentora da Província do Pará, que além de abolicionista, abriu espaço para o discurso republicano, assim como outras entidades fundadas nesse período, dentre as quais a “ Liga da Imprensa Paraense”, a “Sociedade Auxiliadora da Instrucção”, a “Sociedade Reação contra a

¹ CASTELLANI, José. *A Ação Secreta da Maçonaria na Política Mundial*. Landmark. São Paulo, 2002. p.17.

² O Liberal do Pará, 1884, p. 02.

Escravidão”, o “Club República das Letras”, o “Club Deus, Pátria e Liberdade” e a “Sociedade Libertadora Santarena 13 de Maio”, conforme demonstraremos no desenvolvimento do texto.

A metodologia que trabalhamos na pesquisa foi basicamente feita a partir dos estudos dos jornais da época, assim como de algumas atas de lojas maçônicas, que são referenciadas ao longo deste trabalho. No período proposto, o jornal foi o principal meio de comunicação da sociedade, sendo muito utilizado por letrados e políticos que passaram a utilizar suas páginas para criticar o regime escravocrata em crise, rotulando-o de atrasado e incompatível com a modernização que estava em curso no país.

Esses jornais, que representam documentos para a análise do período, podem ser encontrados na Biblioteca Pública Arthur Vianna. Outras fontes utilizadas nas pesquisas foram as atas de reuniões das lojas maçônicas já estabelecidas àquela época no Pará, como as Lojas: “Harmonia e Fraternidade”, “Firmeza e Humanidade”, “Renascença” e “Aurora”. Outras fontes utilizadas foram as atas e relatórios encontradas no Fundo Legislativo do Arquivo Público do Pará, que possibilitaram analisar o ambiente de conflito em que atuavam figuras políticas e membros da Maçonaria, tendo em vista que esses relatórios e mensagens eram campos de discursos dos membros desses grupos e ganhavam popularidade nas páginas dos jornais.

Assim sendo, a pesquisa ensejou a investigação de diversas fontes que colaboraram para a construção do conhecimento histórico, permitindo o diálogo com o tema proposto. Portanto, podemos observar as propostas políticas e ideológicas presentes naquele momento histórico, em que atores dessas propostas procuravam ganhar as massas para a idéia de uma renovação política, econômica e social, que acabaria por alterar o Modo de Produção na sociedade brasileira.

Ao longo do trabalho, além de vermos a questão do abolicionismo maçom na imprensa paraense, pretendemos demonstrar a relação existente na estrutura de sustentação dos jornais maçônicos, seus diretores, gráficas, etc, com as lojas e os indivíduos que participavam de ambos (jornais e lojas). Buscaremos relacionar o que está noticiado nos jornais, com os debates ocorridos dentro de lojas, que esteja descrito em suas atas, além de procurar identificar as lideranças maçônicas que estavam vinculadas às organizações emancipacionistas.

Além desses aspectos, pretendemos dar conta da questão das festas de arrecadação de fundos para a alforria de escravos e as manumissões feitas pelas lojas maçônicas. Procurando discorrer ainda sobre as ações da Maçonaria na política e no plano social, trabalhando, para isto, com os debates no parlamento, através dos anais da Assembléia Legislativa, que se encontram no

Arquivo Público, verificando ainda os boletins do GOB (Grande Oriente do Brasil). Concentrando o trabalho nas décadas de 1870 e 1880 do século XIX.

CAPÍTULO I - SOBRE A MAÇONARIA

“A loja Firmeza e Humanidade, humilde planta há 16 anos, mais ou menos, apresenta hoje o majestoso aspecto de um carvalho secular no centro das florestas virgens da América.

... Depois de um discurso, como sabe faze-lo o irmão Samuel, orador da comissão, remetteo esse irmão ao venerável uma carta de manumissão de uma criança de 7 anos, que a mesma comissão havia promovido por meio de uma cotização entre os seus membros, entendendo ella que nenhum obséquo podia ser tão agradável como este à loja que festejava mais um ano de sua existência...

Esta citação inicial referenciada pelo jornal “O Pelicano”, nos dá uma idéia do papel que a Maçonaria desenvolveu na campanha abolicionista na qual se destacam a ação representada neste texto com o pagamento de manumissão de escravos, com dinheiro arrecadado pelas lojas maçônicas paraenses nas décadas de 70 e 80 do século XIX, o que ajudava a mobilizar a sociedade para a campanha abolicionista que começava a se espalhar pelo país. As sessões nas lojas maçônicas eram também agitadas com a presença de mulheres, que participavam dessas sessões abertas e dos inflamados discursos dos diversos oradores que se faziam ouvir, como afirma o referido jornal:

Diferentes oradores se fizeram ouvir, além dos mencionados, e a nocturna festa, dentro do templo maçônico, terminou como havia começado, sendo concedida as seguintes catas de manumissão:

Uma pela loja;

Duas com o producto do tronco da beneficência;

Uma quarta por um irmão do quadro, em atenção à oficina;

Ao todo cinco, com aquela que foi concedida pela comissão da respeitável loja Harmonia.³

O noticiário acima foi dado pelo jornal “O Pelicano”, editado pela Maçonaria paraense, conforme nota de rodapé, o que vem demonstrar-nos que, já no início da década de setenta do século XIX, essa instituição já estava engajada na campanha abolicionista.

Neste primeiro capítulo abordaremos a campanha abolicionista no Brasil, relacionando a mesma com os acontecimentos que ocorrem no Pará envolvendo a Maçonaria paraense, assim como a amazonense, demonstrando que a região amazônica estava plenamente integrada a esta ação da Maçonaria brasileira, apresentando, inclusive, alguns anexos, transcrevendo documentos e discursos que nortearão a posição do Grande Oriente do Brasil, impondo a todas as Lojas

³ Jornal “O Pelicano”. 09/01/1873 – Biblioteca Arthur Vianna – Centur – Belém – Pará. P.1.

maçônicas a obrigatoriedade de engajar-se nessa campanha. Veremos, inclusive, que este projeto inicial de eliminação gradual do trabalho servil no Brasil, evoluirá para posições mais radicais, com propostas de educação popular para os emancipados, visando prepará-los para o mercado de trabalho livre.

Para adentrarmos na questão da atuação da Maçonaria do Pará no movimento abolicionista, faremos, primeiramente, uma rápida abordagem histórica da campanha abolicionista no Brasil e a participação da Maçonaria na mesma, para, no segundo capítulo, trabalharmos especificamente a participação da Maçonaria paraense na campanha abolicionista que se desenvolveu no estado, demonstrando como as lojas maçônicas paraenses atuaram de forma incisiva nessa questão.

Ao longo de nosso trabalho iremos demonstrar a atuação desenvolvida pela Maçonaria durante a campanha abolicionista nas décadas de setenta e oitenta do século XIX. No entanto, para entendermos as razões da Maçonaria engajar-se nesse movimento que galvanizou a opinião pública paraense e brasileira na segunda metade do século XIX, precisamos compreender um pouco da história da Maçonaria no mundo e no Brasil, o que faremos neste primeiro capítulo a partir de agora.

1.1 - AS ORIGENS DA MAÇONARIA

1.1.1 – A MAÇONARIA OPERATIVA

Mitos e lendas cercam as origens da Maçonaria, crendo inclusive muitos maçons em origens lendárias como as que ligam o nascimento da Maçonaria à construção do templo de Salomão, ou a seita dos essênios, ou mesmo às escolas de mistérios do Egito antigo.

Uma origem mais concreta, que marca a primeira fase da Maçonaria chamada operativa, vem dos “*collegio fabrorum*” dos romanos, onde se aprendia a arte da construção. No decorrer da Idade Média, esses construtores formaram várias corporações ligadas aos seus ofícios, dentre as quais se destacavam aqueles como os talhadores de pedra, que terão importante papel na construção dos castelos e principalmente das catedrais góticas que caracterizam a arquitetura medieval.

É importante entender o significado do vocábulo maçom, que significa pedreiro, e aqui, englobando o pedreiro e o arquiteto, simbolizados nas figuras do aprendiz, do companheiro e do mestre. A Maçonaria operativa era voltada ao trabalho de talhar a pedra bruta para torná-la cúbica e ordená-la de forma a obter como resultado um edifício pronto⁴.

A palavra maçom, ou franco-maçom, ou free mason, em inglês, no sentido de pedreiro livre, deriva do fato de que na Idade Média, estes pedreiros, detentores do conhecimento das construções, eram livres para circular no território europeu, sem as restrições que sofria o camponês medieval, podendo dirigir-se para qualquer lugar onde estivessem fazendo uma grande obra, seja uma catedral ou castelo, onde era reconhecido pelo mestre através de sinais, toques e palavras, pelos quais era identificado em seu grau de mestre, companheiro ou aprendiz. Chamavam a isso de instrução verbal, saudação e senha manual, e os aprendizes, companheiros e mestres eram recebidos em cerimônias secretas, assumindo um juramento de jamais divulgar, em palavras ou por escrito os sinais, toques e palavras de identificação⁵.

Assim vemos que a Maçonaria em sua origem “operativa”, vem do mundo romano e das corporações de ofício da Idade Média. O historiador maçônico brasileiro José Castellani afirma que “foi no Império Romano do Ocidente, da Roma conquistadora, que, em função da própria atividade bélica, surgiu no século VI antes de Cristo, a primeira associação organizada de construtores, os COLLEGIA FABRORUM”.⁶

Na Idade Média, na Alemanha, Itália, Inglaterra e França, as guildas ou corporações que se formam, possuem segredos de ofício, principalmente entre os pedreiros e arquitetos. Por volta de 1200, tornaram-se fortes e unidos, principalmente na Inglaterra, já reconhecida como uma potência econômica à época.⁷

Dentro dessa mesma linha, José Benimelli, citando historiadores clássicos da Maçonaria, como Findel, Bernard, E. Jones e Kloss, que, ao fazerem pesquisas nos estatutos da Associação dos Escavadores (cavouqueiro, cavadores em pedreiras) alemães e dos construtores ingleses de edifícios, chegaram à conclusão de que a Maçonaria atual deriva diretamente de uma antiga corporação de talhadores de pedras e de outros agrupamentos profissionais unidos a ela.⁸

⁴ FIGUEIREDO, Joaquim Gervásio de. Dicionário de Maçonaria: seus mistérios, seus ritos, sua filosofia, sua história. Ed. Pensamento. S. Paulo, s/d. pags. 237 e 238.

⁵ BENIMELLI, José A. Ferrer. *Arquivos Secretos do Vaticano e a Franco-Maçonaria*. Ed. Madras, 2007. p. 35

⁶ CASTELLANI, José. *A Ação Secreta da Maçonaria na Política Mundial*. Landmark, S. Paulo, 2002, pág.13

⁷ BAÇAN, Lourivaldo Perez. “O Livro Secreto da Maçonaria”. Universo dos Livros, 2008, pág.14

⁸ BENIMELLI, José A. Ferrer. *Arquivos secretos do Vaticano e a Franco-Maçonaria*. Madras, S. Paulo, 2007 pags.33 e 34

A Enciclopédia Maçônica de David Caparelli define a Maçonaria como “um sistema de moral dentro do qual cabem os princípios e as convicções dos homens amantes da humanidade e do progresso e dotados de retidão de critérios e boa vontade”. Mais adiante, na mesma definição, esta enciclopédia diz que na sua etimologia, a palavra Maçonaria significa construtores pedreiros ou arte de construir e deriva das antigas corporações de maçons ou de construtores livres, perseguindo um fim exclusivamente moral, tem como objetivo imediato a prática da filantropia e o aperfeiçoamento da humanidade, utilizando símbolos e segredos derivados de antigos rituais de iniciações, que só podem ser compreendidos seguindo um processo gradual de estudos, e seus segredos servem para que seus membros se reconheçam em qualquer lugar e se ajudem mutuamente⁹.

1.1.2 – A MAÇONARIA ESPECULATIVA

Vimos que essa primeira fase, vinculada às origens da Maçonaria, foi chamada de operativa, pois estava associada a um tipo de conhecimento técnico, que podemos dizer era o segredo das construções, para construir um grande prédio, palácios, catedrais etc., e estas associações constituíam-se basicamente de pedreiros e arquitetos que se organizavam em associações fechadas, onde esses “segredos técnicos” eram repassados apenas a iniciados, que passavam a fazer parte da confraria.¹⁰

Por volta do século XVI, em função do renascimento, a arte da construção difundiu-se de forma mais ampla e democrática, fazendo com que os “segredos técnicos” passassem a ser de conhecimento público e então a Maçonaria passa por um processo de mudança, passando a aceitar, entre seus membros, pessoas oriundas de outras áreas de conhecimento, os “maçons aceitos”. O termo “maçons aceitos”, refere-se aos novos membros que começaram a entrar na Maçonaria a partir do séc. XVII, e que não eram originalmente pedreiros ou arquitetos, mas filósofos, cientistas e intelectuais em geral, que irão mudar a fisionomia dessas corporações, como referencia Benimelli¹¹.

Historicamente, os construtores de catedrais, na Idade Média, conservavam tradições corporativas de auxílio mútuo e buscavam guardar os segredos de suas técnicas arquitetônicas,

⁹ CAPARELLI, David. *Enciclopédia Maçônica*. Ed. Madras. S. Paulo, 2008.

¹⁰ Op. Cit. p.32

¹¹ Op. Cit. p. 41

fórmula essa que vai ser utilizada pela Maçonaria especulativa. O tempo das corporações de ofício ficou conhecido como o período da Maçonaria operativa.

A partir do século XVIII é que a Maçonaria toma a forma atual, passando a ser denominada de especulativa, uma vez que substitui o conhecimento técnico da Maçonaria operativa pelo conhecimento filosófico e esotérico que transformará as lojas maçônicas em um local de encontro de homens com inquietações intelectuais, interessados na cultura humanística e nas novas preocupações de caráter político-filosófico do pensamento iluminista que vai nortear o século XVIII. A idéia de fraternidade acima das diferenças nacionais e religiosas, refletia o cansaço de uma Europa que havia sido varrida nos séculos anteriores por guerras religiosas de caráter sectário e haviam provocado tanto sofrimento¹².

No início do século XVIII, a Maçonaria toma a sua forma atual, que vai ser compilada em 1723, no documento que ficou conhecido como as “Constituições de Anderson”, criando nas lojas maçônicas uma atmosfera de tolerância e fraternidade, pois a Maçonaria passa a aceitar a crença em Deus independente de religião. O maçom pode pertencer a qualquer religião, deixando cada um livre para ter sua própria opinião. A Maçonaria apenas obriga os maçons a obedecer a uma espécie de lei moral, devendo ser um homem “livre e de bons costumes”, honrado e probo, independente de crença religiosa, de lugar de nascimento ou classe social. A loja é o centro da união entre os homens que pertencem a uma irmandade, a Maçonaria.

Na Maçonaria especulativa, não se irá mais construir os monumentos de pedra, mas a pedra bruta a ser polida agora é o homem, para torná-lo melhor e, conseqüentemente, aperfeiçoar a humanidade.

O historiador francês Bord, citado por Benimelli¹³, considera como autênticos os “antigos deveres e estatutos recolhidos por Guilherme III de Orange em 1694”, publicados por Krauty e traduzidos por Daruty. Estes estatutos sofreriam modificações, em 1723, por Anderson e Desaguliers, que formarão a famosa Constituição de Anderson, que é o principal documento que define os rumos da Maçonaria especulativa e que nos explica o que a mesma passou a ser.¹⁴

Percebe-se, assim, a partir da Constituição de Anderson, que até hoje norteia os princípios da Maçonaria, a relação que esta tem com os fundamentos filosóficos do iluminismo, à medida em que prega que o maçom deve ser um “homem livre e de bons costumes”. O embasamento nos fundamentos humanistas do iluminismo do século XVIII é que leva a Maçonaria a ser um agente

¹² Op. Cit. p.41

¹³ BENIMELLI, José A. Ferrer. *Arquivos Secretos do Vaticano e a Franco-Maçonaria*. Madras, S. Paulo, 2007. p.43.

¹⁴ BENIMELLI, José A. Ferrer. *Arquivos Secretos do Vaticano e a Franco Maçonaria*. Madras, S. Paulo, 2007.p.43.

revolucionário ao longo dos séculos XVIII e XIX, identificando-se com os movimentos liberais e de independência que varreram esta época, assim como vai explicar-nos a sua participação na independência do Brasil e das Américas em geral, bem como nos movimentos republicano e abolicionista.

A Maçonaria nasceu oficialmente em 1717, quando as quatro lojas de Londres, *The Goose and Girdiron*, *The Crown*, *The Apple Tree* e *The Rummer and Grapes*, fundaram a Grande Loja da Inglaterra, dando início à fase da Maçonaria especulativa ou moderna¹⁵. Esta transformação da Maçonaria operativa em especulativa levará para dentro dessa organização muitos pensadores iluministas e liberais, que utilizando de sua forma de organização “*sui gêneris*”, com códigos secretos, reuniões com juramentos de sigilo, sobre o que se passa em suas reuniões, transformam-na no lugar ideal para conspirações, daí, nessa época a constante ação revolucionária e as tradições humanistas da militância maçônica.

Neste momento, a Maçonaria assumiu uma nova feição, passando a receber em sua lojas livres pensadores, mantendo, porém, os rituais e símbolos da fase operativa. Muitos precursores das ciências, entre eles Isaac Newton, foram maçons, implementando nesta organização os valores do racionalismo científico e do humanismo. Valores caros à Maçonaria, tais como o aperfeiçoamento moral, o respeito às liberdades individuais e religiosas e a filantropia, constituirão o norte das lojas maçônicas a partir de então¹⁶.

Considerando que a Maçonaria especulativa surge logo após o período de intenso conflito resultante das guerras religiosas que varreram a Europa após a reforma protestante, a defesa da liberdade de consciência será um dos pilares da Maçonaria, assim como o seu engajamento nas causas humanitárias, o que nos explica o seu envolvimento na causa abolicionista no Brasil. A solidariedade entre seus membros, independente de origem de classe, crença religiosa e a manutenção do segredo do que é discutido nas lojas, será um ponto fundamental para atrair alguns dos principais pensadores iluministas e revolucionários liberais, pois encontram aí um local para a divulgação de suas idéias em segurança e com laços de solidariedade. È nessa linha de solidariedade, que representa algo novo para uma época de intolerância religiosa e de absolutismo, que cresce e se desenvolve a Maçonaria.

¹⁵ MACNULTY, W. Kirk. *A Maçonaria – Símbolos, segredos, significado*. Ed. Martins Fontes, S. Paulo, 2007. p. 25.

¹⁶ COLUSSI, Eliana Lúcia. *A Maçonaria Brasileira no Século XIX*. Ed. Saraiva. S. Paulo, 2002. p. 10.

É ainda no século XVIII que La Tierce percebe essas qualidades na instituição maçônica, afirmando que “a ordem reúne, em um mesmo espírito de paz e de fraternidade, todos os seus membros, quer sejam de um partido ou de outro, qualquer que seja a comunhão na qual eles tenham sido educados, de modo que cada um, ao permanecer fiel e muito ligado à sua própria comunhão, não ama com menos ardor seus irmãos separados”¹⁷. Neste sentido, em uma época de intolerância, a Maçonaria constrói uma unidade dentro das diferenças de dogma e de culto. Há apenas a crença em um único Deus, não interessando a forma como ele é cultuado. Dentro da Maçonaria participam membros de qualquer religião ou credo político, o que parecia impossível na época, reunindo de forma admirável e com tolerância, as diversas tendências do pensamento da época, desde filósofos racionalistas àqueles que cultivavam conhecimento esotéricos, reunindo corações e mentes sem olhar para os dogmas.

A partir do entendimento da forma que a Maçonaria assume no século XVIII, que podemos entender a atuação desta Ordem e sua influência em vários acontecimentos que marcarão o mundo contemporâneo, estando sempre presente neles as figuras de ilustres maçons, vinculados à idéia de *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*, lema maçônico que será adotado pelos revolucionários franceses, dentre os quais havia muitos maçons, assim como dentre os revolucionários americanos, com George Washington, Benjamim Franklin¹⁸, que optaram por criar uma sociedade com igualdade jurídica e baseada nas liberdades fundamentais, repudiando o modelo absolutista Europeu.

Esse espírito maçônico penetrará como uma grande onda em todo o mundo ocidental e se ligará às causas libertárias que varrerão a velha ordem absolutista na Europa, assim como o domínio colonial nas Américas. Esse mesmo espírito atrairá homens como Simon Bolívar, José Bonifácio, Gonçalves Ledo, Benito Juarez, Bernardo Ó`Higgins¹⁹ e tantos outros libertadores e levará, em meados do século XIX, a Maçonaria brasileira a envolver-se na campanha abolicionista.

Percebemos, assim, que a Maçonaria em suas origens, vem das Corporações de Ofício da Idade Média, especialmente das Corporações de Construtores e Talhadores de Pedra. No Brasil, adotou-se o termo Maçonaria, seguindo a tradição francesa, da franco-Maçonaria, pois o termo

¹⁷ La Tierce, *Histoire des F.M. contenant un recueil des Pièces Apologétiques pour Les Très Venerable Ordre da La M. [História dos Franco-Maçons Contendo uma Coleção de Peças Apologéticas para a Mui Venerável Ordem da Maçonaria]*. L`Orient, 1745.

¹⁸ MORETTI, Fernando. *A Maçonaria nas Américas*. Ed. Escala. S. Paulo.

¹⁹ MORETTI, Fernando. *A Maçonaria nas Américas*. Ed. Escala. S. Paulo.

francês franco-maçon, significa pedreiro livre, designação dos construtores de templos e das catedrais góticas medievais.

A Maçonaria se define como uma entidade progressista, evolucionista e iniciática, que busca o aperfeiçoamento do ser humano, como bem define a própria Constituição do Grande Oriente do Brasil, em seu artigo 1º :

“A Maçonaria é uma instituição essencialmente iniciática, filosófica, filantrópica, progressista e evolucionista. Proclama a prevalência do espírito sobre a matéria. Pugna pelo aperfeiçoamento moral, intelectual e social da humanidade, por meio do cumprimento inflexível do dever, da prática desinteressada da beneficência e da investigação constante da verdade. Seus fins supremos são a Liberdade, a Igualdade e a fraternidade”.²⁰

É com esse espírito, voltado à liberdade e ao racionalismo científico, que a Maçonaria buscou influenciar e interferir no processo político das nações onde as Lojas maçônicas estavam inseridas. Percebe-se, então, neste histórico a importância da presença da Maçonaria na história que desenrolou-se ao longo dos séculos XIX e XX, não só na Europa, como na América e no Brasil. É com esse mesmo espírito libertário e humanista que a Maçonaria penetra no Brasil e participa de forma atuante nos principais acontecimentos que marcarão nossa história, principalmente no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, para isto contando, no centro dos acontecimentos com a presença de maçons ilustres, conforme será demonstrado ao longo deste trabalho.

Entre os brasileiros ilustres que participaram dos principais movimentos de nossa história destacam-se o próprio Imperador D. Pedro I; os articuladores da Independência, José Bonifácio, Gonçalves Ledo, José Clemente; os abolicionistas Eusébio de Queiroz, José do Patrocínio, Barão do Rio Branco, o Barão de Mauá e os republicanos Deodoro da Fonseca, Quintino Bocaiúva, Lauro Sodré e tantos outros, além de vários presidentes da República Velha, que são citados em várias obras maçônicas.

1.2 - A MAÇONARIA NO BRASIL

²⁰ Constituição do Grande Oriente do Brasil – Registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do Distrito Federal em 30/11/90.

A grande obra que nos conta a história da Maçonaria no Brasil é o livro do historiador maçônico José Castellani “HISTÓRIA DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL”, no qual nos baseamos em grande parte para esta abordagem²¹.

Segundo Castellani, há um período nebuloso da história da Maçonaria no Brasil, decorrente da total falta de registros históricos, mas indica que alguns historiadores falam da existência de lojas, no Brasil, já nos meados do século XVIII, destacando a presença dessas lojas na Bahia. Nega, porém, o autor, qualquer credibilidade a estas afirmações, que se tornam temerárias pela inexistência de qualquer prova documental, chegando a dizer que tal afirmação é “tão temerária quanto aquela dos que apontam os conjurados mineiros, principalmente Tiradentes, como maçons, sem que haja qualquer apoio histórico documental para tal afirmação²²”.

O Barão do Rio Branco, citado por Castellani como um acatado historiador maçônico, fala de uma loja que teria existido no Rio de Janeiro por volta de 1800, pois segundo relato de Rio Branco, um certo Capitão Landolphe, comandando uma divisão naval francesa, teria sido feito prisioneiro em combate à altura de Porto Seguro pelo Comodoro inglês Rowley Bulteel, tendo os prisioneiros franceses sido entregues no Rio de Janeiro ao vice-rei, Conde de Resende e ali, o capitão Landolphe teria sido bem tratado porque era pedreiro-livre, ou seja, maçom, e um dos filhos do vice-rei o levou a uma festa maçônica. O capitão Landolphe, em suas memórias, segundo o Barão do Rio Branco, foi introduzido no templo, onde ouviu um discurso do venerável e teria ficado admirado por ter visto nesse lugar, “entre os primeiros chefes militares e administradores da colônia, personagens revestidos das primeiras dignidades da igreja²³”.

O mesmo autor, Castellani, põe em dúvida este relato histórico de Rio Branco, achando muito difícil existir um templo maçônico no Rio de Janeiro em 1800, já que os maçons até 1776, quando foi construído o primeiro templo maçônico do mundo, em Londres, costumavam se reunir em tavernas ou casas, sendo pouco provável que, no Brasil em 1800, já existissem templos²⁴.

Castellani, em sua já citada obra, afirma que a primeira Loja maçônica brasileira surgiu em 1797²⁵, em um navio francês ancorado em águas territoriais da Bahia, mas não dá grande

²¹ CASTELLANI, José. *História do Grande Oriente do Brasil – A Maçonaria na História do Brasil*. Gráfica e Editora do Grande Oriente do Brasil. Brasília – DF. 1993.

²² Op. Cit. p. 27.

²³ Op. Cit.p.28.

²⁴ Idem,p.28

²⁵ Idem.p.27

importância à mesma e destaca que a primeira Loja regular do Brasil, foi fundada em 1801, no Rio de Janeiro, com o nome de “REUNIÃO”, com fins político-sociais. O autor corrobora esta afirmação com base em um manifesto de 1832 lançado pelo então Grão-Mestre José Bonifácio de Andrada e Silva, que dizia que esta Loja era filiada ao Oriente de Ilha de França e sua instalação teria sido presidida por um cavaleiro francês chamado Laurent²⁶.

Segundo esse mesmo manifesto, o Grande Oriente Lusitano, desejando propagar no Brasil a Maçonaria, enviou para a então colônia, três delegados com plenos poderes para criar lojas regulares, isto é, reconhecidas, no Rio de Janeiro, lojas estas que seriam filiadas a este Grande Oriente. Foram criadas então, as Lojas “CONSTÂNCIA” e “FILANTROPIA”, as quais, junto com a “REUNIÃO”, congregaram todos os maçons do Rio de Janeiro, que procuraram iniciar outras pessoas, elevando-os até o grau de Mestre, para fortalecer a Maçonaria no Brasil²⁷.

Apesar de estas serem consideradas as primeiras Lojas oficiais e regulares do Brasil, teriam existido anteriormente agrupamentos secretos, que funcionavam mais como clubes ou academias literárias ou filosóficas, em um estilo maçônico, mas que não eram lojas. Dentre estas se destaca o famoso “AREÓPAGO DE ITAMBÉ”, fundado em 1796, na divisa das províncias de Pernambuco e Paraíba, pelo ex-frade carmelita e médico Arruda Câmara, assim como a ACADEMIA SUASSUNA, fundada em Pernambuco por volta de 1802. Apesar de alguns considerarem o Areópago como o marco inicial da Maçonaria no Brasil, Castellani, questiona estas afirmações, crendo que na época não existia Loja Regular nessa região²⁸.

Após a fundação dessas primeiras lojas, o Grande Oriente Lusitano e o Grande Oriente da França deram apoio à criação de lojas maçônicas que começaram a se vespalhar, principalmente pelas províncias do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Relata-nos Castellani em sua supracitada obra, que por volta de 1802, foi fundada na Bahia, a Loja “VIRTUDE E RAZÃO”, no rito moderno ou francês, esta loja porém, não teve longa vida, tendo logo encerradas suas atividades, fazendo com que, em 1807, fosse reinstalada sob o título distintivo de “HUMANIDADE” e em 30 de março de 1807, foi instalada a Loja “VIRTUDE E RAZÃO RESTAURADA”. É importante informar que as lojas maçônicas funcionam praticando uma ritualística que se baseia em ritos variados, como o Moderno, Adonhiramita, Escocês, York etc.

²⁶ Idem.p.27

²⁷ CASTELLANI, José. *História do Grande Oriente do Brasil: a Maçonaria na História do Brasil*. Gráfica e Editora do Grande Oriente do Brasil. Brasília, D. F. 1993. p.27.

²⁸ IDEM. P.27.

Em Pernambuco, a Maçonaria ganharia grande força no início do século XIX, já contando por volta de 1816 com lojas maçônicas fortes, destacando-se o fato de que algumas destas lojas teriam grande importância nos acontecimentos que culminariam com a chamada “Insurreição Pernambucana de 1817”, pois, neste momento ocorreu uma revolução em Pernambuco que buscava a independência do Brasil. Dentre essas lojas se destacam a “RESTAURAÇÃO”, a “PATRIOTISMO” e a “GUATIMOZIN”, sendo que esta, após a revolução de 1817, homenagearia os fatos ocorridos naquele ano, mudando em 1821 o seu nome para “06 DE MARÇO DE 1817”, data que marcou o início da revolução pernambucana. Destaca ainda Castellani, a existência das lojas “PERNAMBUCO DO ORIENTE” e “PERNAMBUCO DO OCIDENTE”, sendo que esta funcionava na casa de Domingos José Martins, líder da insurreição de 1817, além da “REGENERAÇÃO” e outras que funcionariam em Olinda. A “REGENERAÇÃO”, criada em 1809, teria entre seus membros, alguns dos revolucionários de 1817 e sua criação teria obedecido a objetivos políticos, servindo com uma base para a fundação de outras lojas²⁹.

Muitas lojas maçônicas fundadas nessa época, início do século XIX, foram importantes pela atividade política que desenvolveram, como é o caso da Loja “DISTINTIVA”, fundada em 1812, em Niterói. Esta loja se destacou por ser basicamente uma loja com fins políticos. Era abertamente republicana e revolucionária, na medida em que a república era uma idéia revolucionária para a época, adotando inclusive sinais e toques diferentes de outras lojas, considerando que os maçons identificam-se por sinais, toques e palavras, sendo este um dos segredos que os maçons guardam, mas esta loja variava seus sinais e toques, pois funcionava mais como uma organização política, tendo sido liderada por Antonio Carlos de Andrada e Silva, irmão de José Bonifácio, tendo ainda entre seus membros, ao lado de elementos importantes, figuras como João Mariano Cavalcanti de Albuquerque³⁰.

Nesse período, a loja que se tornaria a mais importante para a Maçonaria brasileira, seria a Loja “COMÉRCIO E ARTES”, que se manteve independente do Grande Oriente Lusitano, já que seus membros buscavam fundar uma obediência brasileira, que seria mais tarde o Grande Oriente do Brasil. Esta loja foi instalada em 1815, tendo funcionado durante muitos anos, na casa de João José Vahia, na rua Pedreira da glória. O termo “obediência” refere-se ao reconhecimento da Maçonaria brasileira pela Grande Loja Unida da Inglaterra, que dirige a Maçonaria universal, por isso chamada loja “mãe”.

²⁹ CASTELLANI. Op. Cit. p. 29.

³⁰ IDEM. P. 29.

No Brasil, somente o Grande Oriente é reconhecido pela Grande Loja da Inglaterra, à qual deve obediência, mantendo sua autonomia nacional, desde que não contrarie os princípios adotados pela Grande Loja Inglesa, correndo o risco de perder o reconhecimento se não obedecer suas determinações. As “Potências” ou lojas não reconhecidas, são denominadas de “Maçonaria espúria”, como é o caso das lojas mistas e as femininas, já que a Grande Loja Inglesa mantém os antigos princípios — landmark— de que somente pessoas do sexo masculino podem pertencer à Maçonaria. Landmark são os rígidos princípios antigos, considerados imutáveis, compilados em 1723 pelo Pastor Presbiteriano Anderson e que regem a Maçonaria universal.

Com o fracasso da revolução de 1817, a Coroa portuguesa proibiu o funcionamento das sociedades secretas, através do Alvará de 1818, o que obrigou as lojas a cessar seus trabalhos de forma aberta, porém continuaram a trabalhar secretamente, sendo fundado para isso o Clube da Resistência, que funcionava na rua da Ajuda, na casa de José Joaquim da Rocha³¹.

Poderíamos denominar os primeiros tempos da Maçonaria brasileira de “tempos heróicos”, que vão até a fundação do Grande Oriente do Brasil. Segundo Castellani, apesar de ser uma época nebulosa do ponto de vista documental, pode-se apresentar a seguinte cronologia histórica ligada às fundações de lojas maçônicas no Brasil:

- 1796 – Fundação, em Pernambuco do “Areópoga de Itambé”, que não era uma verdadeira Loja, pois, embora criado sob inspiração maçônica, não era totalmente composto por maçons;
- 1797 – Fundação da Loja “Cavaleiros da Luz”, na povoação da Barra, Bahia;
- 1800 – Criação, em Niterói, da Loja “União”;
- 1801 – Instalação da Loja “Reunião”, sucessora da “União”;
- 1802 – Criação, na Bahia, da Loja “Virtude e Razão”;
- 1804 – Fundação das Lojas “Constância” e “Filantropia”;
- 1806 – Fechamento, pela ação do conde dos Arcos, das Lojas “Constância” e “Filantropia”;
- 1807 – Criação da Loja “Virtude e Razão Restaurada”, sucessora da “Virtude e Razão”;
- 1809 – Fundação, em Pernambuco, da Loja “Regeneração”;
- 1812 – Fundação da Loja “Distintiva”, em S. Gonçalo da Praia Grande (Niterói);
- 1813 – Instalação, na Bahia, da Loja “União”;
- 1813 – Fundação de uma Obediência efêmera e sem suporte legal – que alguns consideram como o primeiro Grande Oriente Brasileiro – constituída por três Lojas da Bahia e por uma do Rio de Janeiro;
- 1815 – Fundação, no Rio de Janeiro, da Loja “Comércio e Artes”;
- 1818 – Expedição do Alvará de 30 de março, proibindo o funcionamento das sociedades secretas, o que provocou a suspensão – pelo menos aparentemente – dos trabalhos maçônicos;
- 1821 – Reinstalação da Loja “Comércio e Artes”, no Rio de Janeiro;

³¹ CASTELLANI. Op. Cit. p. 29.

Reproduzimos esta longa informação que nos é dada pelo historiador maçom José Castellani, para verificarmos que a presença da Maçonaria no Brasil já vem desde antes da independência e, sobre a fundação das Lojas maçônicas no Brasil, só encontramos em historiadores maçons as informações mais precisas, para mostrar-nos a atuação da Maçonaria nos diversos movimentos que ocorrerão no Brasil ao longo do século XIX, para corroborar a sua participação na emancipação dos escravos em todo o território nacional, e a Maçonaria paraense não será exceção.

1.2.1 - A MAÇONARIA NO PARÁ.

As origens mais remotas da Maçonaria no Pará são referenciadas por Vicente Salles em sua obra “Memorial da Cabanagem”, quando faz referência à presença em Belém, na década de 1810, do frei Luís Zagalo, acusado de “apóstata e pedreiro livre”, isto é, maçom. Ele teria aparecido no Pará em 1815 e influenciado, com idéias revolucionárias, Batista Campos, que era um intelectual possuidor de terras e escravos. Segundo Vicente Salles, Luís Zagalo teria vivido em Cametá, “onde espalhou idéias subversivas entre escravos”, segundo Arthur César Ferreira Reis, citado por Vicente Salles. Teria feito pregação revolucionária em Belém e Cametá, afirmando que “na época da liberdade e da igualdade, não podia haver homens submetidos a outros”. Teria sido expulso do Pará em 1817.³³

1.2.2 – A PRIMEIRA LOJA MAÇÔNICA NO PARÁ

A existência da primeira Loja maçônica do Pará nos é revelada por Manuel Barata, em seu livro “Formação Histórica do Pará” e em publicação no Boletim oficial do Grande Oriente do Brasil, o qual reproduziremos alguns tópicos mais adiante.

Discutindo o texto que aparece no livro de Manuel Barata e no Boletim do GOB, esta primeira loja maçônica do Pará teria sido fundada com a aprovação do Grande Oriente do Brasil, em 22 de janeiro de 1831, sob o título distintivo “TOLERÂNCIA”, tendo participado de sua

³² CASTELLANI, José. *História do Grande Oriente do Brasil – A Maçonaria na História do Brasil* – Gráfica e Editora do Grande Oriente do Brasil. Brasília – DF. 1993. pgs. 27,28,29 e 31.

³³ Salles, Vicente. *Memorial da Cabanagem*. CEJUP, Belém, 1992, p. 131

fundação o então presidente da Província, o Barão de Itapicurú-Mirim, e teria funcionado na casa de Gaspar Corrêa de Vasconcelos, almoxarife dos armazéns da marinha, em uma esquina da rua do Rosário, hoje Aristides Lobo, no antigo Largo dos Quartéis, onde hoje fica uma praça na qual está situada a Igreja do Rosário dos Pretos. A esta Loja está relacionado um fato que envolve os acontecimentos da Cabanagem no Pará, quando então teria sido incendiada e destruída.

A origem do ódio dos cabanos aos maçons e que teria levado à destruição da primeira loja maçônica do Pará é referenciada no Boletim do Grande Oriente do Brasil, em texto do historiador maçônico paraense Manuel Barata, citando palavras do Barão de Guajará no seu livro “Motins Políticos”, conforme abaixo é descrito:

“Em 1833, sendo proposto para membro della o celebre cónego Batista Campos, o presidente da província, tenente-coronel do exército José Joaquim Machado de Oliveira, sucessor de Itapicurú-Mirim; e membro proeminente da Loja, impugnou acremente a proposta, que foi rejeitada. Despeitado o cónego por essa repulsa “tratou de prevenir o espírito do povo ignorante contra a Maçonaria” (palavras do ilustre Sr. Barão de Guajará, nos seus *Motins Políticos*).

Batista Campos, segundo o mesmo autor, nunca perdoaria a Maçonaria por ter sido rejeitado pela mesma e passou a pregar do púlpito e por toda parte, inclusive do confessionário e através de seus correligionários, que a Maçonaria era uma instituição ” parida pelo inferno, para combater a igreja e seus ministros”, e para que não atingissem seus “tenebrosos fins”, os cristãos deviam opor-se à mesma. Propalava ainda Batista Campos que, os maçons defendiam a abolição da escravidão, sem dar nenhuma garantia ao direito de propriedade.

É interessante travarmos aí uma discussão sobre esta questão, na medida em que a cabanagem é apresentada como uma revolução libertária e o seu principal ideólogo, Batista Campos, combatia o abolicionismo propalado pela Maçonaria, defendendo o direito de propriedade sobre seres humanos, os escravos. Considere-se ainda que o historiador Vicente Salles, em seu livro “Memorial da Cabanagem”, faz referência a “pedreiros livres”, ou seja, maçons, que se envolveram com o movimento e difundiram os ideais libertários da revolução francesa no Pará, considerando a ligação estreita da Maçonaria com estes ideais, conforme já demonstrado em seu histórico.

Com tais afirmações, buscava Batista Campos a simpatia dos grandes proprietários de escravos? A resposta a essa pergunta envolveria uma discussão sobre o caráter oportunista do ideólogo da cabanagem ou questiona-se o texto de Manuel Barata.

Batista Campos difundiria, ainda, o que a igreja também o fazia na Europa, de que os maçons praticavam rituais satânicos em seu culto, concitando assim os ânimos da população

contra os maçons, que resultariam no sangrento episódio da destruição da Loja “TOLERÂNCIA” durante a rebelião da cabanagem, cujo episódio é assim descrito por Manuel Barata:

Pela madrugada de 7 de janeiro de 1835, hordas ferozes de cabanos, sedentos de sangue e de pilhagem, invadiram a cidade desaparecida, aos gritos de – *morram os maçons! Morram os europeus! Viva a nossa religião!* Aos assassínios das primeiras autoridades, de seis oficiais militares, entre os quais o capitão Domiciano Ernesto Dias Cardoso, e de outros cidadãos inermes, seguiu-se o assalto à loja maçônica, que foi toda aniquilada. Eis como o já citado historiador descreve esse acto de selvageria nefanda, que dispersou e extinguiu a *Tolerância*.

“Depois de arrombada a porta a golpes de machado, devassaram todos os cantos.

Pelas janellas lançaram em pedaços a mobília, os adornos, os papeis, tudo enfim que encontraram. A plebe desenfreada entrava e sahia sem cessar, proferindo os maiores impropérios contra os maçons.

Os livros da sociedade andaram de mão em mão, como objectos de curiosidade, sendo alguns dilacerados, e outros conduzidos pelos chefes dos revoltosos”.

Felizmente, já vae longe esse tempo de barbárie e fanatismo, que a história registra horrorizada, e que não mais voltará, por bem da civilização e da humanidade”.³⁴

Nota-se, a partir desse artigo do historiador paraense Manuel Barata, publicado no boletim de 1911 do Grande Oriente do Brasil, que a Maçonaria instalou-se oficialmente no Pará em 1831, através da Loja Tolerância, que desaparece em 1935, no meio das revoltas da cabanagem, no Pará. Vicente Salles ainda informa na obra supracitada, que o livreiro e editor Honório José dos Santos, proprietário da “Tipografia restaurada”, era maçom e que essa tipografia editava antes o “Correio do Amazonas”, órgão oficioso da Maçonaria, referindo-se provavelmente à Loja “Tolerância”³⁵.

É, porém, no início da segunda metade da década de 1850, que Lojas maçônicas voltam a funcionar no Pará, com outras sendo fundadas nas décadas seguintes. Como é o caso das Lojas Harmonia no. 8, fundada em 1857; Firmeza e humanidade, de 1857; Renascença, de 1872 e Loja Aurora, fundada em 1873, que historiamos a seguir. Serão essas lojas que se engajarão no processo de luta pela emancipação dos escravos, como constataremos ao longo do segundo capítulo desta dissertação.

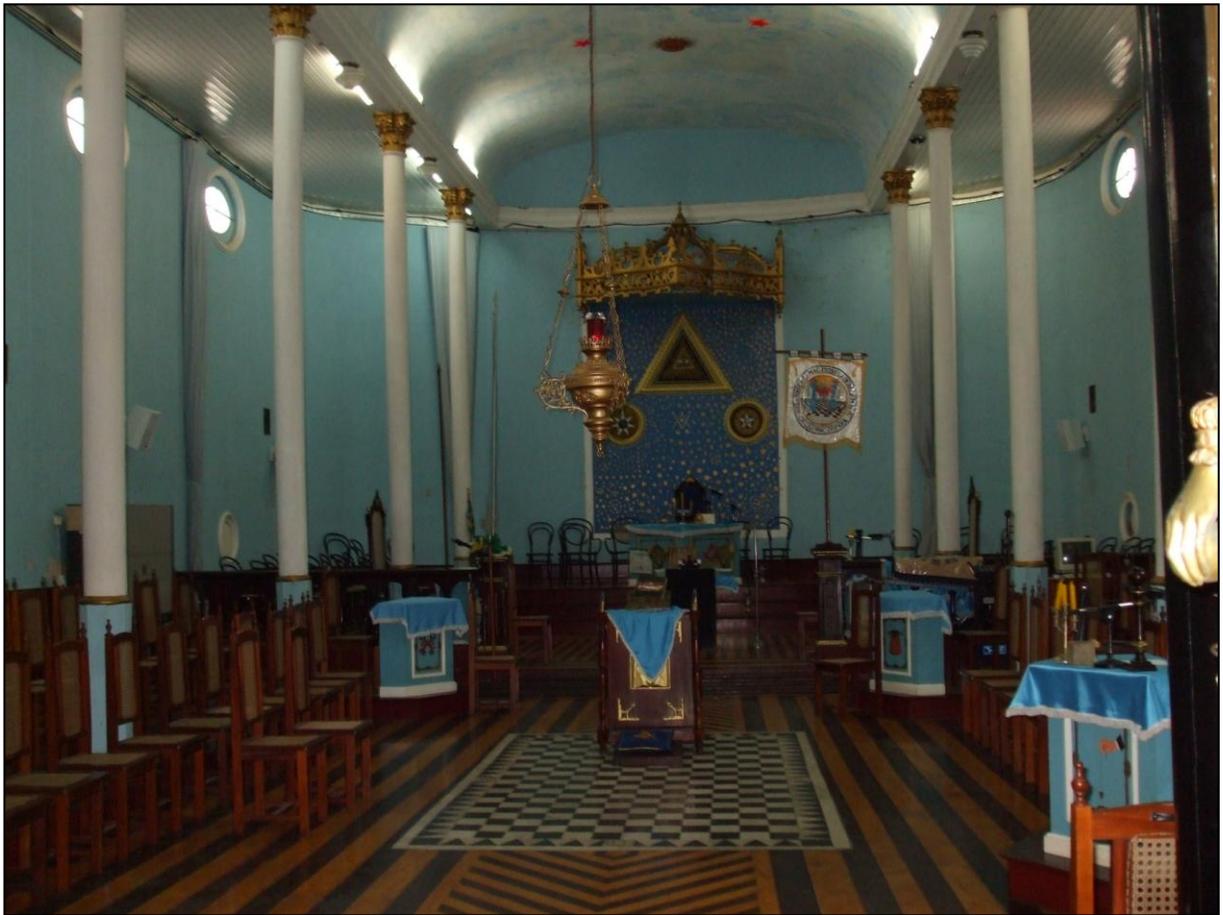
Em 28 de março de 1857, foi instalada no Pará, sob os auspícios da Maçonaria portuguesa, a Loja Harmonia, conforme Ata de instalação que reproduzimos abaixo.

³⁴ Artigo de autoria de Manuel Barata, publicado no Boletim Oficial do Grande Oriente do Brasil, ano 1911, págs. 867 a 869 – preservada a grafia da época. Esse texto também pode ser encontrado no livro de autoria do mesmo autor do artigo, “Formação Histórica do Pará”, editado pela Universidade Federal do Pará em 1973, págs. 335 a 337.

³⁵ SALLES. Op. Cit. p. 121.

“Acta da instalação da R.: L.: (provisória), de S. João com o título distintivo Harmonia, ao Oriente do Pará, debaixo dos auspícios do M.: P.: e R.: Sub.: Cap.: das duas L L.: reunidas – Harmonia e Filha de Harmonia – do Or: do Porto Portugal.

Aos 28 dias do 1º. Mês do anno da V.: L.: 5857³⁶, pelas 8.30 horas da noite, achando-se presentes por convite do I.: Viriato C.: R.: , os Ir.: abaixo assinados, se lhes fez saber que, para a organização dos trabalhos de hoje, se ia nomear as Dign.: e Off.: que devião compôr provisoriamente a L.: até que com maior número de Ir.: se elegesse, com pluralidade absoluta de votos por escrutínio secreto, as Dign.: e Off.: que devem compor a R.: L.: que deve funcionar regularmente neste salão...³⁷.



Interior do templo da Loja Harmonia n° 8, no bairro da Pedreira

Em seguida à fundação da Loja Harmonia, surgiu a Loja “Firmeza e Humanidade”, fundada em 28 de maio de 1857, conforme ata de instalação a seguir descrita:

“aos 8 d.: do 3º. M.: da V.: L.: – 28 de maio de 1857, era vulgar, reunidos em lugar vedado às vistas prof.: Os mac.: Joaquim José d’Assis gr.: 29:., João Francisco Odete gr.: 30:., Germano Francisco d’Oliveira gr.: 30:., Sérgio Tertuliano Castelo

³⁶ O ano maçônico, corresponde ao ano normal, acrescido de 4000 anos, e o primeiro mês, corresponde a o mês de março, que marca o equinócio da primavera, quando inicia-se o ano maçônico. Portanto a data é de 28 de março de 1857. N. A.

³⁷ Ata de instalação da Loja Harmonia. Arquivo da secretaria da Loja Harmonia No. 8- Oriente de Belém. Mantida a grafia original.

Branco, gr.: 18., Antonio Marques de Carvalho, gr.: 1., Pedro Vallete Filho, gr.: 3., Frederico Antonio Abranches gr.: 3., Francisco Gonçalves de Medeiros Branco gr.: 3., com o fim designado d'instalar uma Loj.: Mac.: Cujos trabalhos tendessem unicamente a bem da humanidade desvalida e Gl.: Do Sup.: Arch.: Do Um.: Debaxo dos auspícios do Gr.: Or.: Do Brazil assim o declararam e fizeram pela maneira seguinte:

Por aclamação unânime foram eleitos para os cargos de Loj.: Os irm.: :

Joaquim José d'Assis, Vem.: Germano Francisco d'Oliveira, Io. Vig.: Pedro Vallete filho, 2º. Vig.: João Francisco Catete Orad.: , Francisco Gomes de Medeiros Branco, Secret.: , Frederico antonio d'Abranche, Thezour.: , Sergio Tertuliano Castelo Branco, 1º. Exp.: , Antonio Marques de Carvalho, M.: de Cer.: .

Depois de cada um dos irmãos ter ocupado os respectivos logares o Irm.: Vem.: Declarou que era necessário que se tomasse o título que devia distinguir a Loj.: no mundo mac.: e pelo Irm.: 1º. Exp.: , foi proposto o de Firmeza e Humanidade, que foi aprovado por todos os irm.: O Ven.: declarou mais, que se devia assentar no Rit.: sob o qual tem de ser seguidos os trabalhos da Loj.: , pelo irm.: 1º. Experto foi proposto Rit.: de S. João d'Escócia, antigo e acceto, o qual foi igualmente aprovado por todos os irm.: .

Em seguida o irm.: Vem.: proclamou por três vezes, instalada provisoriamente a Loj.: Mac.: Firmeza e Humanidade, sob os auspícios do Gr.: O.: do Brazil, cujo acto foi aplaudido pela tríplice bateria da ordem...”³⁸



Loja Maçônica Firmeza e Humanidade, localizada na Rua Aristides Lobo

Em 1858, foi fundada a Loja “Harmonia e Fraternidade no. 9, que até hoje funciona na Travessa Padre Eutíquio. Não foi possível encontrar nos arquivos dessa loja a sua ata de fundação, mas ela



³⁸ Ata de instalação da Loja Firmeza e Humanidade. Arquivo da secretaria da Loja em sua sede em Belém do Pará.

aparece no noticiário dos jornais da época e é referenciada em atas de outras lojas, conforme demonstraremos ao longo deste trabalho. Era uma das seis lojas que compunham a Maçonaria paraense durante o período das campanhas abolicionistas e republicanas. A sua data de fundação aparece no piso da entrada do templo da loja, conforme fotografia anexa.

A quarta Loja fundada em Belém, nesse período, foi a Loja Cosmopolita, que teria sido fundada em 1864, conforme informações dadas pelos membros da Loja que comemoraram os 144 anos de fundação da mesma em 2008. Esta Loja passou 60 anos “adormecida”, que em linguagem maçônica significa que uma Loja deixa de funcionar ou “abateu colunas”, e em função desse fato perdeu-se grande parte de sua documentação. Tendo sido reerguida em 1994, houve dificuldade de encontrar suas atas, porém, os jornais da época pesquisada, 1870 a 1889, fazem referências à existência da mesma, assim como as atas das outras lojas estudadas, tendo a mesma participado, como toda a Maçonaria paraense à época, da campanha abolicionista, conforme demonstraremos ao longo deste trabalho.

Em 1872 foi fundada a Loja “RENASCENÇA”, que teve importante participação, neste período, tendo sido fundada por um grupo de maçons que eram originariamente da loja “Cosmopolita”, uma loja “Capitular”, que é uma loja dedicada aos estudos dos altos graus da Maçonaria, pois o maçom, após chegar ao terceiro grau (grau de mestre), ele realiza estudos para os chamados graus filosóficos (altos graus), que conforme o rito, vão do grau quatro ao trinta e três. Conforme citado pelo escritor maçônico Afonso Mauro, os “irmãos” da Cosmopolita teriam em 10 de outubro de 1872, fundado esta loja, com a denominação “Renascença”, adotando o Rito escocês Antigo e Aceito, sob os auspícios do Grande Oriente Unido do Brasil e cujo primeiro presidente teria sido o Sr. David Corrêa Sanches Frias.³⁹

Vejamos a transcrição original da Ata de Fundação da Loja “Renascença”:

³⁹ MAURO, Afonso. *Renascença – uma história de fé, de amor, de idealismo e perseverança*. Ed. Independente. Belém, 2002. págs. 33 e 34.

“Acta dos primeiros trabalhos a que procedem vinte e oito mac.: em 10 de outubro de 1872, E.: V.: no Pará, para a criação de uma nova Loj.: intitulada RENASCENÇA”.

Reunidos em lugar vedado as vist.: prof.: vinte e oito mac.: que foram da Aug.: e Res.: Loj.: Cap.: Cosmopolita, sob a presidência do resp.: Irm.: David Corrêa Sanches Frias, este fez uma exposição clara e breve dos motivos para que fora convocada aquella assembléia, demonstrando a excelência das doutrinas que devem acatar todos os verdadeiros mmaç.: e consultou os irm.: presentes à cerca da criação de uma nova off.: do Rito Esc.: com o título de RENASCENÇA e sob a obediência e immediata permissão do Gr.: Or.: Unido do Brasil, a quem jurara submeter-se e sendo aplaudido e vendo que os iirm.: reunidos possuíam os mais ardentes desejos de empregarem suas forças no aumento progressivo da nossa Sublime Ordem, pediu para que dentre todos fosse aclamado o Ven.: para a Loj.: Provisória. Pediu a palavra o Resp.: Irm.: Manoel Joaquim Machado e Silva, lembrando o Resp.: Irm.: David Corrêa Sanches Frias para ocupar esse logar, já pela alta inteligência de que era dotado, já pelos sentimentos e virtudes que possuía, para infundir o respeito e a ordem em todos os irm.:.

Empossado no logar de Ven.: o illustre e resp.: Ir.: David Corrêa Sanches Frias nomeou por sua vez para os outros cargos determinados por lei os irm.: seguintes: ...”⁴⁰.

Outra loja de grande importância na campanha abolicionista, no período relatado, foi a Loja “AURORA”, existente até os dias de hoje, como as demais e que ainda pertence ao Grande Oriente do Brasil, pois quando houve o “racha” de 1927, que deu origem às Grandes Lojas Estaduais, ao contrário das demais citadas neste trabalho, a Loja Aurora não aderiu aos dissidentes e permaneceu ligada ao Grande Oriente do Brasil. Esta loja foi fundada em 1873, conforme ata de instalação abaixo descrita:

GL.: ao Sup.: Arch.: do Univ.: Loj.: Provis.: Aurora, sob os auspícios do Gr.: Or.: Un.: do Brazil – Val.: de Belém do Pará. 18de Janeiro de 1873 (e.: V.:).

Muit.: ILL.: e Resp.: Ir.:

Temos a honra de participar-vos que, no dia 18 do corrente, reuniram-se trinta e um mmaç.: regulares em lugar aberto e reinava a paz e o silêncio, e resolveram fundar, como effectivamente fundaram provisoriamente uma Loja Mac.: com o título distintivo de “Aurora”, sob os auspícios do Gr.: Or.: Um.: do Brazil, adoptando para seos trabalhos o Rito Adonhiramita.

De conformidade com o art. Da Const.; Mac.: do mesmo Gr.: Or.: , procedeu-se na mesma occazião a eleição, juramento e posse dos seguintes officiais: Ven.: Major Antonio Nicolau Monteiro Baena, 1º. Vig.: Padre Félix Vicente de Leão, 2º. Vig.: Dr. Júlio Honorato Corrêa de Miranda, Orad.: Dom João Chrysostomo da Matta Bacelar; Secre.: Capitão Pedro de Mello Marinho Farias; Thez.: Joaquim Martins da Silva; Cobrid.: Emilio Rodrigues de Oliveira Bastos.

A única aspiração da Loj.: Aurora é trabalhar sinceramente para a gloria da Mac.: e bem geral da humanidade, respeitando o grandioso pensamento da Const.: Mac.: em vigor e tornar conhecido paraticamente neste Val.: o rito que adotou para seus aug.: trab.: . Esperamos, pois, que nossa resolução mereça a vossa approvação e que nos auxilie com vossas luzes na árdua tarefa que tomamos saber nossas leis e honras.

⁴⁰ MAURO, Afonso. *RENASCENÇA – Uma História de fé, de amor, de idealismo e perseverança*. Edição independente – 2002, págs. 33 e 34. Este livro pode ser encontrado na Loja Renascença no. 3 e no palácio maçônico da Grande Loja do Pará. A ata original de instalação da loja Renascença, pode ser encontrada nos arquivos da Loja.

Aceita ILL.: e Resp.: Irm.: , por mais esta vez os nossos votos de fraternal obediência e mui distincta consideração.

O Gr.: Arch.: do Univ.: nos tenha sob sua santa guarda.

Ao muito ILL.: e Pod.: irm.: Padre Eutichio Pereira da Rocha Dig.: da G.: do P.: Gr.: Mestre assignados – Vem.: Major Antonio Nicolau Monteiro Baena gr.: 7; 1º. Padre Félix Vicente de Leão gr.: 7; 2º. VigDr. Julio Honorato Corrêa de Miranda gr.: 7; Orad.: Dom João Chrysostomo da Matta Bacelar gr.: 14; Secret.: Capitão Pedro de Mello Marinho Faria gr.: 3; . Conforme Pedro de Mello Marinho Farias gr.: 3, secretário.⁴¹

Com a fundação da Loja Aurora, em 1873, completa-se o quadro de lojas maçônicas que comporão a Maçonaria paraense nos idos dos anos 70 e 80 do século XIX e que terão ampla participação nos movimentos abolicionistas e republicanos no estado, conforme demonstraremos posteriormente, no segundo capítulo, que abordará especificamente a atuação da Maçonaria paraense no século XIX e sua vinculação à campanha abolicionista.



Loja

Maçônica Aurora, na Travessa Pe. Eutíquio

1.2.3 - A MAÇONARIA E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

⁴¹ Ata de Instalação da Loja “Aurora”. Ata 1, do Livro 1 da Loja Aurora. Encontra-se nos arquivos da Loja Aurora em Belém – Pará.

Divisamos que a Maçonaria especulativa nasceu em um momento histórico, em que o mundo saía da reforma protestante e começava a absorver o pensamento iluminista, que seria a base do liberalismo. O liberalismo, como doutrina, defende as chamadas “liberdades fundamentais”, como a liberdade de pensamento, de associação, a organização de um Estado Constitucional de Direito, visando uma sociedade pluralista e democrática⁴². No plano econômico e no político, os princípios do “livre comércio” e a “autodeterminação dos povos”⁴³, serão as principais bandeiras do liberalismo adotadas pelos revolucionários que lutarão pela independência dos povos da América.

E nesse sentido, a Maçonaria, imbuída dos princípios liberais, terá ativa participação nesses movimentos, o que será ajudado, nessa época, pela sua estrutura secreta, além do juramento de segredo que fazem seus membros a respeito do que se passa em suas reuniões. Todos esses elementos transformaram as Lojas em centros ideais para os que conspiravam pela independência.

É reconhecido pelos historiadores que a Maçonaria passou a ter um grande desenvolvimento a partir do século XVIII e que exerceu importante papel nos acontecimentos mundiais no final desse século e primeira metade do século XIX⁴⁴. Inspirada no ideário liberal-democrático, a Maçonaria assume uma posição política contrária aos poderes absolutistas, e, na América, assume um caráter basicamente libertário e de combate ao jugo colonial, introduzindo neste continente as idéias do iluminismo⁴⁵. No Brasil, líderes ilustres da independência do país foram maçons e articularam muito pela independência, com Gonçalves Ledo e José Bonifácio, que articularam a entrada de D. Pedro na organização, visando o processo de independência⁴⁶.

1.2.4 - O GRANDE ORIENTE DO BRASIL

No início dos anos 20 do século XIX, os maçons brasileiros buscaram a unificação, ao mesmo tempo em que procuravam desligar-se do Grande Oriente Lusitano, potência à qual algumas Lojas no Brasil eram ligadas. É nesse momento que vai ser fundado o Grande Oriente do Brasil, mas para que fosse criado este poder central, a legislação maçônica exigia a existência, no

⁴² GODECHOT, Jacques. *As Revoluções: 1770-1779*. São Paulo, Pioneira, 1976. p.10.

⁴³ GODECHOT. Op. Cit. p.15.

⁴⁴ BARRETO, Célia de Barros. *Ação das Sociedades Secretas*, in “História Geral da Civilização Brasileira”, Tomo II, 1 volume. S. Paulo: Difusão Européia do Livro, 1976. p. 193

⁴⁵ MORETTI, Fernando. *A Maçonaria nas Américas*. Ed. Escala, S. Paulo.

⁴⁶ BARRETO, Célia de Barros. Op. Cit. p. 206.

mínimo de três Lojas regulares, ou seja, em funcionamento e reconhecidas. Como somente a Loja “Comércio e Artes” era regular (funcionando com reconhecimento), os maçons brasileiros desmembraram esta Loja em mais duas, a “União” e a “Tranqüilidade e Esperança” de Niterói. Em 17 de junho de 1822, ocorreu a fundação oficial do Grande Oriente do Brasil.⁴⁷

Cabe, neste estudo, o esclarecimento, do que significa “Potência”, que no vocabulário maçônico, refere-se a uma organização hierarquizada, de caráter nacional ou estadual, à qual as lojas devem obediência, como é o caso do Grande Oriente do Brasil e da Grande Loja do Pará (potência estadual). As lojas da Grande Loja devem obediência ao Grão-Mestrado da Grande Loja do Pará. O Grande Oriente tem uma estrutura hierárquica mais complexa, com as lojas do Pará devendo obediência ao Grande Oriente do Estado do Pará (GOEPA), que deve obediência ao Grande Oriente do Brasil (GOB), o qual, por sua vez, deve obediência à Grande Loja Unida da Inglaterra, dirigente maior da Maçonaria universal.

José Bonifácio será eleito o primeiro Grão Mestre do GOB, onde Gonçalves Ledo terá forte influência. Os maçons, que já haviam tido forte influência nos acontecimentos ligados ao “Dia do Fico”, onde se destacou a figura de José Clemente Pereira⁴⁸(Castellani, obra cit., pág.55), passaram a articular a entrada do Príncipe Regente na Maçonaria, obra principalmente de José Bonifácio, que buscava, com isso, evitar o confronto e realizar uma independência sem traumas e conflitos. D. Pedro foi iniciado na Maçonaria em 02 de agosto de 1822 e, na ascensão mais rápida ocorrida na Maçonaria, em 05 de agosto foi eleito venerável (mestre eleito para dirigir uma Loja maçônica por um período de dois anos) da Loja “Comércio e Artes”. Logo em seguida, Gonçalves Ledo articula a substituição de José Bonifácio por D. Pedro como Grão Mestre do Grande Oriente do Brasil e, a partir daí, os maçons passam a exercer forte influência sobre o Príncipe Regente, no sentido de buscar a independência do Brasil. É o que nos diz o historiador maçônico José Castellani, do qual citamos o trecho abaixo:

“A independência do Brasil era a meta específica dos fundadores do Grande Oriente e logo todos eles dedicaram-se a consegui-la, embora o processo emancipador, nos meios maçônicos já tivesse sido iniciado antes de 17 de junho de 1822. Na realidade, o primeiro passo oficial dos maçons, nesse sentido, foi o Fico, de 09 de Janeiro, o qual representou uma desobediência aos decretos 124 e 125, emanados das Cortes Gerais portuguesas e que exigiam o imediato retorno do príncipe a Portugal, [...]”⁴⁹

⁴⁷ COLUSSI, Eliana Lúcia. *A Maçonaria Brasileira no Século XIX*. Ed. Saraiva. S. Paulo, 2002.p.21

⁴⁸ Op. Cit.

⁴⁹ CASTELLANI, José. *Os Maçons na Independência do Brasil*. Ed. A Trolha. 1993, pág.45.

A finalidade deste trabalho não é contar a participação da Maçonaria na independência do Brasil, nem em outros acontecimentos importantes da História do país, dos quais os maçons tiveram intensa participação. Mas demonstrar que, a partir da participação marcante da Maçonaria no processo de independência, esta instituição, ao longo da história, se fará presente, em todo o território nacional, nos mais diversos acontecimentos, com intensa inserção social, como é o caso da participação na campanha abolicionista, que resultou no fim da escravidão no Brasil. Como o objetivo deste trabalho é demonstrar a participação, em um nível regional, no caso, o estado do Pará, passamos a abordar inicialmente, a atuação da Maçonaria no processo emancipacionista em nível nacional, para posteriormente adentrarmos no histórico da Maçonaria no Pará e a sua participação no movimento abolicionista.

1.3 – A MAÇONARIA E O MOVIMENTO ABOLICIONISTA

A 16 de maio de 1865, em discurso, em que defendia a unidade da Maçonaria, ameaçada pela cisão que dividia os orientes do Lavradio e dos Beneditinos, cisão que havia ocorrido no início dos anos 60, defendendo a unidade em torno do Grande Oriente do Brasil, Saldanha Marinho, “lançou o grito oficial do abolicionismo maçônico”, propondo que “a emancipação dos escravos saía do seio da Maçonaria”⁵⁰.

Em 07 de agosto de 1869, o maçom Ubaldino do Amaral, pedindo a palavra na Loja, “Perseverança III”, apresentou uma proposição subscrita por ele, pelo maçom Leite Penteadado e pelo Venerável Mestre da loja, que é um maçom eleito por tempo determinado para presidir uma loja maçônica, Vicente Eufrásio da Silva Abreu, que foi aprovada por maioria, não sendo por unanimidade, porque os proponentes abstiveram-se de votar.

Nesta proposta, estabeleciam-se novos valores para a jóia de iniciação, taxa paga para se entrar em uma loja maçônica e tornar-se maçom (ser iniciado), e para as mensalidades e apresentava como fato novo, a criação na oficina de uma caixa de ofertas, que seria chamada de emancipação, na qual os iniciandos, por convite de qualquer dos membros da loja, depositariam suas ofertas e o produto arrecadado seria utilizado exclusivamente para a emancipação de crianças escravas do sexo feminino, com idade variando de dois a cinco anos. Estas crianças libertadas do cativeiro ficariam sob a proteção da Loja e, os banquetes que são comuns nas

⁵⁰ CASTELLANI, José. Op. Cit. págs. 140 e 144.

iniciações, seriam substituídos por arrecadação em dinheiro que transformar-se-iam em donativos à CAIXA DE EMANCIPAÇÃO, que seriam utilizados para a manutenção dessas crianças e para a criação de escolas para adultos e menores, mantidas pela loja, em funcionamento noturno para ensino gratuito das primeiras letras⁵¹. A partir desses dados iniciais, vemos que a Maçonaria, já no final dos anos 60, começa a envolver-se de forma mais institucional na campanha abolicionista, começando com decisões tomadas em algumas Lojas, que começarão a espalhar pelo Brasil o ideal emancipacionista.

No início dos anos 70, com a reunificação da Maçonaria sob os auspícios do Grande Oriente, grupo dissidente, reconstruído e unificado — pois em 1863, O Grande Oriente do Brasil havia se dividido em dois novos poderes: o Grande Oriente do Lavradio (GOLO) e o Grande Oriente dos Beneditinos (GOBen). Entretanto, a necessidade de unidade para o enfrentamento com a Igreja, na “Questão Religiosa”, levou a esta reunificação e a uma atuação de forma mais ativista dos maçons na campanha abolicionista, que será agora mais institucional e sistemática, sem esquecer a atuação individual de alguns maçons, que já vinha se dando anteriormente. Lembremos-nos que a Lei que aboliu o tráfico negreiro no Brasil, levou o nome do maçom EUSÉBIO DE QUEIROZ, seu proponente⁵².

Em 04 de abril de 1869, Ruy Barbosa, que havia sido iniciado na Loja “América”, em 1º de julho de 1869, propôs nesta mesma Loja, em S. Paulo, um projeto do qual constava “a obrigatoriedade de todas as lojas maçônicas brasileiras reservarem um quinto de sua receita para alforriamento de crianças escravas”. Nessa proposta constava ainda que todos os interessados em ingressar na Maçonaria, deveriam libertar todas as crianças do sexo feminino que fossem filhas de escravas suas e ainda exigia que todos os maçons brasileiros deveriam também libertar as filhas de suas escravas⁵³.

Notamos, assim, que a Maçonaria, neste início da década de 1870, propunha a extinção gradual da escravidão, ao mesmo tempo em que pressionava os maçons a participar de forma mais ativa da campanha abolicionista, como uma causa humanitária e beneficente, o que levou muitos maçons e Lojas a se empenhar ativamente no movimento emancipacionista. É o caso de uma notícia publicada no Boletim do Grande Oriente do Brasil, em 1875, em que a Maçonaria libertou um escravo que havia sido enviado do Norte para ser vendido na Corte, e tratava-se de um homem branco, que ao ser interrogado disse ser natural do Maranhão, sendo seu proprietário

⁵¹ IDEM. P. 144.

⁵² GOMES, Manoel. *A Maçonaria na História do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Aurora.s/d. p.118.

⁵³ COLUSSI, Eliana Lúcia. *A Maçonaria Brasileira no Século XIX*. Ed. Saraiva. S. Paulo, 2002. p.36.

um dono de escravos de nome Alberto Pereira da Silva. Por proposta do Visconde do Rio Branco, as lojas maçônicas do Grande Oriente do Brasil, abriram uma subscrição que permitiu a obtenção da liberdade do escravo, assim como lhe foi dado uma ajuda para estabelecer-se como homem livre.⁵⁴

Inúmeros serão os discursos dentro de Lojas maçônicas defendendo a manumissão de escravos, assim como muitos maçons se colocarão à frente de várias das associações que se formarão ao longo das décadas de 70 e 80 dos oitocentos, como é o caso da Sociedade Emancipacionista de Escravos, no Pará, dirigida pelo maçom Samuel Wallace MacDowell⁵⁵ (jornal O Pelicano).

Antes de adentrarmos na atuação da Maçonaria paraense na questão abolicionista, vamos traçar um rápido panorama do abolicionismo no Brasil, nos meados do século XIX e a atuação da Maçonaria e dos maçons a nível nacional.

1.3.1 – O ABOLICIONISMO NO SÉCULO XIX

O abolicionismo penetra nas Américas dentro de um processo de evolução da ideologia revolucionária que em fins do século XVIII e início do século XIX, acompanhou as mudanças fundamentais que ocorreram na Europa. É a evolução do pensamento iluminista que pregava a igualdade jurídica entre os homens e o avanço do liberalismo econômico, aliado à filosofia dos direitos naturais usada para derrotar os privilégios corporativos e elitistas do Antigo Regime, que lançaram as sementes do abolicionismo, levando a crer que a escravidão era algo que contrariava a ordem liberal. A necessidade de ampliar mercados com a revolução industrial, buscava transformar trabalhadores escravos em trabalhadores assalariados, tornando-os consumidores. A tese do “laissez faire, laissez passer” implementava não só a idéia do livre comércio como também do livre trabalho, pois a escravidão passou a ser condenada como uma instituição imoral e antieconômica. Ironicamente, no momento em que o abolicionismo ganhava importância na Europa, a escravidão expandia-se no Novo Mundo, assumindo grandes proporções, devido à grande e crescente demanda de produtos tropicais no mercado internacional⁵⁶.

⁵⁴ Boletim do GOB, 1875, ano 4, n 7, p. 505. Arquivo do GOB, Brasília

⁵⁵ Jornal *O PELICANO*

⁵⁶ DA COSTA, Emilia Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. Ed. Ciências Humanas, 2ª edição, São Paulo, 1979. p. 216.

Até os meados do século XIX, as críticas à escravidão não encontravam grande apoio, não existindo um movimento abolicionista propriamente dito, com exceção de algumas vozes individuais que se posicionavam contrários à existência do trabalho servil no Brasil⁵⁷. Entendemos que a importância do trabalho escravo para a agricultura brasileira, na época, fazia com que a elite brasileira fizesse um discurso, no qual justificava a escravidão e calava as vozes dissonantes. Nesse sentido, a classe dominante aceitava como legítima a escravidão e continuava-se a usar o velho discurso de que a escravidão era benéfica para os negros, pois a retirava da barbárie e a introduzia no mundo cristão e civilizado, argumentando sempre que a escravidão era um mal necessário⁵⁸.

Por sua vez, os escravos tiveram uma grande frustração, quando não conseguiram a sonhada liberdade após a independência do país, tendo pouca simpatia pela idéia por parte dos homens livres. Emília Viotti, em sua obra “A Abolição”, nos dá um panorama dos discursos que predominavam na época⁵⁹. Primeiramente, a autora destaca o discurso ilustrado, onde personagens como Hipólito da Costa, José Severiano Maciel da Costa e José Bonifácio de Andrada e Silva, criticavam a instituição da escravidão no Brasil mas não representavam o pensamento de sua classe, da qual tinham um afastamento em decorrência do fato de terem vivido fora do país a maior parte de suas existências. Viam a escravidão como uma instituição nefasta, corruptora da moral e dos bons costumes e inibidora do progresso do país, mas consideravam a emancipação dos escravos como uma questão delicada e difícil de ser resolvida. A mesma autora demonstra que havia também um discurso escravista que reconhecia que a escravidão era condenável em termos morais, mas que era um mal necessário, pois a abolição da escravatura seria a ruína do país, já que a economia nacional não podia funcionar sem o escravo. Tínhamos também, nessa primeira metade do século XIX, um discurso radical que vinha principalmente de uma pequena burguesia e de camadas populares urbanas que se expressava através de inúmeros pasquins que refletiam esse pensamento mais radical, que explode em alguns momentos, no meio das revoltas do período regencial. A esse fato a autora se refere como um pensamento jacobino, mas que não chegaram nesse período a se transformar num movimento organizado⁶⁰.

⁵⁷ DA COSTA, Emília Viotti. *A Abolição*. Ed. Global. S. Paulo, 1982. p. 19.

⁵⁸ Op. Cit. p. 17.

⁵⁹ Op. Cit. p. 19 a 23.

⁶⁰ DA COSTA, Emília Viotti. *A Abolição*. Global Editora. São Paulo, 1982. pp. 22/23

Até o meio do século XIX, a pressão pelo fim do regime escravocrata no Brasil vem mais do exterior do que fruto de uma ação interna. A Inglaterra, que já em 1807 havia abolido a escravidão em suas colônias, passa a exercer enorme pressão pelo fim do tráfico e da escravidão no Brasil. Considerando que a economia brasileira era altamente dependente da Inglaterra, o Parlamento brasileiro aprova a primeira lei que põe fim ao tráfico de escravos no Brasil, em 1831, lei esta que não vai ter curso maior, pois o contrabando não só é tolerado, como dele participam alguns dos personagens da Corte e da política imperial.

Diante desse fato, os ingleses passam a exercer uma política “manu militari”, perseguindo e apreendendo os navios negreiros, inclusive em águas territoriais brasileiras. Ainda assim, o apoio ao tráfico clandestino aumenta no Brasil como uma “questão nacional”, pois os escravos africanos estavam presentes em todos os aspectos da vida nacional e representavam 90% da mão de obra empregada nas fazendas de café, o principal produto de exportação do país. Será, porém, o isolamento do Brasil no cenário internacional, que levará à edição de uma nova lei, mais dura contra o tráfico, punindo agora severamente os contrabandistas, Lei esta de iniciativa do maçom Eusébio de Queiroz, que em 1850, consegue a sua aprovação no Parlamento.

Era necessário, no entanto, porém mostrar aos fazendeiros e traficantes que a lei agora era para valer. Para isto foram feitas algumas prisões de fazendeiros e estabelecida dura repressão aos comandantes de navios negreiros. Estes fatos, aliados ao isolamento político do Brasil no cenário internacional, produto da pressão exercida pela Inglaterra, agravado com o temor de rebeliões escravas, como a que havia acontecido na Bahia com os malês, favoreceram o fim do tráfico. Mas, a escravidão continuava no Brasil, o que iria dar início a uma grande campanha, que cresceria ao longo das décadas que se seguiam à segunda metade do século XIX.

Em 1871, embora o abolicionismo ainda não tivesse a força que iria ter nos anos seguintes, o governo já é obrigado a fazer concessões, pois vivia-se uma época de crise política, levando-o a editar a “Lei do Ventre Livre”, ou, Lei Rio Branco, levando esta lei emancipadora, o nome do grande maçom e futuro Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil.

Alguns autores, porém, vêem nesta lei um certo retrocesso, pois, com sua promulgação, ela arrefeceu um pouco a campanha abolicionista, que começava a crescer, pois estes, acreditando ter dado um grande passo para o fim da escravidão, diminuíram o ímpeto da mesma⁶¹.

⁶¹ MENDES JÚNIOR, Antonio e MARANHÃO, Ricardo. *Brasil História – República Velha*. Ed. Brasiliense,

A partir da década de 1870, alguns fatos importantes vão acelerar a campanha abolicionista, destacando-se, entre esses fatos, a modernização do exército brasileiro, após a guerra do Paraguai, quando este, em função das necessidades de recrutamento, passou a ter uma composição social diferenciada em sua oficialidade, que agora era formada, em sua maioria, por oficiais oriundos da pequena classe média do império, constituída de funcionários públicos, pequenos comerciantes, profissionais liberais etc, que não tinham laços fortes com o modelo escravista brasileiro, que era muito mais vinculado aos interesses dos grandes proprietários de terra. O exército que sai da guerra do Paraguai, torna-se abolicionista, pois as próprias necessidades militares eram prejudicadas pela existência da escravidão no Brasil. E esta instituição será importante elemento de pressão pelo fim do regime escravista no Brasil. (Nota do Autor. Ver Nelson Werneck Sodré, “História Militar do Brasil” e outros).

É inegável também a influência que o pensamento positivista, aliado à origem de classe, exercerá sobre os oficiais do exército, como afirma João Cruz Costa, ao dizer que as duas grandes Faculdades de Direito do Império — a de Olinda e a de São Paulo — eram freqüentadas principalmente pelos filhos dos fazendeiros escravocratas, enquanto os filhos da pequena burguesia urbana buscavam as escolas profissionalizantes, como a escola de medicina e a militar, o que explica porque na terceira metade do século XIX, o pensamento positivista irá influenciar esta geração de militares, “filhos de gente de poucos haveres”, que irá adotar a campanha abolicionista e Republicana⁶².

O crescimento da campanha abolicionista irá pouco a pouco mobilizando os brasileiros através de suas instituições, destacando-se dentre elas a Maçonaria. Pois, segundo o historiador maçônico Tenório de Albuquerque, a libertação dos escravos foi, em grande parte, um empreendimento da Maçonaria brasileira, o que ele demonstra através das diversas leis e campanhas abolicionistas que foram aos poucos sendo implementadas, na sua maioria por iniciativa de parlamentares e militantes abolicionistas maçons, citando entre outros, os maçons: Nabuco de Araújo, Visconde do Rio Branco, José do Patrocínio, Luís Gama, Joaquim Nabuco, Euzébio de Queiroz, Quintino Bocaiúva, Sousa Franco e Barão do Rio Branco⁶³.

São Paulo, 1979. p. 125

⁶² Costa, João Cruz. *O Pensamento Brasileiro sob o Império*, in “*História Geral da Civilização Brasileira*”, T. II, 3 vol. S. Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. p. 331.

⁶³ D’ALBUQUERQUE, A. TENÓRIO. *A Maçonaria e a Libertação dos Escravos*. Ed. Aurora. Rio de Janeiro, 1970.p.345.

Este autor faz interessante observação sobre a característica diferenciada que a propaganda emancipacionista teve no Brasil, pois em outros lugares esta foi, em grande parte, fruto de movimentos religiosos que pregavam, do púlpito, a emancipação dos escravos. No Brasil, esta campanha nada deve à Igreja, que era aliada do Estado Imperial escravocrata brasileiro, além de as ordens religiosas, no Brasil, possuírem escravos, homens e mulheres que trabalhavam cativos nos conventos e, citando Joaquim Nabuco, o mesmo autor referencia que “nenhum padre nunca tentou impedir um leilão de escravos ... e a Igreja Católica, apesar de seu imenso poderio no país..., nunca elevou a voz a favor da emancipação”(Cit. p/ autor; Joaquim Nabuco, *O Abolicionista*, pág. 18)⁶⁴.

É na década de 1880 que se consolida nacionalmente a causa abolicionista, com o engajamento de importantes membros do mundo político e intelectual de todo o país, transformando a campanha abolicionista em uma questão nacional. Criam-se, então, diversas organizações abolicionistas, como a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, fundada pelos maçons Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, na então capital do Império, o Rio de Janeiro⁶⁵. Proliferam pelo país jornais e revistas que vão divulgar e fazer importante propaganda antiescravista. Os abolicionistas iniciam nessa época inúmeras campanhas para arrecadação de fundos, com o fim de comprar cartas de alforria e, em 1884, a Província do Ceará, antecipando-se às demais províncias do Império, decreta o fim da escravidão em seu território⁶⁶.

1.3.2 - O ENGAJAMENTO DA MAÇONARIA NACIONAL NA CAMPANHA ABOLICIONISTA.

Para demonstrar que, nessa época, a Maçonaria estava cada vez mais engajada na campanha abolicionista, fazemos referência ao importante pronunciamento feito pelo Grão Mestre Saldanha Marinho que terá grande repercussão neste período agitado da história pátria.

“Declare-se extinta a escravidão; é o único caminho... Nenhum brasileiro que ame a sua pátria pode deixar de ser pela abolição absoluta. Só a inépcia e a improbidade administrativa podem sustentá-la⁶⁷.

⁶⁴ Op. Cit., p. 25 e 26.

⁶⁵ COLUSSI, op. Cit. p. 35

⁶⁶ Op. Cit. p. 35.

⁶⁷ BONFIM, Manuel. In Op. Cit. P. 287

O projeto de lei que, em 1971, libertou os nascituros, transformando-se na famosa “Lei do Ventre Livre”, foi do maçom Pimenta Bueno, sendo defendido arduamente no parlamento, por outro maçom ilustre, Joaquim Nabuco, e finalmente apresentado pelo futuro Grão Mestre do Grande Oriente do Brasil, José Maria da Silva Paranhos, então Visconde do Rio Branco⁶⁸.

O historiador José Castellani nos descreve que o Visconde do Rio Branco, em suas atividades diplomáticas e viagens internacionais, percebera o quão ruim era para o Brasil a imagem de um país escravocrata. Entretanto, estando à frente de um governo liderado pelo Partido Conservador, percebeu que a proposta de uma abolição total e imediata da escravidão poderia causar séria crise política e econômica, mas ao mesmo tempo sofria intensa pressão da instituição à qual era ligado, a Maçonaria, pela libertação dos escravos, o que o levaria a enviar o projeto de lei que tornava livre os filhos de escravos nascidos a partir daquela data, o que vinha de encontro à posição de muitos abolicionistas, inclusive da maioria da Maçonaria, que pregava a abolição gradual da escravidão, como alternativa a uma abolição imediata, que poderia gerar sérios problemas econômicos naquele momento⁶⁹.

Ainda assim, o futuro Grão-Mestre da Maçonaria brasileira teve que travar uma dura batalha na Câmara. Para defender o projeto, Rio Branco teve que fazer 21 discursos no Parlamento para que a lei fosse aprovada, sendo depois disso, aclamado como herói pelo povo, que fazia intensa romaria à sua residência em São Cristóvão, para cumprimentá-lo⁷⁰.

É interessante verificar que a questão de uma eliminação gradual da escravidão, defendida pela maioria dos abolicionistas brasileiros, inclusive na Maçonaria, decorria também do espírito iluminista e hegeliano, conforme nos demonstra o historiador Frederico Guilherme Costa, em sua dissertação de mestrado, defendida na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, orientada pela Prof.^a Dr.^a Tânia Maria T. Bessone, ao afirmar que “o estudo do tema em Hegel, nos permite interpretar, que embora o filósofo considere a escravidão injusta e a liberdade como essência do homem, há uma contradição que permite a conclusão dialética da abolição gradual ao contrário da abolição abrupta, uma conquista suficientemente amadurecida e culturalmente compreendida”⁷¹. Para dar maior sustentação a esta tese, o mesmo autor, afirma que a idéia de emancipação gradual da escravidão, e que se difunde principalmente após a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, fortalecida quando do sancionamento da Lei do Ventre Livre, em grande

⁶⁸ Op. Cit., pp. 290 e 293.

⁶⁹ CASTELLANI, José. *A Maçonaria na Década da Abolição e da República*. Ed. A Trolha. Londrina, 2001, p. 66.

⁷⁰ Idem, p. 66.

⁷¹ COSTA, Frederico Guilherme. *A Maçonaria e a Emancipação do Escravo*. Ed. A Trolha. Londrina, 1999. p. 52

parte é fruto da ilustração do iluminismo, refletida na obra de Condorcet, “A Escravidão dos Negros”, em que são propostas medidas de caráter paulatino para a eliminação do trabalho cativo. E, podemos dizer que muitos maçons ilustres dessa época bebiam nessas fontes, refletindo este pensamento nos seus discursos e nas inúmeras alforrias que ocorriam dentro das lojas, conforme demonstram os boletins oficiais da Maçonaria⁷².

Vejamos algumas notícias publicadas em jornais maçônicos a respeito da libertação de escravos ocorridos em Lojas, como estas notícias publicadas em “O Pelicano”, em que noticia-se que “as lojas maçônicas do Maranhão, no dia 03 deste mez, libertaram 14 crianças”. “Da Bahia noticia-se que a 03 do mesmo mez, o Sr. Serafim Ferreira de Carvalho, senhor d’engenho, libertou 14 escravos de 01 a 10 anos de idade”⁷³. Segue-se a estas informações, a reprodução pelo mesmo jornal de discursos pronunciados em lojas, como este reproduzido pelo mesmo jornal:

“Quando teremos extirpado este cancro, e extinta esta nódoa, a escravatura, que roe e definha o nosso paiz, que poderosamente tem impedido e impede a nossa privada e pública felicidade! Viesse a ação dos poderes do Estado auxiliar a caridade particular e a escravatura desapareceria, sem estremecimento em menos de 40 anos, e este paiz de cidadãos, de homens senhores de si, então teria dado mais um passo dos que conduzem a civilização”⁷⁴.

O noticiário constante nas publicações maçônicas sobre a libertação de escravos, mostrava o engajamento dessa instituição na causa emancipacionista, visando, no nosso entendimento, galvanizar a opinião pública para esta causa, daí também encontrarmos nos jornais e revistas maçônicas a constante publicação deste tipo de notícia, ainda que essas libertações de cativos, não tenham sido feitas por maçons, como estas também publicadas em alguns números do mesmo “Pelicano”.

“a Sra. D. Ignácia Gonçalves Penna, falecida no mez de agosto passado, Em Bananal, na Província de São Paulo, deixou libertos, sem condição alguma, todos os seus escravos em número de 60”⁷⁵.

“Em Rezende(Rio de Janeiro), a Sra. Geraldina Teixeira da Luz concedera, no dia 06 de setembro passado, aniversário de seu filho, o bacharel Joaquim

⁷² Idem, p. 52

⁷³ O PELICANO. 26.09.1872, ano I, no. 28, p. 02. Noticiário “Remissão de Cativos”. Biblioteca Arthur Vianna. Belém.

⁷⁴ Idem, p. 02, 2ª. Coluna.

⁷⁵ Idem, p. 02, 1ª. Coluna.

Augusto Ribeiro da Luz, Carte de Liberdade ao seu escravo, Venâncio, official de pedreiro”⁷⁶.

O mesmo jornal, em seu número 29, de 03/10/1872, no noticiário “Obras de Caridade”, diz que grande número de maçons da Corte, se reuniu no dia 12 de setembro e resolveu dar a liberdade a uma família de escravos constituída de marido, esposa e cinco filhos, que foram implorar esta caridade cristã à porta do club. Depois noticia informações sobre a liberdade de escravos em Taubaté, São Paulo, por parte de uma senhora de nome Clara Ferreira da Silva, que libertou 20 escravos, deixando ainda para os mesmos, duas moradas de casas e uma pequena quantia em dinheiro. E assim continua, inclusive reproduzindo informações de outros jornais, como o Correio da Bahia, que informa a entrega de 22 Cartas de Liberdade ocorrida após uma missa na capela do hospital da Quinta dos Lázarus, naquele estado, informando ainda que, naquela cidade (Salvador), o Comendador Paulo Pereira Monteiro, libertou três escravos por ocasião do casamento de seu filho, citando inclusive o nome dos escravos⁷⁷.

Dentro da perspectiva de abordarmos neste primeiro capítulo as questões gerais ligadas à atuação da Maçonaria na campanha abolicionista, abordando inicialmente como este processo se deu no Brasil de maneira geral e em alguns estados em particular, para no segundo capítulo, trabalharmos especificamente a atuação da Maçonaria paraense.

A constante preocupação que a Maçonaria brasileira dedica à causa emancipacionista, não elimina a discussão crítica que possa ser feita no sentido de caracterizar que esta luta não se deu na perspectiva de buscar uma eliminação imediata e total do trabalho compulsório, mas colocava-se na perspectiva de uma abolição lenta e gradual, indo assim de encontro ao princípio iluminista, defendido fundamentalmente por Condorcet, em sua obra “A Escravidão do Negro(Reflexões)”⁷⁸.

Esta visão gradualista do processo emancipacionista refletiu-se nas medidas e eles que buscavam um processo abolicionista paulatino, que não provocasse um caos na estrutura produtiva do país, ainda fortemente baseada no trabalho escravo. Importante é perceber a presença de maçons nos projetos de lei que vão introduzindo aos poucos a perspectiva abolicionista completa e na política de compras de alforrias e estímulos para tal, sempre destacado nos jornais maçônicos. Assim sendo, a lei que aboliu o tráfico, foi de autoria do maçom Eusébio de Queiroz⁷⁹. A Lei do “Ventre Livre”, que teve a participação dos maçons,

⁷⁶ Idem. 13.10.1872, ano I, no. 33, p. 03, 3ª. coluna

⁷⁷ O PELICANO. 03/10/1872, ano 01, no. 30, p. 02, 2ª. Coluna. Biblioteca Arthur Vianna. Belém.

⁷⁸ COSTA, Frederico Guilherme. *A Maçonaria e a Emancipação dos Escravos*. Ed. A Trolha. Londrina, 1999. P.

53

⁷⁹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, março de 1872, p. 108.

Ubaldo do Amaral, Rui Barbosa foi apresentada e defendida pelo Visconde do Rio Branco, que exerceu o cargo de Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil⁸⁰.

Interessante destacar que foi em uma homenagem ao Visconde do Rio Branco, no Grande Oriente, que o padre Almeida Martins fez elogioso discurso, com ampla repercussão, que levou o bispo Sebastião Lacerda a exigir que o padre abandonasse a Maçonaria⁸¹, em cumprimento a bula papal editada naquele momento e que, pelo sistema do padroado, o imperador não permitiu a sua validade no Brasil⁸². A recusa do padre Almeida Martins em cumprir a ordem do bispo e a solidariedade dos bispos de Olinda e Belém, D. Vital e D. Macedo Costa, deflagraram o conflito entre a Maçonaria e a Igreja, que irá transformar-se em um conflito com o governo, desencadeando a questão Religiosa. Interessante destacar que a Maçonaria, em suas origens européias, era marcadamente anticlerical, mas isto não ocorreu no Brasil, onde muitos padres fizeram parte da Maçonaria⁸³.

Este posicionamento da Maçonaria brasileira é um reflexo da visão humanista da instituição, pois o humanismo é o ponto central da visão maçônica do mundo, influenciada pelo iluminismo, já que a Maçonaria busca o aperfeiçoamento do homem, com base nos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade, buscando assim, a melhora das relações humanas, sendo contra toda e qualquer atitude desumanizante⁸⁴.

Outro aspecto importante a ser destacado na perspectiva que se coloca da atuação da Maçonaria brasileira em relação à causa emancipacionista é a influência das novas idéias que começaram a se fazer sentir nas lojas e na influência intelectual que será exercida sobre a elite da Maçonaria brasileira, que foi a filosofia positivista de Augusto Comte. O positivismo, de forte influência no Brasil do século XIX, também influencia o posicionamento político da Maçonaria brasileira na direção do humanismo, que marcou esta geração maçônica preocupada com o escravismo⁸⁵.

A preocupação com a questão escravista no Brasil pelos maçons, vinha de muito longe, sendo ela a primeira instituição a atentar para esta questão. Em 1926, o maçom José Clemente

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Op. Cit. P. 55

⁸² MARANHÃO, Ricardo. MENDES JUNIOR, Antonio. *Brasil: Texto e Consulta – República Velha*. Ed. Brasiliense, S. Paulo, 1979. p.

⁸³ COSTA, Emilia Viotti da. *Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil*”, in “*Brasil em Perspectiva*, Difel, S. Paulo, 1968, pp. 100 e 101.

⁸⁴ MARQUES, A. H. Oliveira. *Dicionário de Maçonaria Portuguesa, I, v. humanismo*. Ed. Delta. Lisboa, 1986.

⁸⁵ COSTA, Frederico Guilherme. *A Maçonaria e a Emancipação do Escravo*. Ed. A Trolha. Londrina, 1999. p. 60.

Pereira, apresentou um projeto que previa a proibição do comércio de escravos em todo o Brasil, a partir do dia 31 de dezembro de 1840⁸⁶.

Alaôr Eduardo Scisínio, em seu “Dicionário da Escravidão”, que nos relata o episódio da Loja Maçônica ‘Fé’, de Assunção, ao final da Guerra do Paraguai, quando esta Loja prestou homenagem ao Visconde do Rio Branco, então Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, em que o maçom brasileiro, Felipe Nery, levantando-se em Loja, pronuncia eloqüente discurso em que declara: “libertamos um povo, mas em nossa pátria geme ainda na escravidão um sem número de homens que nasceram no mesmo solo abençoado em que nascemos e que são tão brasileiros quanto qualquer um de nós é brasileiro”, e pede então, em relação à escravidão, uma posição do Grão-Mestre da Maçonaria brasileira. E Rio Branco, em resposta, declara: “pela minha parte asseguro, solenemente, que empenharei todas as minhas forças para que triunfe essa causa, que é a causa da humanidade”⁸⁷.

Destaque-se entre os maçons brasileiros que tiveram intensa participação na luta abolicionista, as figuras de Antonio Bento, fundador da Ordem dos Caifazes⁸⁸ e Luiz Gama, “advogado dos escravos, precursor do abolicionismo e venerável da Loja Maçônica “América”⁸⁹.

Antonio Bento, mesmo sendo um maçom regular, não fez a opção pela libertação gradual dos escravos, mas agiu ativamente organizando fuga de escravos, protegendo os evadidos, provocando assim problemas para a produção das fazendas cafeeiras⁹⁰.

Nesse sentido é interessante verificar a posição de Antonio Bento, que não só organiza o grupo “Os Caifazes”, como funda o jornal “A Redenção”⁹¹, pregando um abolicionismo intransigente e que a abolição dê-se de uma vez só e imediata. Assim sendo, esta posição do maçom Antonio Bento contrasta com a posição da Maçonaria, que pregava uma libertação gradual dos escravos, pois tinha sempre a preocupação de que a abolição fosse feita de uma forma que não desestruturasse a produção, o que causaria enormes prejuízos à economia do país.

Essa forma como era entendida a abolição pela maioria dos maçons, refletia-se na atitude das Lojas Maçônicas, que buscavam pagar alforrias, libertando assim os escravos, dentro de um espírito de lei e ordem e, nesse sentido, a Maçonaria contribuía para uma condenação doutrinária da escravidão, o que iria influenciar fortemente a opinião pública da época.

⁸⁶ SCISÍNIO, Alaor Eduardo. *Dicionário da Escravidão, verbete Maçonaria*. Rio de Janeiro. Léo Christiano Editorial Ltda., 1997. in Op. Cit. P. 74.

⁸⁷ Op. Cit. P. 75.

⁸⁸ Op. Cit. P. 79.

⁸⁹ Op. Cit. P. 81.

⁹⁰ Op. Cit. P. 80.

⁹¹ Op. Cit. P. 80.

Um personagem importante da história do Império brasileiro foi Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, maçom e empresário abolicionista, tendo sido um antiescravagista intransigente, que só aceitava trabalhar com mão-de-obra livre em seus empreendimentos e que chegou a introduzir em seus contratos de negócios comerciais, com seus fornecedores, uma cláusula em que “o contratante obriga-se a não empregar o braço escravo”⁹².

Este mesmo autor nos diz que depois de 1870, ao longo da linha da Mogiana, onde havia extensas plantações de café, a Maçonaria foi uma força constante utilizada como espaço de propaganda por Francisco Glicério, Prudente de Moraes, Bernardino de Campos e outros, para discursos antiescravagistas e republicanos⁹³. Assim sendo, as lojas maçônicas eram um local onde as elites liberais se abrigavam, protegidos pelos segredos do que se passa em uma Loja, para atuar de forma constante pela abolição e por extensão pela República, ressaltando que o objetivo deste trabalho é demonstrar a participação das Lojas Maçônicas brasileiras no processo abolicionista. Nesse contexto, outro republicano e abolicionista importante que exerceu grande papel na Maçonaria, chegando a ser Grão-Mestre, foi Quintino Bocaiúva, que também foi grande figura da campanha abolicionista⁹⁴.

A Maçonaria brasileira, não fez, ao longo de todo esse período, no Brasil, além do mesmo papel que muitas “sociedades secretas” fizeram ao longo do século XIX, conforme é descrito pelo historiador não maçônico Eric Hobsbawn, em sua obra “A Era das Revoluções”, pela identificação que tinham esses revolucionários com o momento histórico, ligado à Revolução Francesa e Industrial⁹⁵. O mesmo autor afirma que foram essas sociedades, entre as quais cita a Maçonaria e a Carbonária, que acenderam o fogo revolucionário, que deu lugar aos anos instáveis que varreram a Europa de 1848 a 1875⁹⁶.

É importante destacar também que, o mesmo Hobsbawn, analisa esses aspectos vinculando os mesmos ao processo da Revolução Industrial, tão bem dissecada pelo mesmo em sua obra “A Era do Capital”⁹⁷. Ressalte-se que algumas dessas “sociedades secretas” tinham profundas diferenças entre si. Maçons e carbonários se uniram em alguns momentos, com na questão da unificação italiana, mas diferenciavam-se profundamente em outros aspectos. A Carbonária tenha um caráter mais revolucionário e insurgente, sendo uma sociedade mais típica

⁹² D'ALBUQUERQUE, A. Tenório. *A Maçonaria e a Libertação dos Escravos*. Ed. Aurora. Rio de Janeiro, 1970. p. 336.

⁹³ CALMON, Pedro. *História Social do Brasil*, vol. IIp. 335, in Op. Cit. p. 340.

⁹⁴ Op. Cit. p. 343.

⁹⁵ HOBSBAWN, Eric. *A Era das Revoluções*. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1994.

⁹⁶ Op. Cit. p.133.

⁹⁷ HOBSBAWN, Eric. *A Era do Capital*. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

dos anos revolucionários do século XIX, enquanto a Maçonaria tinha um caráter mais fraternal e pacífico ligado às luzes dos setecentos⁹⁸.

A Maçonaria latino-americana age de forma revolucionária nas lutas de independência⁹⁹, mas, no caso do Brasil, a Maçonaria brasileira, agiu ao longo do século XIX, em uma perspectiva mais de influir e negociar, principalmente no caso da campanha pelo fim da escravidão no Brasil, ressaltando-se que este importante papel desenvolvido pela Maçonaria brasileira, revela-se no grande número de maçons que participaram de forma intensa das campanhas abolicionista e republicana no Brasil, como bem referencia d`Albuquerque. Foram maçons: Nabuco de Araújo, Visconde do Rio Branco, José do Patrocínio, Luiz Gama, Joaquim Nabuco, João Alfredo, Eusébio de Queiroz, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, Teófilo Otôni, Saldanha Marinho, Sousa Franco, Barão do Rio Branco, Lopes Trovão, Castro Alves, Antonio Prado¹⁰⁰ e tantos outros.

Assim sendo, encerramos este primeiro capítulo demonstrando um histórico da Maçonaria, desde suas origens, sua história e participação em acontecimentos da História Mundial e, principalmente, na História do Brasil, com ênfase no objeto final deste trabalho, que é demonstrar sua participação na campanha abolicionista realizada em nosso país. Demonstraremos, no segundo capítulo, a atuação da Maçonaria e dos maçons no estado do Pará, analisando quanto foi importante a ação dessa instituição para a campanha abolicionista no Pará.

⁹⁸ COSTA, Frederico. *A Maçonaria Dissecada*. Ed. A Trolha. Londrina, 1995. p.p. 41/46.

⁹⁹ MORETTI, Fernando. *Maçonaria nas Américas*?. Ed. Escala. S. Paulo.

¹⁰⁰ D`Albuquerque, A. Tenório. *A Maçonaria e a Libertação dos Escravos*. Ed. Aurora. Rio de Janeiro, 1970.pp. 345/346.

CAPÍTULO II – A QUESTÃO DO ABOLICIONISMO MAÇÔNICO NA IMPRENSA PARAENSE.

Neste segundo capítulo abordaremos vários aspectos voltados especificamente à atuação da Maçonaria paraense na campanha abolicionista no estado do Pará. Abordaremos em, um primeiro ponto, a questão do abolicionismo maçom na imprensa paraense. Em seguida, observaremos a estrutura dos jornais maçônicos e suas ligações com as lojas maçônicas, identificando seus diretores, gráficas etc., buscando também identificar as lideranças maçônicas vinculadas às organizações emancipacionistas, para também dar conta das festas de arrecadação de fundos para utilizar na alforria de escravos, realizadas pela Maçonaria. Finalmente, identificaremos as ações da Maçonaria no plano político e social.

Em relação ao primeiro aspecto, a pesquisa baseou-se nos jornais maçônicos e “profanos”, como os maçons referem-se ao mundo que está fora dos aspectos maçônicos da vida, ou seja, os jornais da grande imprensa paraense da época. O principal jornal com noticiário sobre as atividades da Maçonaria paraense no período estudado chamava-se “O PELICANO”, dirigido por um dos mais importantes membros da Maçonaria da época, o doutor Assis, que através desse

jornal noticia os acontecimentos maçônicos e desnuda a posição da Maçonaria em relação à questão abolicionista, assim como em um outro aspecto que domina as atenções da sociedade neste período, “a questão religiosa”, que, no entanto, não é objeto de estudo do presente trabalho.

Além de “O PELICANO”, trabalhamos com mais duas publicações maçônicas do período, o hebdomadário “O FILHO DA VIUVA”, o “SANTO OFÍCIO”, e a revista Maçônica “A FLAMÍGERA”, além dos diversos jornais da grande imprensa da época, como a PROVINCIA DO PARÁ, O LIBERAL DO PARÁ, DIÁRIO DE NOTÍCIAS, nos quais veremos que algumas páginas desses jornais estavam reservadas para o debate abolicionista, discutindo e pontuando as várias idéias sobre a emancipação dos escravos, além de descrever a ação da Maçonaria relativa às manumissões de escravos.

Veremos que grande parte da campanha abolicionista foi promovida pela imprensa, que cedia grandes espaços para noticiar a atuação das associações emancipacionistas que passam a atuar nessa época, da qual faziam parte importantes membros da Maçonaria, conforme demonstraremos ao longo deste capítulo, destacando a “Sociedade Filantrópica de Emancipação de Escravos”, onde o principal personagem, que desenvolve grande atuação é o advogado maçom Samuel Wallace Mac-Dowell.

No final dos anos 1860, a campanha abolicionista começará a intensificar-se no estado do Pará. Já em 1869, era fundada a Sociedade Filantrópica Emancipacionista do Pará, a partir da iniciativa de Carlos Seidl, que enviou uma carta aos jornais, solicitando o apoio e a participação de todos “os amigos da humanidade”, solicitando ainda ao redator que publicasse a carta e o esboço dos estatutos em seu jornal “a fim de dar ciência desta idéia a todos os amigos da humanidade”¹⁰¹. Este anúncio também foi publicado no jornal “Diário de Belém”, no dia 21 de julho de 1869, saudando tal iniciativa, como vemos no texto abaixo:

“Damos a estampa n`outra parte desta folha uma carta que nos foi dirigida, capeando algumas bases para a Associação Filantrópica de Emancipação de Escravos”, que também publicamos”...

“O estabelecimento de mais uma alavanca da liberdade não pode deixar de conciliar os merecidos louvores, como o doce fruto das idéias e luzes do século, parto

¹⁰¹ DIÁRIO DO GRÃO-PARÁ. 17/07/1869. No 160, p. 2

maravilhoso da civilização, que tam salutarmente domina e infiltra de concepções sublimes os filhos e habitantes desta abençoada região da América”.¹⁰²

Esta notícia obteve uma grande receptividade por parte da sociedade belenense, o que demonstra que a idéia de liberdade para os escravos já era algo presente na sociedade paraense e veremos que serão principalmente os maçons que estarão à frente desta sociedade, pois, segundo o jornal “Diário de Belém”, em uma reunião convocada para o teatro Providência, na noite do dia 07 de setembro de 1869, compareceram ilustres personalidades de Belém da época, destacando-se as figuras de Samuel Wallace Mac-Dowell, entre outros¹⁰³.

Veremos que a partir desse momento Samuel Mac-Dowell, assim com José da Gama Malcher, irão envolver a Maçonaria no sistemático apoio a esta sociedade.

Samuel Wallace Mac-Dowell, buscará o apoio da Maçonaria para a campanha abolicionista e ajuda financeira para sustentar a Sociedade Filantrópica conforme noticia o jornal “O Pelicano”:

“Manumissão – Agradecendo ao povo Mac:. Deste Val:. Reunido em assembléia Geral a 02 do corrente no edificio da resp:. Loj:. Harmonia, a confiança que em mim depositou, entregando-me na qualidade de presidente da Associação Philantropica de Emancipação de Escravos, a quantia de duzentos e quarenta e seis mil réis(246.000), producto do tron:. De Beneficência, para applicar à manumissão de escravos...”.

“... e as boas obras da Maçonaria deixarão após si o testemunho indelével de gratidão eterna, escripto no coração d’aquelles que ella cotidianamente resgata do captivo da escravidão e da miséria.

Pará, 12 de fevereiro de 1873 – Samuel Wallace Mac-Dowell.”¹⁰⁴

Este dinheiro será usado para a libertação de escravos conforme noticia o mesmo periódico, o que demonstra já no início da década de 1870, que a Maçonaria paraense já está devidamente engajada na campanha abolicionista, dentro de uma perspectiva gradual, através da arrecadação de fundos para manumissões, usando o “tronco de beneficência”, sacola que em todas as lojas maçônicas, durante suas sessões, circula com a finalidade ser utilizado para ajudar maçons ou familiares destes que esteja, em dificuldades e que, neste momento, estes recursos passam a ser utilizados na remissão de cativos.

¹⁰² DIÁRIO DE BELÉM. 21/07/1869. No 162, p.1

¹⁰³ IDEM. 10/08/1869. No 179, p.2

¹⁰⁴ O PELICANO. 20/02/1873. No 70, p. 3

“Pela presente carta de manumissão dou liberdade ao meu escravinho de nome José, pardo, com cinco anos de idade, natural do Ceará, filho legítimo dos pardos Raimundo e Maria, há pouco aqui libertados , pelo preço de duzentos e quarenta e seis mil réis(246), que, em moeda corrente no Império, recebi do Ilmo. Sr. Dr. Samuel Wallace Mac-Dowell, Presidente da Associação Philantrópica de Emancipação de Escravos, a quem fora entregue a mesma quantia, collectada na assembléia geral do povo Mac:. Deste Val:. Em 2 do corrente para dar-lhe esta aplicação”.¹⁰⁵

Como vemos, a atuação da Maçonaria nesse primeiro momento visa à libertação dos escravos através de um processo que se tornará uma constante ao longo de toda a década de 1870, articulado com as leis abolicionistas que, de forma gradual irão extinguindo a escravidão no Brasil. É fácil perceber que a maioria das leis abolicionistas vieram da iniciativa parlamentar de maçons, conforme já descrito no primeiro capítulo deste trabalho, já que Euzébio de Queiroz (fim do tráfico), Rio Branco (lei do ventre livre) e outros eram maçons.

Os jornais maçônicos, como parte de sua campanha pela emancipação dos escravos, noticiavam constantemente sobre a libertação de escravos, não somente no Pará, mas também o que ocorria em outros estados, como já publicava o “O Pelicano em 1872, noticiando que “noticias trazidas pelo vapor North America, falam-nos da remissão de escravos, citando que em Alagoas, no engenho Salamaquinha, foi dada a liberdade a sete escravos, pertencentes a D. Joana de Paula Calheiros, e enumera os nomes e idades”¹⁰⁶. No mesmo jornal há ainda a informação sobre a libertação na cidade de Pilar, de uma escrava e seu filho de 10 anos, noticiando ainda sobre a alforria de um escravo em Áreas em São Paulo¹⁰⁷, assim como uma notícia sobre alforrias concedidas no dia da independência em Juiz de Fora, reproduzindo notícias do jornal ‘Pharol’:

“Em homenagem ao glorioso dia 7 de setembro, dia de nossa emancipação política, em homenagem às verdadeiras cinzas dos Ottoni, Silva Xavier (Tira-Dentes), Andrada, Nunes Machado, e tantos outros martyres da liberdade brasileira, e de todas as liberdades, declaramos livres os escravos incluidos na relação seguinte, e pela forma prescriptas”.¹⁰⁸

Na mesma notícia, segue a relação de nomes de escravos libertados. O jornal “Pelicano”, fundado pelo maçom, Dr. Joaquim José d’Assis. O Dr. Assis foi um dos fundadores da Loja

¹⁰⁵ IDEM

¹⁰⁶ O PELICANO. 10/10/1872. No 32, p.2 – Biblioteca Arthur Vianna, Centur.

¹⁰⁷ IDEM

¹⁰⁸ IDEM

“Firmeza e Humanidade”¹⁰⁹, era uma publicação oficiosa da Maçonaria, que circulou em edições bimestrais de junho de 1872 até 1874, sendo a principal fonte de informações da atuação da Maçonaria na questão abolicionista nesse período. Muito amplo é o noticiário sobre a libertação de escravos dentro de lojas maçônicas ao longo da década de 1870, que iremos demonstrar à exaustão neste trabalho, assim com as discussões que se travaam dentro das lojas maçônicas, envolvendo vários aspectos da questão abolicionista, descrita nas páginas dos jornais da época, assim com em atas de lojas.

O engajamento da Maçonaria paraense na questão abolicionista está presente de forma sistemática desde o início da década de 1870, com a libertação constante de escravos dentro de lojas maçônicas, conforme atestam os jornais da época, em especial “O Pelicano”, que descreve em suas páginas as festas da fraternidade como eram denominadas essas sessões seguidas de bailes, nas quais libertava-se em grupos ou individualmente das agruras da escravidão, aqueles que ainda sofriam o cativeiro. O número 102 do “Pelicano”, de 15/06/1873, nos descreve uma cerimônia na Loja Aurora, que havia sido fundada em 18 de janeiro de 1873, ou seja, aos seis meses de sua fundação, na noite de 11 de junho de 1873, descrita como uma noite de gala, em que foi libertado um escravo de nome Antonio Aurora, em que foi feito um discurso do Venerável mestre, em que destaca como programa da Loja Aurora a campanha pela libertação de homens do cativeiro, entregando nesta noite, além da Carta de Liberdade a este escravo, lhe é simbolicamente concedido pela Loja um diploma de cidadão brasileiro. Reporta-se também o noticiário, o discurso feito pelo Orador da Loja, Dr. João Chrisóstomo da Mata Bacellar, sob o tema “o destino do homem sobre a terra”, recebido com entusiásticos aplausos. A este pronunciamento, seguiram-se discursos feitos pelos oradores das comissões das lojas maçônicas existentes em Belém, e que faziam representar-se nesta noite, como os ilustres maçons Manoel José Machado e Silva, da Loja “Renascença”; José Caetano da Gama e Silva, da “Harmonia e Fraternidade”; Raimundo Dias Ferreira Portugal, da “Cosmopolita”; Dr. Antonio Manoel Gonçalves Tocantins, da “Harmonia” e José Joaquim Carvalho Junior, da “Firmeza e Humanidade”. Destaque-se que nesta noite, o produto do “Tronco de Beneficência”, foi mandado entregar a uma mulher escrava, que recorreu a “nova oficina”, para poder comprar sua liberdade. Encerrando-se o noticiário com a informação de que após a cerimônia foi oferecido opíparo

¹⁰⁹ ATA DE FUNDAÇÃO DA LOJA “FIRMEZA E HUMANIDADE”. Secretaria da Loja.

“copo d’água”¹¹⁰. O “copo d’água”, é como é conhecido em linguagem maçônica, os banquetes que são realizados após as sessões magnas.

Cabe esclarecer que Orador é um dos cargos mais importantes exercidos em Loja, sendo este responsável pelo entendimento das leis maçônicas e responsável por pareceres e saudações em nome da Loja, enquanto que o “Tronco de Beneficência”, como já dito, é arrecadado em todas as sessões das Lojas para utilização beneficente, como o próprio nome diz, ou para socorrer algum “irmão” (os maçons tratam-se como irmãos) em dificuldade.

Na sequência do mesmo noticiário sobre a libertação de escravos dentro de lojas maçônicas no início dos anos setenta do século XIX, o mesmo jornal, em seu número 75, informa que em festa de posse dos novos dirigentes eleitos da Loja “Firmeza e Humanidade”, que na Loja Capitular “Harmonia e Fraternidade”, foram manumitidos dois escravos e que o “Tronco de Beneficência” dessa sessão foi destinada aos pobres enfermos das “quatro freguesias desta cidade”¹¹¹.

Ressalte-se que, nesse mesmo noticiário, há a informação de que os maçons deviam divulgar estes fatos, que muitas vezes passam-se no silêncio das fechadas lojas maçônicas, com a participação apenas dos irmãos e, nos dias de festas das “cunhadas e sobrinhos”, como são conhecidas as esposas e filhos de maçons, como vemos abaixo:

“Com quanto esses actos de caridade devessem passar-se em silêncio, como recomenda o evangelho, nos julgamos dever comunicá-los ao público, não por ostentação, mas como um protesto contra as calumnias e embustes dos inimigos das mais santas das instituições humanas – a Maçonaria”¹¹².

Este fato se dá no momento em que está ocorrendo a questão religiosa, que contrapôs a Maçonaria à Igreja católica no século XIX, e esta está sofrendo pesados ataques difamatórios das publicações católicas, cujo porta-voz no Pará é a revista “Boa Nova”, fato que obriga os maçons a responder, o que é comum através das publicações maçônicas e “profanas”(imprensa não maçônica), como vemos os maçons respondendo através de seus jornais, como neste enxerto de “O Filho da Viúva”:

¹¹⁰ O PELICANO. No 102. 15/06/1873, p. 3 – Biblioteca Arthur Vianna, Centur.

¹¹¹ O PELICANO. No 85. 17/04/1873, p. 4 – Biblioteca Arthur Vianna, Centur.

¹¹² IDEM

“Em quanto a maldita seita jesuítica insulta e injúria a Sublime Ordem Maçonica, prossegue esta desassombradamente na senda das grandes obras a crear proselytos inherentes aos grandes e imutáveis fins que ela sustenta e defende”¹¹³.

É o mesmo hebdomadário, que na seqüência de seu noticiário na mesma página, nos informa sobre a libertação de mais um escravo pela Maçonaria, ao noticiar a regularização da recém fundada Loja Aurora:

“Mais uma athleta acaba de aparecer neste Valle. Na quarta-feira REGULARIZOU-SE A Aug:. E Resp:. Loj:. Aurora , do rito Adonhiramita, sob os auspícios do Grande Oriente Unido do Brazil.

A solemnidade esteve na altura do assunto e teve mais realce por um ato de philantropia: a Loj:. Aurora comemorou sua instituição quebrando as algemas do captiveiro à uma outrora infeliz menos”¹¹⁴.

Ressalte-se que neste momento, a Maçonaria, que até então estivera dividida entre o Grande Oriente do Lavradio (GOL) e o Grande Oriente do Valle dos Beneditinos (GOBen), divisão ocorrida em 1863, em que os dissidentes do GOBen condenavam a excessiva centralização de poder¹¹⁵. Em função dos ataques da Igreja, com a Maçonaria “sofrendo as ameaças dos padres ultramontanos de excomungar os suspeitos de pertencer à Maçonaria e a recusa por parte da Igreja de realizar casamentos ou sepultamentos de maçons”¹¹⁶, levou os maçons a unificarem-se novamente, sob o nome de Grande Oriente Unido do Brasil. Este novo poder maçônico, dominado principalmente pelo Grande Oriente dos Beneditinos, tendeu a se envolver mais em assuntos políticos, assumindo principalmente as causas da República e da Abolição¹¹⁷. Foi a este novo poder que filiou-se a Loja Aurora, que passou a adotar o rito adonhiramita, rito este fundado na França pelo Barão de Tschouldy¹¹⁸, e que seria adotado em grande escala no Brasil nas lojas do Grande Oriente e que apresenta duas curiosidades: a primeira, é que historicamente este rito surgiu como uma reação à tendência, que havia surgido após a Revolução Francesa, de caráter mais racionalista e que diminuiu a força da ritualística

¹¹³ O FILHO DA VIUVA . No 1. 13/06/1873, p. 4 - Biblioteca Arthur Vianna, Centur.

¹¹⁴ IDEM. Mantida a grafia da época.

¹¹⁵ COLUSSI, Eliana. Op. Cit. p. 25

¹¹⁶ IDEM,p.26.

¹¹⁷ IDEM, p. 26.

¹¹⁸ PIRES, Joaquim da Silva. “rituais Maçônicos Brasileiros. Ed. A Trolha. Londrina, 1996. p. 37-41

mística e esotérica, até então predominante na Maçonaria do século XVIII¹¹⁹. O rito Adonhiramita, que surge no século XIX, retoma a ritualística de caráter místico e esotérico. Há ainda uma segunda característica, neste rito, é que, apesar de ter surgido na França, hoje ele é praticado apenas no Brasil e no Grande Oriente. No entanto, agora, no século XXI, está retornando à Europa, através de Portugal, por influência do Grande Oriente do Estado do Pará - GOEPA.

A questão religiosa acaba fortalecendo a posição da Maçonaria em relação ao combate à escravidão, pois o fato de a Igreja condenar a Maçonaria e não fazer o mesmo em relação à escravidão leva os maçons a embutirem esta crítica à Igreja e a defender mais firmemente ainda a posição abolicionista da instituição, porque era uma forma de ataque à Igreja brasileira, conforme depreendemos a partir de alguns dados fornecidos por alguns autores como vemos abaixo, citado pelo historiador maçônico A. Tenório d`Albuquerque.

“Durante a campanha abolicionista, com exceções que se podem contar pelos dedos de uma só mão, foi completa a indiferença do clero”¹²⁰.

O mesmo autor cita o grande estadista do império, abolicionista e maçom, Joaquim Nabuco, que responde à Igreja, defendendo a abolição da escravidão.

“- Nota Joaquim Nabuco, e sempre com aquela sua clara e penetrante inteligência, que houve dois bispos no Brasil que se levantaram, por obediência, contra o poder temporal, porque este contrariou num ponto secundário a política do papado com relação à Maçonaria; e não houve, nem um sequer, que invocasse a mesma obediência para combater a escravidão, mais condenada que a Maçonaria por bulas, encíclicas e até por mais de um concílio”¹²¹.

Retomando a questão abolicionista no Pará e a atuação da Maçonaria nestes fatos, vejamos novamente o noticiário do Jornal “O Pelicano”, que no início da década de 1870, funciona como porta-voz dos setores abolicionista e da Maçonaria, desenvolvendo intensa propaganda através de seu noticiário refletindo o que aconteciam nas Lojas maçônica, em um contexto que antecede em quinze anos da abolição.

¹¹⁹ IDEM.

¹²⁰ DORNAS FILHO, João. “A Escravidão no Brasil”. P. 243. IN D`ALBUQUERQUE; A. Tenório. “O que é a Maçonaria”. Ed. Aurora. Rio de Janeiro, 1972. p. 176.

¹²¹ D`ALBUQUERQUE. Op. Cit. p. 177 – 178.

E é o jornal “O Pelicano”, que desde a sua fundação noticia intensamente a libertação de escravos, como vemos no noticiário refletido pelo mesmo jornal ainda no ano de 1872, com esta notícia sobre a libertação de duas menores escravas pela Loja Capitular Harmonia:

“Duas menores escravas foram introduzidas no templo pelo Venerável que acabava de depor o malhete¹²² e das mãos de seu substituto receberam o baptismo da purificação da matéria, quebrando assim mais dois elos da cadeia férrea da escravidão”¹²³.

Ao longo do ano de 1872, ano de fundação do jornal, o mesmo tinha um amplo noticiário sobre a libertação de escravos através de um segmento da pauta denominado “Remissão de Captivos”. Assim vemos no número de 26/09/1872, informações tais como o de uma certa Sra.”D. Inácia Gonçalves Penna, falecida no mez de agosto passado, em Bananal, na Província de S. Paulo, deixou libertos sem condição alguma, todos os seus escravos, em número de 60”. Noticiando ainda que “as lojas maçônicas do Maranhão, no dia 03 do mesmo mez, libertaram 14 crianças”. Informa ainda o noticiário que na Bahia, um Sr. De Engenho, de nome Serafim ferreira de Carvalho, “libertou 14 escravos, de 1 a 10 anos de idade”¹²⁴.

Em editorial, o mesmo jornal escreve em 26 de setembro de 1872, em sua primeira página, um editorial afirmando que é preciso extirpar este cancro e extinguir esta nódoa, a escravatura, “que roe e definha o nosso paiz, que poderosamente tem impedido, e impede a nossa privada e pública felicidade”. Propondo, no mesmo editorial, que os poderes do Estado viessem auxiliar a caridade particular, para que a escravidão desaparecesse, de forma gradual em um processo de 40 anos, trazendo assim a este “paiz de cidadãos, de homens senhores de si”, a dar mais um passo rumo à civilização¹²⁵.

Neste ponto, é necessário dizer algumas palavras sobre o jornal “O Pelicano”, publicação maçônica muito influente durante o período em que circulou, na primeira metade da década de setenta do século XIX. Este jornal era impresso na tipografia d’O Futuro, outra publicação de influência maçônica, ligada aos ideais republicanos.

“O Pelicano” era um jornal de publicação bissemanal, impresso em tipografia sita à Travessa dos Ferreiros, atual Travessa Alenquer, esquina da Rua do Espírito Santo. Defendia as

¹²² Simbolicamente, um venerável quando é substituído, passa o malhete, símbolo do seu poder, para o venerável que assume.

¹²³ O PELICANO. No. 2. 27/06/1872, p. 04. Biblioteca Arthur Vianna, Centur.

¹²⁴ IDEM. No 28. 26/09/1872,p.02.

¹²⁵ IDEM.

idéias maçônicas e promovia o estudo e discussão de assuntos científicos, literários, artísticos, industriais e noticiosos. Tornou-se órgão oficial da Maçonaria do Pará, sob a responsabilidade do Padre Eutíquio Pereira da Rocha, Cônego Ismael de Senna Nery, Joaquim José de Assis (proprietário), Cármino Leal e Jorge Sobrinho, tendo Francisco de Sousa Cerqueira como encarregado das oficinas. Teve seu primeiro número impresso em 24 de junho de 1872¹²⁶.

Vê-se pelos nomes que aparecem acima, que o jornal era dirigido por uma plêiade de intelectuais maçônicos, destacando-se as figuras de Padre Eutíquio, Cônego Ismael Nery e Joaquim José de Assis, o Dr. Assis, figura ímpar da Maçonaria paraense do século XIX. Cabe algumas palavras sobre alguns desses cidadãos.

2.1 – INTELLECTUAIS MAÇÔNICOS E A IMPRENSA

Começamos pelo Padre Eutichio Pereira da Rocha, cuja urna funerária encontra-se até hoje no templo da Loja Harmonia, no bairro da Pedreira, em Belém do Pará (foto anexa). Padre Eutichio era um Cônego mulato, maçom, que durante a questão religiosa, foi chamado pelo Bispo Dom Macedo Costa de “O Cônego Africano”¹²⁷. Padre Eutichio foi também político, jornalista e professor, tendo cursado o seminário episcopal em sua terra natal, a Bahia. Ao mudar-se para Belém, em 1850, para assumir a presidência do Mosteiro Carmelita, filiou-se na mesma época ao Partido Liberal¹²⁸. Foi iniciado na Maçonaria na Loja Capitular Harmonia, tendo tido grande participação nos meios maçônicos do Pará, sendo até hoje reverenciado nesta Instituição, considerado um dos ícones da Maçonaria paraense e um dos sustentáculos do jornal maçônico “O Pelicano”.

¹²⁶ Fonte: Amazônia-Bibliografia, CJP, GEA e RIGH. Catálogo de Jornais Paraoaras, p. 61. Biblioteca Arthur Vianna, Centur.

¹²⁷ VIEIRA, David Gueiros. O Protestantismo, A Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil. P. 175. Editora da UNB, 1980.

¹²⁸ IDEM



Urna com os restos mortais de Padre Eutíquio, mantida no interior do templo da Loja Harmonia 8.

Outro personagem a chamar a atenção na composição da direção do Pelicano, foi o Cônego Ismael de Sena Ribeiro Nery. Segundo David Gueiros, em sua obra já referenciada, o Cônego Ismael Nery, “foi companheiro de Padre Eutichio em sua luta contra D. Macedo Costa, tendo nascido na cidade de Penedo em Alagoas, e era Cônego da Sé no Pará, assim como professor no seminário de Santo Antonio”¹²⁹.

A presença de padres na Maçonaria do século XIX, era grande, apesar de esta sofrer várias acusações de aliada do protestantismo, de serem ateus, de realizarem cultos demoníacos etc., explica-se pelo fato de a Maçonaria aceitar entre seus membros pessoas de qualquer crença religiosa, cabendo dentro dela, judeus, cristãos, muçulmanos, espíritas etc.

Em grande parte, a questão religiosa arrebenta no Brasil, em função do lançamento da Bula papal “Quanta Cura”, proibindo os católicos de fazerem parte da Maçonaria, não sendo esta Bula reconhecida pelo Imperador, pois pelo sistema do Padroado, os documentos papais, teriam que ter o beneplácito do Imperador para ter validade no Brasil. O sistema do padroado, existente no Brasil à época do Império, dava ao Imperador o direito de indicar nomes para o preenchimento dos cargos mais importantes da hierarquia eclesiástica no Brasil, principalmente dos bispos responsáveis pelas dioceses. Em troca, o clero recebia salários do Estado, passando os padres a

¹²⁹ IDEM, p. 176

serem verdadeiros funcionários públicos¹³⁰. Pelo sistema do Beneplácito, vigente desde a Constituição de 1824, resultante da aliança entre Igreja e Estado, vigente no Império, as Bulas papais, documentos oficiais da Igreja, expedidos pelo Papa, só poderiam ter validade no Brasil depois de sancionada pelo Imperador e, no caso desta Bula, “Quanta Cura”, a mesma não recebeu o “Beneplácito. Esta atitude do Imperador, explica-se pelo fato de vários de seus ministros serem ligados à Maçonaria, sendo inclusive, o próprio Presidente do Conselho de Ministros, José Maria da Silva Paranhos, o Visconde de Rio Branco, Grão-Mestre das Lojas maçônicas do Rio de Janeiro, além de que o pai de D. Pedro II, o Imperador Pedro I, fora Grão-Mestre da Maçonaria¹³¹.

Este fato provocou a revolta do Bispo de Olinda, D. Vital, que proibiu os católicos de pertencerem à Maçonaria, no que foi acompanhado pelo Bispo do Pará, D. Macedo Costa, tendo muitos católicos e entre eles, alguns padres, recusado-se a seguir as ordens dos Bispos.

Estes fatos têm relação também com a questão da abolição, pois o estopim da crise entre Igreja e Maçonaria, segundo Colussi, está ligado à “realização de uma festa, em 2 de março de 1872, em comemoração à aprovação da Lei do Ventre Livre. O evento fora organizado pelo Grande Oriente do Lavradio. Durante os festejos, o padre maçom Almeida Martins fez elogios públicos à figura do Visconde do Rio Branco, dirigente do GOL e autor da referida lei”¹³². A consequência desse ato, foi a suspensão do Padre Almeida Martins pelo Bispo do Rio de Janeiro, seguindo-se a partir desse fato uma série de medidas repressivas aos membros da Maçonaria, tais como, “a proibição de maçons participarem das irmandades, a expulsão dos padres maçons que não abjurassem a Maçonaria, a excomunhão de católicos que se soubesse ser maçons, a negação de sepultura católica aos maçons que não tivessem abjurado a Maçonaria antes da morte, a negação de casamento religioso a filhos de maçons, etc.”¹³³.

Este conflito acabou sendo importante para a divulgação das idéias maçônicas, com a Maçonaria passando a assumir abertamente suas posições liberais e anticlericais, que leve esta Instituição a envolver-se diretamente com as campanhas republicanas e abolicionistas. A reação aos ataques da Igreja católica em todo o Brasil, acabou fortalecendo a Maçonaria, que passou a ter a simpatia dos setores mais “ilustrados” da elite brasileira¹³⁴.

¹³⁰ MENDES JR, Antonio e MARANHÃO, Ricardo. Brasil História – República Velha. Ed. Brasiliense. S. Paulo, 1979. p. 129.

¹³¹ IDEM, p.130.

¹³² COLUSSI, Op. Cit., p. 32.

¹³³ IDEM, p. 32.

¹³⁴ IDEM, p. 33.

Os maçons nunca deixaram de mostrar o caráter liberal e abolicionista da Maçonaria como contraponto à posição reacionária e conservadora da Igreja católica como nesta notícia publicada pelo Pelicano:

“Assumptos Diversos”

“Mais uma liberdade”

“Por ocasião de festejarem os maçons de Santarém a nova do Aviso de 12 de junho, que quebrou os grilhões da theocracia entre nós, com que os Vitaes e Macedos pretendiam aniquillar-nos, foi libertada uma creança de de 2 annos de idade, com o produto da subscrição, promivida entre aquelles, a quem a cúria romana chama ímpios e hereges”¹³⁵.

E as lojas maçônicas continuavam libertando escravos, como foi o caso do menor Antonio Aurora, em notícia do *Pelicano*, sobre uma festa realizada na Loja Aurora, mantida a ortografia original. “Em seguida teve entrada no templo, o menor Antonio Aurora a quem a nova off.: quebrou as cadêas da escravidão, demonstrando assim a expansão do mais vivo regozijo, senão também os seus louváveis sentimentos de Philantropia”. A notícia informa ainda, que a pedido do venerável, a carta de liberdade, o precioso diploma de cidadão brasileiro, foi entregue ao manumitido, sendo então feito um discurso pelo Presidente da Comissão de libertação do agraciado, “que prendeu todas as atenções”, pela eloquência e patriotismo, felicitando a Loja Aurora.¹³⁶

Outro personagem importante do jornal *O Pelicano* foi Joaquim José de Assis, o Dr. Assis, jornalista, natural de conceição do Serro, Minas Gerais, bacharelou-se, aos 24 anos, em Ciências Jurídicas e sociais, pela Faculdade de São Paulo, vindo para o Pará, em 1855, como secretário do Presidente Sebastião do Rego, radicando-se definitivamente em Belém, tendo ajudado a fundar em 28 de maio de 1857, a Loja Maçônica “Firmeza e Humanidade”¹³⁷. “Fundou e dirigiu em Belém, os seguintes órgãos: O Pelicano 1872-1874, periódico de defesa da Maçonaria; O Futuro – 1872, destinado à propagação dos ideais republicanos; Província do Pará – 1876-1908. Era político influente, tendo sido um dos chefes do Partido Liberal, no Pará”¹³⁸. Deu nome a uma das ruas de Belém.

¹³⁵ O pelicano. No. 14, 17/08/1873. p. 04. Biblioteca Arthur Vianna - Centur

¹³⁶ IDEM, 15/06/1873. p. 02.

¹³⁷ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL. No. 6, Agosto de 1889. Secretaria do GOB. Brasília.

¹³⁸ CRUZ, Ernesto. Ruas de Belém. Belém. Edições CEJUP. P. 39.

Ainda no início da década de 1870, uma outra publicação maçônica, “A Regeneração”, fundada pelo maçom e advogado Samuel Wallace Mac-Dowell, outro importante personagem da história do Pará no século XIX, vai demonstrar seu engajamento na campanha emancipacionista, utilizando as páginas de sua publicação para divulgar as ações voltadas à libertação de escravos e principalmente as levadas a efeito pela Maçonaria, como a que noticiou em seu número 1, declarando que registra “com indisível prazer”, a libertação do escravo Martinho, de 6 anos de idade, “último descendente escravo de uma família já liberta”, libertação esta feita em homenagem ao aparecimento da ‘Regeneração”, sendo testemunha no documento de manumissão, registrado em cartório, o próprio Samuel Wallace Mac-Dowell¹³⁹

Interessante notícia é a que aparece no No. 52, da referida publicação, em que a “Associação Philantrópica de Emancipação de Escravos, agradece um benefício recebido por essa associação, do empresário da Real Companhia Japonesa, como aparece abaixo:

“Os abaixo assinados, membros da mesa administrativa da Associação Philantrópica de Emancipação d’Escravos, teem a honra de agradecer à Real Companhia Japonesa, por intermédio de V. S. , seo digno empresário, o benefício que espontânea e generosamente deo à referida associação na noite de 22 do corrente, exibindo mais uma vez os insignes artistas dessa Companhia seos maravilhosos trabalhos em prol da infeliz classe dos escravos”.

“Esta acção altamente humanitária, praticada pela Real Companhia Japonesa no Pará, é um título inapreciável de benemerência, que a recommenda à gratidão do hospitaleiro povo paraense”¹⁴⁰.

A Real Companhia Japonesa era uma troupe de artistas que vinham para exhibir-se nas festas do Círio de Nazaré, apresentando-se no Largo de Nazaré, na época chamado ‘Círculo de Nazaré’¹⁴¹.

É a mesma publicação que em seu número 46, de 05/10/1873, que informa sobre a “Sociedade Manumissora”, de cuja diretoria, fazem parte “irmãos como José Gaune e Raimundo José Pereira de Castro” e, segundo a mesma publicação, o maçom Major Perdigão, que “no dia 7, às 11 horas da manhã, em sessão magna desta sociedade”, foram distribuídas cartas de liberdade às pessoas manumitidas naquele ano a expensas da mesma sociedade e, “após a chegada do Sr.

¹³⁹ A REGENERAÇÃO. No. 1. 01/05/1873. p.4. Biblioteca Arthur Vianna - Centur

¹⁴⁰ IDEM. No. 52. 26/10/1873, p.2.

¹⁴¹ IDEM.

Presidente da Província, feito um discurso análogo ao acto pelo Sr. Tolentino”, distribuíram-se cinco cartas de alforria às seguintes escravas:

Ignes, mulata de 45 anos;
Narcisa, preta, de 14 anos;
Marilha, preta de 45 anos;
Cordolina, mulata de 26 anos;
Filomena, mulata de 20 anos.

Conclui a mesma publicação: “S. Exc. O Sr. Presidente da província congratulou-se com a sociedade pelos seus benéficos fins, tão nobremente executados e encerrou a sessão com os vivas do estilo”¹⁴².

Considerando que o termo “irmão” é como os maçons se tratam, percebe-se a presença de vários maçons nesta ‘Sociedade Manumissora’. Vemos então, que os maçons estão envolvidos em todas as atividades relacionadas à campanha abolicionista e seus membros envolvem-se não só nas atividades das sociedades emancipacionistas, como trabalharam com inúmeras publicações que divulgavam todos os fatos relacionados à libertação de escravos.

O interessante é que o bacharel Samuel Wallace Mac-Dowell, declaradamente maçom, membro e “presidente do capítulo da Aug.: Loj.: Harmonia” e “honrado com o título de membro do Grande Oriente Unido do Brasil”¹⁴³, quando arrebenta a questão religiosa, posiciona-se como maçom, ao lado da Maçonaria, participando da redação do jornal “O Pelicano” e ora, defende a Igreja, escrevendo artigos na publicação católica “A Boa Nova”, declarando-se católico, condenando os “excessos de ambos os lados”¹⁴⁴, como quando defende a autoridade episcopal de ataques de “O Liberal do Pará”:

“Não devemos a mais insignificante satisfação à Maçonaria quanto às nossas crenças políticas e religiosas; continuaremos a defender as prerrogativas da autoridade episcopal, que o Liberal em vão pretende aniquilar com suas cincadas”¹⁴⁵.

Porém, em nenhum momento, a “Regeneração” pára de publicar e estimular a libertação de escravos, como quando noticia, em seu número seguinte, a inauguração do Cabo Telegráfico Submarino, na presença do Presidente e dos vereadores da Câmara Municipal de Belém, em

¹⁴² OP.CIT. No. 46. 05/10/1873. p. 2

¹⁴³ IDEM. No. 73. 04/01/1874.

¹⁴⁴ IDEM.

¹⁴⁵ IDEM.

janeiro de 1874. Nesta data, resolveram, “em nome do município, redimir da escravidão, dez criaturas, que eram até então escravas, e que entram na posse de si mesmas, recebendo suas cartas de manumissão”¹⁴⁶.

É interessante notar que esses dez escravos libertos eram todos crianças, nascidas antes da Lei do Ventre Livre, de autoria do maçom, Barão do Rio Branco, o que denota a posição dominante à época, de uma eliminação gradual da escravidão que era também predominante na Maçonaria.

“Depois apresentou o mesmo Presidente da Câmara Municipal os libertandos, que são:

Plácida, cafusa de oito annos de idade..., libertada por 300\$000.

Ambrozio, mulato, de quatro annos de idade..., libertado por 200\$000

Thereza de Jesus, preta, de três annos e meio,..., libertada por 200\$000

Anna, cafusa, de sete annos de idade,..., libertada por 300\$000

Ursulina, mulata, de sete e meio annos de idade,..., libertada por 300\$000

Valeriano, cafuso, de quatro annos de idade,..., libertado por 200\$000

Leocádio, mulato, de quatro annos de idade,..., libertado por 200\$000

Benedicto, mulato, de cinco annos de idade,..., libertado pela quantia de 200\$000

Eudoxia, mulata de três annos de idade,..., libertada ela quantia de 200\$000

Maria, mameluca, cinco annos de idade,..., libertada pela quantia de 200\$000”¹⁴⁷.

Nota-se pela idade dos libertados, que eram crianças que por pouco, escaparam do alcance da Lei do Ventre Livre, mas demonstra também que era um bom negócio para seus donos, que, apercebendo-se da aproximação da abolição e que poderiam perder estes escravos nos annos seguintes, conseguiram obter algum dinheiro, libertando-os ainda crianças, quando ainda não eram uma mão-de-obra importante, correndo ainda o risco de perdê-los no futuro, quando comessem a ser mais útil o seu trabalho.

2.2 – JORNAIS MAÇÔNICOS E “PROFANOS”

A insistência do noticiário sobre a libertação de escravos era uma característica dos jornais maçônicos dessa época, conforme pode ser observado ao longo deste trabalho, buscando-

¹⁴⁶ IDEM. No. 74. 08/01/1874.

¹⁴⁷ OP. CIT. No. 74. 08/01/1874

se, com isso, criar na opinião pública um sentimento contrário à escravidão, pois estas notícias eram sempre acompanhadas de artigos e editoriais condenando a existência de trabalho escravo em nosso país, como o noticiário que acompanha esta libertação. Que ressalta e “fraterniza com o povo pela conquista da mais brilhante de todas as vitórias do progresso; para que dure ao menos por tanto tempo quanto durar a existência dessas criaturas, à memória do acontecimento” que..... como o patriotismo reúne todos os brasileiros no mesmo empenho pela prosperidade de nossa magestosa pátria”¹⁴⁸.

O jornal “O Pelicano”, que representa bem esse posicionamento da Maçonaria, já noticiava em seus primeiros números, buscando dar notícias maçônicas, associadas à libertação de escravos e até mesmo fazendo exaltações de figuras republicanas, com o noticiário que aparece em seu número 32, de 24/10/1872, que informa sobre uma reunião maçônica realizada pela Loja Harmonia, “para o fim de deliberarem sobre assuntos de grande transcendência a Mac.: entre nós”. Notícia esta que é antecedida de uma manumissão, em que “1º. Tenente da Armada, Comandante da Companhia d`aprendizes marinheiros desta província, Miguel Joaquim Pederneira, em atenção aos bons serviços prestados por sua escrava, à sua veneranda mãe, residente na corte do Império, deliberou libertar gratuitamente a dita escrava, enviando a respectiva carta pelo pacote americano”¹⁴⁹. Em seguida, usando termos maçônicos, o articulista agradece ao Grande Architetto do Universo, que como se sabe, simboliza o nome de Deus no vocabulário maçônico. Mais adiante, o jornal faz uma exaltação à morte de Benito Juarez, presidente da República mexicana, maçom e figura heróica da história do México¹⁵⁰.

Em seu noticiário no número 41, o mesmo hebdomadário, ao lado de uma notícia sobre a Maçonaria, ressalta o ato filantrópico realizado em uma sessão de iniciação (quando a loja recebe um novo membro), na Loja Capitular Harmonia, destacando que “a Maçonaria, que é incontestavelmente, a verdadeira associação de beneficência, mostra dia para dia, que os que a abraçam possuem em alto grau esse sublime sentimento que assemelha o homem a Deus!”¹⁵¹. E continua afirmando que da Maçonaria partiu a iniciativa da emancipação dos escravos, a ela deve-se a Lei do Ventre Livre e, continuando, informa que “por ocasião da filiação d`um distinto Mac.: à Loj.: Cap.: Har.: Na sess.: Mag.: De 4 do corrente”, “uma pobre escrava, a quem faltava cerca de 200\$000 para completar o valor porque seus senhores estimaram sua liberdade”, foi

¹⁴⁸ IDEM.

¹⁴⁹ O PELICANO. No. 32. 24/10/72. p. 3. Biblioteca Arthur Vianna - Centur

¹⁵⁰ IDEM.

¹⁵¹ IDEM. No. 41. 10/11/1872.p.3

libertada nessa sessão magna de filiação (quando a loja recebe um novo membro que já é maçom e vem de outra loja), vendo-se assim “desassombrada deste pesadelo e completamente quebrado o igminioso ello que a prendia à escravidão”¹⁵².

A ligação desse hebdomadário à Maçonaria é atestado também pelas atas das lojas maçônicas que relatam as discussões de propostas voltadas para a doação de recursos para a manutenção dessas publicações, como em ata da Loja Harmonia, em que foi aprovada uma proposta de doação de 100.000 (cem mil) réis mensais para manutenção do jornal “O Pelicano”¹⁵³. Vê-se assim que as doações da Maçonaria, associado à publicidade paga por comerciantes e profissionais liberais maçons, eram a principal fonte de financiamento desses jornais, que assim podiam atuar com desenvoltura na questão emancipacionista, pois este posicionamento não contrariava ao posicionamento ideológico da Instituição que lhes dava apoio financeiro.

Outro aspecto interessante que envolve indiretamente a Maçonaria paraense no século XIX é relativo à fuga de escravos, onde algumas pistas nos levam à atuação de maçons nesta atividade. Isto ocorre com maior frequência no período que vai dos anos 1860 até 1888, quando ocorre a abolição. Este período é também o mesmo em que se acirra o debate emancipacionista, abolicionista e republicano através da imprensa, que era o meio de comunicação mais importante desse período. Viam-se nos jornais muitos anúncios informando sobre a fuga de escravos e anúncios oferecendo recompensa pela entrega dos mesmos¹⁵⁴. Neste aspecto é interessante um fato que é discutido dentro da Loja Maçônica Harmonia, em que durante uma sessão ritualística, é comunicada a prisão do “irmão” Benedito José Artiaga, por ter permitido a fuga de um escravo, do qual era depositário, em pendência judicial, na qual o escravo intentava a sua liberdade contra o seu proprietário. Ressalte-se que o “irmão” Artiaga, aceitara ser fiel depositário deste escravo, por pedido do venerável mestre da Loja Cosmopolita¹⁵⁵. A Loja providencia um pedido do “Habeas Corpus”, conseguindo a libertação do “irmão”, conforme descrito em ata da reunião seguinte¹⁵⁶.

Novamente, aparece uma notícia em atas de lojas maçônicas, a respeito de fuga de escravos, quando trava-se um debate na Loja Aurora sobre a participação de “irmãos”, em

¹⁵² IDEM.

¹⁵³ ATA de 5 de dezembro de 1873. p. 11 do Livro de Atas de 21/07/1873 a 29/10/1880. Secretaria da Loja Harmonia No. 8.

¹⁵⁴ BEZERRA NETO, José Maia. “Histórias Urbanas de Liberdade: escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1888”. Revista Afro-Ásia, 2002, pp. 221-250.

¹⁵⁵ ATA do dia 08 de agosto de 1873. p. 5 do Livro de Atas. Secretaria da Loja Harmonia No. 8.

¹⁵⁶ ATA do dia 29 de agosto de 1873.

atividades que configuram dar refúgio a escravos fugitivos, havendo um requerimento para que a Loja se comunicasse com o irmão Samuel Wallace Mac-Dowell, “grande advogado emancipacionista, para atuar na defesa desses irmãos que correm riscos de serem presos por envolverem-se nessas atividades”, relatadas pelo irmão “Voltaire”¹⁵⁷. Ressalte-se que não aparece o nome “profano” do “irmão” citado. Na Maçonaria adonhiramita, rito adotado pela Loja Aurora, o neófito, ao entrar na Ordem maçônica, passa a usar um nome simbólico, que o mesmo escolhe, pois, segundo o simbolismo maçônico, ele ao ser iniciado nos “augustos mistérios”, nem o seu nome ele deve trazer da “vida profana”. Daí, em algumas atas de lojas maçônicas não se encontra o nome verdadeiro de algumas pessoas, que são citadas apenas pelos seus nomes simbólicos, como neste caso, desconhecendo-se portanto o verdadeiro autor da proposta.

Sabemos que a desarticulação do sistema escravista, enquanto modo de produção, acelera-se na segunda metade do século XIX e um desses fatores é a intensificação da fuga de escravos, com o aparecimento de grupos que apóiam essas atividades, dando refúgio aos fugitivos e, muitas vezes, essas fugas visavam manter a unidade da família, que as vendas, algumas vezes, desarticulavam, havendo verdadeiros casos de fugas coletivas que, segundo Lilia Schwarcz, eram vistas como mais perigosas porque causavam maior descontrole dos proprietários sobre seus escravos, sendo também visto pela autora, que neste caso era muito mais uma prevenção para a quebra da ligação afetiva e dos laços familiares¹⁵⁸.

O envolvimento de maçons nessas atividades era mais de caráter individual, não sendo uma posição oficial da Maçonaria o estímulo à atividade subversiva de impulsionar a fuga de escravos, pois conforme já descrevemos, o programa da Maçonaria em relação à abolição da escravidão no Brasil era muito mais de caráter moderado do que radical, reconhecendo o direito de propriedade, buscando um projeto moderado de emancipação de escravos, visando reformas jurídicas que levassem à extinção gradual da escravidão, com atestam as leis de iniciativas de maçons, já descritas. Mas se a Instituição atuava de forma moderada, alguns maçons radicalizavam e aproximavam-se de posições mais radicais, como o apoio à fuga de escravos. A Maçonaria como Instituição atuava muito mais comprando a alforria dos cativos do que escondendo-os em fuga, apesar da existência de relatos de que, em algumas lojas, havia porões que eram utilizados para esconder escravos em fuga, como demonstra a foto de uma entrada “secreta” existente na Loja Harmonia No. 9, embaixo da mesa do venerável (foto anexa), que

¹⁵⁷ ATA do dia 08 de dezembro de 1873. p. 22 do Livro de Atas. Secretaria da Loja Aurora.

¹⁵⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. “retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. P. 138. Companhia das Letras. S. Paulo, 1987.

segundo tradição oral, mantida pelos maçons paraenses, era por onde entravam escravos para esconder-se, confirmada por relato do Venerável mestre atual da Loja, Sr. Emanuel Vieira Lopes.



Ponto de entrada do túnel usado para esconderijo de escravos, localizado sob a mesa do Grão-Mestre na Loja Maçônica Harmonia e Fraternidade 9 (à direita, detalhe da entrada)

Esta posição individual de alguns maçons, que ajudavam escravos em fuga, não ia de encontro às diretrizes da Instituição, pois os maçons que assim agiam, na verdade estavam atuando de forma mais radical, mas em coerência com os postulados pregados naquele momento pela lojas maçônicas. Neste sentido, os maçons, muitos deles intelectuais, através de seu engajamento, davam um caráter político a seus atos, que eram vistos como atividade política da Instituição. Vimos que institucionalmente, a Maçonaria defendia, na questão da abolição uma postura mais moderada, que buscava uma transição do trabalho escravo para o trabalho livre, de forma “gradual e segura” e sempre respeitando o direito de propriedade.

Sem dúvida nenhuma, é preciso ressaltar que a Maçonaria era um dos segmentos organizados da sociedade brasileira mais atuantes em promover a abolição do trabalho servil no Brasil e, neste sentido, o seu lugar enquanto instituição reflete o posicionamento de seus membros e sua ação no seio da sociedade. Nesse sentido, na segunda metade do século XIX, a Ordem Maçônica conquistou muitas adesões no conjunto da sociedade brasileira, inclusive e principalmente em suas camadas dirigentes, representando um capital humano de forte presença no meio cultural, político e social.

Este aspecto se reflete na posição política exercida por José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, presidente do Conselho de Ministros e também Grão Mestre do Grande Oriente do Lavradio e autor do Projeto de Lei que ficou conhecido como “Lei do Ventre Livre”, promulgada em 28 de setembro de 1871. Aliás, foi em função de uma homenagem ao Visconde, na noite do dia 02 de março de 1872, quando um grupo de maçons se reuniu com o objetivo de

comemorar a referida Lei, homenageando o Visconde, autor do projeto, que o padre Almeida Martins fez um discurso nesta ocasião, sendo punido pelo Bispo do Rio de Janeiro, sendo este um dos fatos que aceleraram o surgimento da chamada “questão religiosa” no Brasil¹⁵⁹.

Ainda dentro deste aspecto, este “capital social” da Maçonaria, no sentido que a ele dá Bordieu¹⁶⁰ em sua noção de “trabalho de representação”, fica muito claro no primeiro governo republicano, quando o governo provisório, chefiado pelo maçom Marechal Deodoro da Fonseca, teve todo o seu corpo de ministros formados por maçons, tais com Benjamim Constant (Ministro da Guerra), Quintino Bocaiúva (Ministro dos Transportes), Aristides Lobo (Ministro do Interior), Campos Sales (Ministro da Justiça), Eduardo Wandenkolk (Ministro da Marinha), Demétrio Ribeiro (Ministro da Agricultura) e Rui Barbosa (Ministro da Fazenda)¹⁶¹.

Essa presença de maçons ilustres no primeiro governo republicano e ao longo de toda a República Velha, decorre em grande parte da presença de políticos liberais, republicanos e abolicionistas na Maçonaria, tais como Tito Franco, Serzedelo Corrêa, Sousa Franco, Lauro Sodré (este, por várias vezes Grão Mestre do Grande Oriente do Brasil), falando apenas dos paraenses. Como militantes dessas causas e, em alguns casos, possuidores de alguns recursos financeiros e intelectuais, fundaram e utilizaram jornais, principal meio de comunicação da época, para exposição e defesa de suas idéias.

Na questão abolicionista, será o jornal o principal instrumento de campanha, o que observa-se pela quantidade de publicações de matriz maçônica que existiram no período ora estudado, destacando-se, além do “O Pelicano”, “A Flamígera”, “O Filho da Viúva”, “O Santo Ofício”, assim como jornais profanos, como o “Jornal do Amazonas” e posteriormente “O Liberal do Pará,” ambos fundados pelo maçom Tito Franco¹⁶², sem falar na “Província do Pará, fundada por Samuel Wallace Mac-Dowell. Estes jornais serão trabalhados e analisados sempre na perspectiva da questão abolicionista e a participação da Maçonaria paraense, através de suas campanhas de arrecadação de fundos, quermesses, libertação em lojas, cuja repercussão devia-se basicamente a sua divulgação pelos jornais, que também funcionavam com porta-vozes da campanha emancipacionista, com artigos, divulgação do noticiário das Associações engajadas no fim do trabalho escravo. Serviam, portanto, de instrumentos de mobilização da sociedade para a causa, as vezes. Até mesmo como elemento panfletário, reproduzindo discursos, muitos deles

¹⁵⁹ MARANHÃO, Ricardo e MENDES JR, Antonio. Op. Cit. p. 131.

¹⁶⁰ PINTO, Louis. Pierre Bourdieu e a Teoria do Mundo Social. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

¹⁶¹ CALMON, Pedro. História Social do Brasil: Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

¹⁶² GUEIROS, op. Cit. p. 304.

feitos dentro de lojas maçônicas, buscando sempre mostrar o engajamento da instituição maçônica no processo que desenvolvia-se naquele período, sendo também porta-voz do pensamento liberal da época, do qual os maçons eram estritamente ligados.

2.2..2 - O SANTO OFFÍCIO

No início dos anos 1870, outro jornal maçônico de relevante atuação, foi “O Santo Offício”. Este jornal era dirigido pelo “irmão” Arthur Soares Costa, do mesmo modo que as outras publicações maçônicas, trabalhava a questão da emancipação do trabalho servil, noticiando intensamente a libertação de escravos, sendo que esta publicação caracterizava-se por noticiar mais especificamente as libertações que ocorriam nas lojas maçônicas, como ao referir-se à festa maçônica ocorrida no dia 13 de abril de 1874 na Loja Harmonia e Fraternidade, que descreve uma festa pública, também chamada pelos maçons de “festa branca”, em que a Loja abriu suas portas para receber seus “obreiros e a todos os maçons regulares, e respeitáveis famílias”, sendo recebida ainda uma “comissão de senhoras da Estrella do Oriente”, assim como “irmãos visitantes”¹⁶³.

Após o Mestre de Cerimônia ter anunciado que “à porta do templo uma infeliz rapariguinha, da classe que a ambição e o orgulho dos homens fez escrava e que pedia à Loja a liberdade para ser creatura e ter nome, que o direito da força lhe negara, essa força do direito de igualdade perante Deos”¹⁶⁴. Mais adiante o jornal descrevia a libertação ocorrida.

“O irmão venerável mandou franquear o ingresso, e a menina escrava, entre duas meninas de sociedade, que com suas custosas vestes, cândidas como suas almas, pareciam dous anjos, amparando a inocente victima da iniquidade, penetraram no templo precedidas daquelle irmão Mês:. De Cerim:., que as conduziu ao alt:., e ali em breves phrases pediu ao venerável da officina que, praticando em nome d’ella a mais bella ação de philantropia que carateriza os maçons, quebrasse os grillhões que prendiam a innocente à degradada classe para a qual a vida não tem manhã nem a noite crepúsculo e a existência é por si só o mais cruel castigo”.

Então o venerável, passando às mãos do inspector geral a carta de manumissão feita em nome da Loja, foi por elle lida em alta voz e depois entregue à libertanda, ao som do himno nacional”¹⁶⁵.

¹⁶³ O SANTO OFFICIO. No. 16, de 20/04/1874. p. 2. Arquivo da Biblioteca Arthur Vianna – Centur.

¹⁶⁴ IDEM, P.2

¹⁶⁵ IDEM, p.2

O mesmo jornal descreve em seguida os discursos que foram feitos questionando o trabalho servil e defendendo a libertação dos escravos.

Um dos aspectos que mais aparecem nas publicações maçônicas do século XIX, é o constante noticiário sobre a libertação de escravos fazendo, portanto, parte dessa campanha abolicionista levada a efeito pelas lojas maçônicas, a divulgação desses fatos, buscando assim, galvanizar a opinião pública para a imoralidade da escravidão. Em seu número quarenta, de seis de outubro de 1873, o mesmo hebdomadário, divulgando fatos ocorridos na Bahia, sob o título “Caridade Universal”, refere-se sobre a festa de posse da loja maçônica “Caridade Universal”, publicada pelo “Diário da Bahia”, “que aparecendo o escravo Manuel, cabra, à porta do edifício, pedindo que alguém se interessasse por sua liberdade”, descreve que os maçons que ali se encontravam obtiveram em favor deste escravo uma quantia, “depositada em mãos do venerável para ser-lhe entregue oportunamente”¹⁶⁶. No mesmo noticiário, informa que duas noites depois, “uma comissão de cinco senhoras”, dirigiram-se ao templo para “solicitar em favor da parda Etelvina, escrava de D. Felismina de Figueiredo, o óbulo dos irmãos da loja e dos visitantes”, que depois foram completados pela loja, conseguindo assim a libertação da dita escrava¹⁶⁷.

Percebemos por estas notícias e outras já referidas, que as lojas maçônicas eram referências que as pessoas procuravam para conseguir recursos visando a libertação de escravos, assim como, em muitos casos, os próprios escravos iam a estas lojas solicitar auxílio para sua libertação, o que mostra o engajamento da Maçonaria, já desde o final dos anos 1860, na questão escravista no Brasil.

No Pará, a situação não era diferente, pois, o mesmo “Santo Offício”, descreve uma outra festa maçônica, na qual estavam reunidos representantes em “comissões das lojas Aurora, Renascença, Cosmopolita, Firmeza e Humanidade, estas três últimas, com seus luxuosos estandartes por serem do rito escossez, e Harmonia, que ocuparam os lugares merecidos”, prontas para receber o “poderoso irmão Inspector Geral, que teve ingresso no templo com todas às formalidades devidas à sua alta jerarchia, e ao som de aclamações ao Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, à que a banda de música juntou sua harmonia”¹⁶⁸.

Em seguida, o noticiário informa que o Mestre de Cerimônia (cargo presente na ritualística maçônica), informa ao venerável que “achava-se à porta do templo um infeliz rapaz”, que tinha vindo solicitar o auxílio da Loja para sua libertação. O venerável então solicita que o os

¹⁶⁶ IDEM. No. 40 de 06/10/1873. p. 4.

¹⁶⁷ IDEM

¹⁶⁸ IDEM. No. 78 de 27/09/1874. p.3

irmãos fossem generosos ao doar para o “tronco de solidariedade”, naquela noite, pois, a importância arrecadada seria depositada em mãos do “esmoler da Loja, e esta obrigada a completar a quantia exigida pelo senhor do dito escravo”¹⁶⁹. O “tronco de solidariedade”, é um óbulo que é recolhido em todas as sessões de ritualística maçônica, com a finalidade de ajudar “irmãos” ou seus familiares, em caso de necessidade. Dinheiro este que normalmente fica recolhido junto à tesouraria da Loja.

Como sabemos, ao longo da década de 1870, a Maçonaria recebeu muitos ataques e críticas, principalmente por parte da Igreja. Os maçons, em sua defesa procuravam sempre mostrar o caráter humanitário da Instituição, usando sempre as oportunidades que lhes apareciam nas chamadas “festas brancas”, hoje chamadas festas públicas, por ser politicamente mais correto, onde os oradores, aproveitando a presença de pessoas não pertencentes à Ordem, procuravam ressaltar os fins da Maçonaria, como é descrito no noticiário de uma festa maçônica “de posse das dignidades e oficiais que devem funcionar no corrente ano na officina ‘União e Fidelidade’, da jurisdição do Grande Oriente Unido, ao oriente de Santarém¹⁷⁰” (cidade do interior do Pará). Nesta noite, vários oradores sucederam-se rebatendo ao “preconceito infundado dos que suppoem ser a Maçonaria uma sociedade perigosa e contrária ao bem”. Informa ainda que “O venerável cumprimentando as famílias” e agradecendo à honra daquela visita à oficina, “em um bem elaborado discurso frisante, demonstrou a utilidade e importância da Maçonaria. Fallando especialmente da officina, provou que Ella caminhava na senda do progresso produzindo incontáveis benefícios, de eram attestados vivos as três creanças a quem a officina havia quebrado as algemas da escravidão”¹⁷¹. Posteriormente, o orador da loja “recitou em estylo elegante outro discurso no qual combatendo as acusações contra os fins da Maçonaria, provou que esses fins são puramente humanitários”¹⁷².

Este caráter humanista da Maçonaria, já explicitado que está ligado ao pensamento iluminista do “século das luzes”, onde já demonstramos da presença nas lojas maçônicas de alguns dos pensadores que constituíram com suas obras a base do pensamento democrático e liberal da sociedade ocidental e, imbuído desses princípios, a Maçonaria teria que trilhar de forma natural o caminho da oposição da utilização do trabalho escravo, o que se percebe na forte influência desta organização, que ao lado de um caráter esotérico, tem também um forte

¹⁶⁹ IDEM.

¹⁷⁰ IDEM, 05/04/1876. PGS. 2 E 3

¹⁷¹ IDEM.

¹⁷² IDEM.

compromisso humanista, conforme já demonstrado nesse trabalho, que decorre do próprio processo histórico e do período que se desenvolveu a Maçonaria operativa, desenvolvendo os princípios filosóficos que norteiam a Instituição maçônica ainda nos dias de hoje.

O “Santo Offício”, foi sempre acerbamente criticado pela igreja, por sua posição de sempre responder aos ataques do Bispo D. Macedo Costa, que chegou a proibir “os membros de sua diocese” de ler o “maçônico Santo Offício”, proibindo também de ser lido pelos católicos de Belém, “O Liberal do Pará” e o republicano “A Tribuna”, “que divulgavam pontos de vista semelhantes, considerando “que qualquer pessoa que aceitasse tais doutrinas era culpado de “pecado grave”¹⁷³.

2.2.3 – O FILHO DA VIUVA

Outra publicação que funcionou como porta-voz da Maçonaria paraense no período ora estudado foi o hebdomadário “O Filho da Viúva”, de propriedade de Dheny de Gusmão, que surge em 1873, para, principalmente, travar o embate com a Igreja, na questão religiosa. A origem de seu nome decorre de uma importante lenda maçônica, que é a história de Hiram Abif, tido como o arquiteto que dirigiu a construção do “Templo de Salomão”, e que, segundo a tradição maçônica, foi assassinado por três “companheiros”, que queriam o segredo da palavra de passe de “mestre”, para receber seu salário como “mestre” e não como “companheiro”. Sua história seria uma das origens remotas da Maçonaria. Reza ainda esta lenda, que Hiram Abif seria “filho de uma viúva da tribo de Neftali”, e por ser considerado fundador da Maçonaria operativa, que teria surgido durante a construção do templo, os maçons, seguidores de Hiram Abif, também são conhecidos como “Filhos da Viúva”¹⁷⁴. Cabe esta explicação para entendermos a origem do nome desta publicação maçônica.



¹⁷³ GUEIROS, Op. Cit. p. 305.
¹⁷⁴ FIGUEIREDO, Joaquim Gervásio de “Dicionário de Maçonaria”, Ed. Pensamento, São Paulo, 2008, p. 157.

Em meio a editoriais que respondem às perseguições da Igreja à Maçonaria, “O Filho da Viúva”, na mesma linha dos periódicos maçônicos, noticiava com ênfase a libertação de escravos em lojas maçônicas, como em sua edição de treze de junho de 1873, mantida a grafia da época:

“Em quanto a maldita seita jesuítica insulta e injuría a sublime Ordem Maçônica, prosegue esta desassombradamente na senda das grandes obras ea crear proselytos inherentes aos grandes e immutaveis fins que Ella sustenta e defende”.

“... Na quarta feira regularizou-se a Aug:. e Resp:. Loj:. Aurora, do rito adonhiramita, sob os auspícios do Grande Oriente Unido do Brazil”.

“A solemnidade esteve na altura do assunto e teve mais realce por um acto de philantropia: A Loj:. Aurora commemorou sua instituição quebrando as algemas do captiveiro a um outr`ora infeliz menor”¹⁷⁵.

Este ano de 1873 é importante para a instituição maçônica, pois a mesma viu-se diante dos ataques violentos da Igreja católica no Brasil, através principalmente dos bispos de Olinda, Belém e Rio de Janeiro que, nesse momento, lideravam o Bispado de modo geral, nos ataques à Maçonaria. No “Filho da Viúva”, os maçons respondem a esses ataques com editoriais, em que consideram que a Maçonaria “é chamada à contenda do fanatismo contra o espírito esclarecido pelas sciencias. A todos os seus filhos cabe parte na luta”¹⁷⁶. Mais adiante, o mesmo hebdomadário, faz uma crítica à Igreja, por atacar a Maçonaria, “esta instituição que os injustos e os homens do erro e da política mundana atacam e anathematisam!”, e estendem esta crítica, por a Igreja não ter o mesmo empenho no ataque à instituição da escravidão, afirmando “em nome de Deus, tanta impiedade consumada, em século esclarecido e cheio de fé, é a escravidão, um crime imperdoável e digno de castigo severo, contra o qual a *sotaina* nada faz”¹⁷⁷.

¹⁷⁵ O FILHO DA VIUVA. Pará-Sexta-feira, 13 de junho de 1873. Biblioteca Arthur Vianna – Centur.

¹⁷⁶ IDEM. Pará – Terça-feira, 29 de julho de 1873.

¹⁷⁷ IDEM. P. 2

2.2.4 – O LIBERAL DO PARÁ



Ainda na década de 1870, uma importante publicação “profana”, de grande circulação pública, é o jornal “O Liberal do Pará”, que não se trata de uma publicação maçônica, mas da grande imprensa da época, que também vai engajar-se na questão abolicionista. Porém não deixa de haver o dedo da Maçonaria nesta publicação, pois a mesma foi fundada por Tito Franco, ‘líder maçônico’¹⁷⁸. “Em 10 de janeiro de 1869, o velho jornal de Tito Franco, “Jornal do Amazonas”, cedeu lugar a uma nova publicação chamada “O Liberal do Pará”¹⁷⁹. Esta publicação terá maior importância pela sua durabilidade, já que os jornais maçônicos, em sua maioria, duraram alguns poucos anos da década de 1870, tendo sido mais utilizados nos embates com a Igreja católica,

¹⁷⁸ GUEIROS. Op. Cit. p. 308.

¹⁷⁹ IDEM. P. 304

naquele período, enquanto “O Liberal do Pará”, percorre as duas décadas que marcaram a luta abolicionista no Brasil, posicionando-se desde a primeira hora até os extertores da escravidão no Brasil, com veremos através de seus posicionamentos no início da década de 1870 e no final da década de 1880, sempre se posicionando politicamente ao lado da emancipação dos escravos, sem deixar de “na década da questão religiosa”, defender a Maçonaria e combater a intolerância do Bispo D. Macedo Costa, que chegou a proibir os católicos de lerem tal publicação, conforme já referenciado.

Este jornal foi também um importante veículo de afirmação das idéias liberais, sendo inclusive um porta-voz do Partido Liberal, do qual Tito Franco foi militante e representante parlamentar. A proibição do Bispo aos seus diocesanos de ler o jornal, não era por causa das “reformas liberais nem com as formas de governo”, mas pelos ataques à fé¹⁸⁰.

A estes posicionamentos da Igreja, o Partido Liberal, publicou uma nota de protesto, em que afirmava que a portaria do Bispo “era um atentado escandaloso contra os direitos da razão absoluta e do pensamento livre”. “Era uma tentativa para voltar aos tempos medievais, aos tempos das trevas, quando o pensamento do homem era abafado nas torturas dos cárceres ou nos cintilantes clarões das fogueiras”¹⁸¹. Abordaremos especificamente o posicionamento deste jornal na questão de seu envolvimento na campanha abolicionista e sua relação com as atividades dos maçons, a partir das posições de seu proprietário, o líder maçom Tito Franco¹⁸².

2.3 – TITO FRANCO

Falar do jornal “O Liberal do Pará”, implica em falar de seu fundador, deputado Tito Franco de Almeida (1824 – 1899). Nascido em uma fazenda, situada no rio Moju, no Pará, sendo seu pai um advogado português, foi mandado para Portugal, com a idade de 10 anos, para estudar, tendo lá ficado alguns anos. Ao voltar para o Brasil, foi estudar direito na Escola de Direito de Olinda, onde se formou bacharel em 1850. Voltou a Belém em 1852, passando a ensinar filosofia no Liceu Paraense e, com alguns amigos, funda o jornal “Diário do Grão Pará, que seria o primeiro dos jornais que criou em nosso estado”¹⁸³.

¹⁸⁰ IDEM. P. 305

¹⁸¹ IDEM.

¹⁸² GUEIROS. Op. Cit. p.278.

¹⁸³ IDEM. op. Cit. p. 173.

Abraçou desde cedo as idéias liberais e republicanas, desde quando estudante em Olinda, tendo participado da revolução liberal de 1848, tendo, entre outras coisas, escrito artigos para o jornal pernambucano “O Liberal”, o que provavelmente o inspirou, anos mais tarde, a fundar em Belém, “O Liberal do Pará”. Em 1856, foi eleito deputado provincial da Assembléia Legislativa do Pará. Em 1858, elegeu-se para o Parlamento do Império. Dois anos depois, funda “O Jornal do Amazonas”, que seria depois substituído pelo “O Liberal do Pará”¹⁸⁴.

2.4 - O LIBERAL DO PARÁ E SUA FACE ABOLICIONISTA

Este jornal, na mesma linha de todos os demais, usava como forma de propaganda abolicionista o intenso noticiário sobre a libertação de escravos, buscando também ressaltar o papel da Maçonaria nesta campanha libertária, com na notícia abaixo:

“Manumissão – O Sr. João Baptista Machado Janahu, em atenção à Maçonaria brasileira, deu liberdade à sua escrava Raymunda, como consta do annuncio que está sendo publicado neste jornal”¹⁸⁵.

Este tipo de notícia será uma constante ao longo da existência deste jornal.

Destacaremos aqui, alguns pontos, do noticiário diário desta publicação, que percorreu a década de 1870, intensificando a publicação de notícias que vinculavam a Maçonaria à campanha abolicionista, como em seu número 107, em que noticia a “posse das luzes e dignidades da Loja Cosmopolita”¹⁸⁶, destacando a presença de oitenta senhoras que abrilhantaram a referida festa, na qual, a “Loj.: Em signal de regosijo pelo festivo dia da posse da nova diretoria, dando expansão aos elevados sentimentos da beneficência que sempre tem praticado, entregou três cartas de liberdade e prometeo remir a uma menina de 9 annos, com o producto do Tronco de Beneficência, que nessa noute rendeu, 202\$000 rs, elevado a 302\$000 rs, pela generosa oferta de 100\$000 feita nessa ocasião pelo maçom o sr. João Francisco Fernandes”¹⁸⁷. E o jornal não deixa de criticar a Igreja e o Bispo D. Antonio de Macedo Costa, já que, neste mesmo período, estamos em plena “questão religiosa”, envolvendo a Igreja e a Maçonaria, ao estender, na mesma notícia, o seguinte comentário:

“Actos como este não precisam de comentários”

¹⁸⁴ IDEM. P. 174

¹⁸⁵ O LIBERAL DO PARÁ. No. 53. 06/03/1873. p.1. Biblioteca Arthur Vianna – Centur, Belém,

¹⁸⁶ Referência à posse dos novos dirigentes da Loja Cosmopolita.

¹⁸⁷ IDEM, No. 107. 13/05/1873. p.1

“Desengane-se o sr.d. Antonio. A Maçonaria perseguida pelos jesuítas, sairá triunphante como sairão os primitivos christãos da luta com o paganismo”¹⁸⁸. Mantida a grafia original. Vê-se que aí há uma referência a D. Antonio de Macedo Costa, elogiando a entrega de cartas de liberdade feita pelas lojas maçônicas.

Ainda em 1873, o mesmo jornal em seu número 28 noticia uma “reunião do povo maçônico”, realizada em um domingo “as 11 horas da manhã”, “no edifício da loja Harmonia à travessa do Pelourinho”, para mais adiante afirmar que “”assumio a direcção dos trabalhos o ilustre irmão Sr. Dr. Assis, venerável da Loja “firmeza e Humanidade”, a quem o respeitável irmão delegado do Grande Oriente outhorgou os necessários poderes”. Noticiando ainda, que:

“Por indicação do Sr. Muniz, venerável da loja “Harmonia e Fraternidade”, correu o tronco da beneficência, cujo producto resolveu-se que fosse aplicado à libertação de crianças do sexo feminino e entregue à “Sociedade philantropica d`emancipação de escravos”.

“ainda não sabemos quanto produziram as esmollas dadas para esta obra de caridade que foi recebida pelo Sr. Dr. Samuel, presidente d`aquella sociedade”¹⁸⁹.

Fica muito claro o engajamento da Maçonaria paraense, desde o final dos anos 1860 até a abolição na luta pela fim da escravidão no estado e no país, do qual os jornais são os maiores divulgadores da ação dos maçons no estado. Ações estas que envolviam não somente a libertação de escravos em loja, mas a arrecadação de fundos, através dos troncos de beneficência recolhidos em loja, como também nas festas realizadas pelos maçons, além dos editoriais assinados por reconhecidas figuras de maçons e liberais, onde as publicações maçônicas ou os jornais “profanos”, mas de propriedades de maçons, ou com a presença destes em seu corpo editorial, desencadearam e deram continuidade à campanha abolicionista, a qual, sem a presença e o apoio de uma instituição tão influente na época, talvez não tivesse a mesma envergadura. Continuando ainda a demonstrar através das publicações daquele período e da atuação dos homens ligados à Ordem Maçônica, abordando ainda os acontecimentos da década de 1870, para posteriormente, adentrarmos na intensificação da campanha na década de 1880, a década da abolição.

Interessante fato ocorre ainda no ano de 1873, quando noticiando mais uma vez a libertação de cativos em lojas maçônicas, aparece o nome do Dr. Antonio Lemos, figura notável da história do Pará, principalmente da cidade de Belém, onde foi intendente e, ainda hoje considerado o maior dos prefeitos que a cidade teve, sendo responsável pelo seu embelezamento

¹⁸⁸ IDEM.

¹⁸⁹ IDEM. No. 28. 04/12/1873. p. 1

à época da borracha¹⁹⁰, tendo sido sócio de Joaquim José de Assis, o Dr. Assis, no jornal a Província do Pará, do qual, posteriormente tornou-se único proprietário, o que demonstra o nível e a qualidade dos maçons envolvidos na campanha abolicionista.

Esta informação, constante do N.º. 90 do “O Liberal do Pará”, é interessante também porque mostra como as lojas maçônicas atuavam de forma conjunta e articuladas na ação de libertar escravos, sempre acompanhado de noticiário e editoriais propagandísticos da campanha libertária então realizada.

Em cima de um editorial em que exalta o “acto de philantropia que bem caracteriza os nobres e louváveis fins que caracterizam os filhos da viúva”, ou seja, os maçons, que como já foi explicado, segundo a lenda de Hiram, o arquiteto do Templo de Salomão, este era filho de uma viúva da tribo de Neftaly, daí os maçons serem também conhecidos como os “filhos da viúva”. Neste noticiário, que informa que as lojas maçônicas “Firmeza e Humanidade”, “Harmonia” e “Cosmopolita”, libertaram em uma festa maçônica, três crianças¹⁹¹.

Ressalte-se, que o mesmo noticiário, destaca que “é Assim que esta santa associação responde às torpes acusações e aos embustes e calúmnias que contra ella espalha *uurbi et orbi* a satânica seita de Loyola”. Para mais adiante afirmar que com atos assim, a Maçonaria age contra aqueles “que pretendem fazer recuar o carro do progresso”¹⁹².

Outro aspecto relevante na participação da Maçonaria na campanha abolicionista é o fato de que grande parte do apoio financeiro dado às sociedades emancipadoras, vinha da contribuição das lojas maçônicas, como informa o mesmo Liberal do Pará em sua edição de 13/02/1873, em que, ao lado de uma noticia sobre a libertação de mais uma criança escrava, feita pela Loja Harmonia, informa que a mesma loja entregou nesta ocasião à Associação Philantropica de Emancipação de Escravos, na pessoa de seu presidente, Samuel Wallace MacDowell, “a quantia de duzentos e quarenta e seis mil reis (246\$000), producto do Tronco de Beneficência, para applicar à manumissão de escravos”¹⁹³.

2.5 - SAMUEL WALLACE MAC-DOWELL

¹⁹⁰ SARGES, Maria de Nazaré. “Belém: riquezas produzindo a bella époque – 1870/1012. Paka-Tatu. Belém, 2000.

¹⁹¹ O LIBERAL DO PARÁ. No. 90. 22/04/1873. p. 1.

¹⁹² IDEM. P. 1

¹⁹³ O LIBERAL DO PARÁ. 13/02/1873. p.1

Interessante é falar também desta notável figura de maçom, político e emancipacionista que foi Samuel Wallace Mac-Dowell, que nos é descrito por Ricardo Borges, em seu “Vultos Notáveis do Pará”. Segundo este autor, Mac-Dowell foi um “notável jurista, advogado, parlamentar, Ministro da Marinha, da Justiça, Conselheiro de Estado, figura de relevo no Império”. Nascido em Olinda, em 26 de maio de 1843, filho do casal pernambucano Samuel Wallace Mac-Dowell e Vivência Clara de Sá Mac-Dowell, ficou órfão, juntamente com sua irmã Maria Emília, tendo vindo para Belém, com um ano e oito meses de idade, sendo criado por sua avó, viúva do capitão reformado da Marinha de Guerra Inglesa, também de nome Samuel Wallace Mac-Dowell.

Mac-Dowell ingressou no exército, onde serviu com Hilário Gurjão, que depois morreu como herói na guerra do Paraguai, na condição de general. Coursou a Faculdade de Direito de Olinda. Interessante é o fato de que após largar o exército, regressou a Belém, no mesmo navio em que vinha Dom Antônio de Macedo Costa, conhecendo-o e fazendo amizade com o mesmo, o que explica o curioso fato de, apesar de ser maçom, e ter escrito alguns artigos defendendo a Maçonaria, anos depois, volta ao catolicismo e defendeu através da imprensa os interesses da diocese, da qual também foi advogado.¹⁹⁴.

Samuel Mac-Dowell, após formar-se em direito em 1867, estabeleceu escritório em Belém, fundando no mesmo prédio onde funcionava o seu escritório, o jornal “A Regeneração”, passando daí a ganhar nome como advogado e jornalista. Sendo maçom, era também católico praticante fervoroso, tendo advogado gratuitamente para a diocese, Santa Casa de Misericórdia e outras entidades católicas. Foi professor de latim do Liceu Paraense. Poliglota, advogou para diversas empresas estrangeiras que se estabeleciam no Pará atraídas pelo “boom” da borracha.

Filiado ao Partido Liberal, foi seu representante na Assembléia Provincial e fundador da Sociedade Phillantropica de Emancipação dos Escravos. Dizem seus biógrafos que não quis ser deputado no Parlamento Nacional, para deixar a sua rendosa banca de advocacia em Belém. Defendeu os bispos presos em 1874, condenados que foram pelo Tribunal do Império, no governo liderado pelo Visconde de Rio Branco, Grão-Mestre da Maçonaria brasileira na época. Porém, no governo presidido por José Antonio Saraiva, nas eleições de 1881, foi eleito deputado ao Parlamento Nacional.

Samuel wallace Mac-Dowell foi deputado nacional, na legislatura de 1881 a 1884, reeleito em 1885, sendo convocado para Ministro da Marinha, no período de 1886 a 1887 e

¹⁹⁴ MAIA. Op. Cit.

posteriormente assumindo o Ministério da Justiça em 1887, até 1888, término do Gabinete do Barão de Cotegipe¹⁹⁵.

Ao longo da década de 1870, a Maçonaria já se fazia presente na campanha abolicionista como sobejamente demonstrado. Vai ser, porém, na década de 1880 que esta campanha vai intensificar-se e, mais uma vez, vamos encontrar a ativa participação das lojas maçônicas paraenses, sendo que nesta década a campanha abolicionista vai imbricar-se com a campanha republicana, pois grande parte dos abolicionistas são também republicanos. Este fato vai repercutir também nas lojas maçônicas que estarão engajadas com grande afincamento na luta pela libertação dos escravos e também, da República, o que fica muito claro pela presença dos republicanos históricos na Maçonaria como Lauro Sodré e Serzedelo Corrêa. Os republicanos históricos “faziam questão de se posicionar como abolicionistas” e procuravam apresentar-se “como os principais responsáveis por conduzir o país ao suposto progresso”¹⁹⁶. Através do caminho da luta pela república, desenvolviam ativa campanha pela abolição que definiam como uma “instituição incompatível com as luzes do tempo”¹⁹⁷.

Para evidenciar essas estreitas relações entre republicanos, abolicionista e maçons, ou na verdade, maçons abolicionistas e republicanos, foi realizado em 1887, “um grande evento social organizado pelo *Clube Republicano* e pela *Loja Maçônica Harmonia e Fraternidade*. A festa contou com a significativa participação de quatro mil pessoas e durou quatro horas, nas quais foram entregues 109 Cartas de Liberdade”¹⁹⁸. Acevedo Marin, referindo-se a esse evento, escreveu que “a oposição à Monarquia e a progressão das idéias republicanas foram associadas ao movimento abolicionista para pressionar a sociedade”¹⁹⁹.

No ano de 1888, foi criada uma nova sociedade emancipacionista, a Liga Redemptora, tendo o Clube Republicano do Pará participado da fundação desta entidade cuja “solenidade de abertura ocorreu no salão de leitura do Grêmio Litterário Português”²⁰⁰.

¹⁹⁵BORGES, Ricardo. “Vultos Notáveis do Pará”. 2ª. Edição. Belém, Cejup, 1986.

¹⁹⁶FARIAS, William Gaia de. “A Construção da República no Pará”. Tese de Doutorado na UFF. Niterói, 2005, p. 28. Biblioteca do Laboratório de História. UFPA. Belém.

¹⁹⁷COELHO, Geraldo Mártires. “No Coração do Povo: o monumento à República em Belém (1891 – 1897)”. Belém, Paka-Tatu, 2002. p. 39.

¹⁹⁸FARIAS, William Gaia de. Op. Cit. p. 28.

¹⁹⁹MARIN. Rosa Eizabeth Acevedo. “Du travail esclave au travail libre: Le Pará (Bresil) sou le regime colonial et l’impire (XVII-XIX e siecles), Paris: Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1985. p. 337. in GAIA. Op. Cit. p. 28.

²⁰⁰GAIA. Op. Cit. p. 28.



O republicano paraense Manuel Barata, destaca em sua obra “Formação Histórica do Pará”, que essa Liga Redemptora, atuando de forma própria foi responsável pela declaração de emancipação dos escravos das povoações de Pinheiro, atual Icoaraci e da ilha de Mosqueiro²⁰¹. Outro dado importante que mostra essa íntima colaboração entre os abolicionistas e os republicanos, foi o reconhecimento pelo Clube 13 de Maio, uma organização abolicionista, do “clube Republicano do Pará”, como “sócio benemérito”, por colaborar com a “escola de artes e Offícios 13 de Maio”, cujo objetivo era “derramar instruções no povo, especialmente nos cidadãos ... e assim torná-los úteis à sociedade”²⁰².

2. 6 - LAURO SODRÉ

Considerando a presença de grande número de maçons que participavam destas organizações, não é de todo falso se afirmarmos que estas articulações conjuntas poderiam ter sido tramadas dentro das lojas maçônicas. Neste contexto, destaca-se a figura de Lauro Sodré, republicano histórico, que posteriormente foi Grão-Mestre da Maçonaria brasileira, considerando que este foi, além de republicano e abolicionista, para completar o tripé, maçom.

Como militar, Sodré defendeu o importante papel desempenhado pelos militares na campanha abolicionista, pois estes se posicionaram contra o regime escravista, ao não aceitarem

²⁰¹ BARATA, Manoel. “formação Histórica do Pará: obras reunidas. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.p. 348.

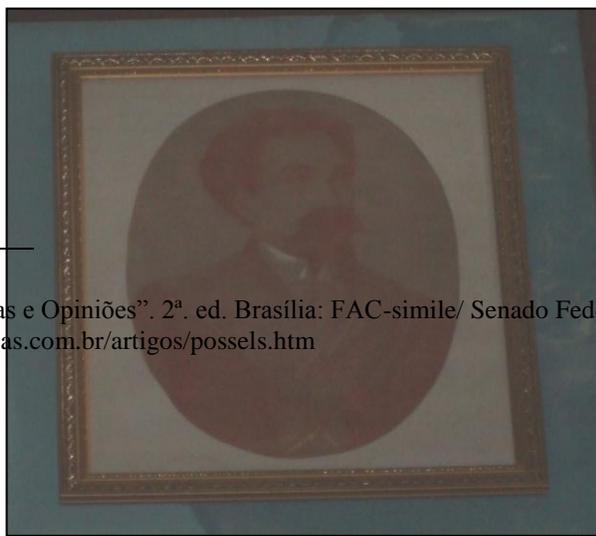
²⁰² BARATA. OP. CIT. P. 348.

perseguir escravos, na célebre frase de Benjamim Constant, ao discursar em cerimônia militar “o exército brasileiro não é constituído de capitães do mato”²⁰³. A vinculação da campanha republicana com o abolicionismo era visto por Sodré, que também era positivista como a maioria dos militares de sua geração, que foram alunos de Benjamim Constant no Colégio Militar do rio de Janeiro, que o regime republicano seria o caminho da “regeneração” moral e social do país, buscando alcançar o progresso material e espiritual, como deixa claro em sua obra “Crenças e Opiniões”.

“E foi durante a memoranda campanha da emancipação que ficou posto em evidência o espírito democrata, que dominava as classes militares do país, as quais faziam causa comum com os abolicionistas, e inspiravam as palavras de Ruy Barbosa, um dos generais eméritos das milícias da abolição: “no exército e no abolicionismo está condensado e intensificada a vitalidade nacional: elles representam o que resta da honra e integridade da pátria, a sua conservação e o seu futuro, a sua inteligência e o seu brio, a sua abnegação e a sua força”²⁰⁴.

Lauro Sodré por essa época, foi membro da “Augusta e Respeitável Loja Maçônica Renascença”, de Belém e posteriormente torna-se uma das maiores lideranças política e maçônica do Brasil. Foi militar, político e líder republicano. Seus primeiros estudos foram no Liceu Paraense, seguindo depois, a carreira de engenheiro militar, no curso da Escola da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, onde ingressou em janeiro de 1887 e onde teve como mestre o ilustre republicano e maçom Benjamim Constant, o que o levou, como a tantos outros jovens oficiais e cadetes – a abraçar a causa da República e a doutrina positivista de Comte²⁰⁵.

“Foi aluno brilhante – conseguiu distinção máxima em todos os anos – e oficial republicano destemido; quando da campanha republicana, apesar de vigiado pelos espões da monarquia, sempre terminava os seus discursos com invulgar desassombro, dizendo estas palavras: “**quem fez este discurso foi o tenente Lauro Sodré**”²⁰⁶.



²⁰³ MENDES JR, Antonio etc.

²⁰⁴ SODRÉ, Lauro Nina. “Crenças e Opiniões”. 2ª. ed. Brasília: FAC-simile/ Senado Federal.1977. p. 258-259./

²⁰⁵ [HTTP://WWW.lojasmaçonicas.com.br/artigos/possels.htm](http://www.lojasmaçonicas.com.br/artigos/possels.htm)

²⁰⁶ IDEM

Fotografia de Lauro Sodré localizada na Loja Maçônica Renascença

“Foi o primeiro governador do estado do Pará, eleito pelo Congresso Constituinte, a 23 de junho de 1891; foi, também, representante do Pará na Constituinte da República e eleito quatro vezes senador, sendo três pelo Pará e uma pelo Distrito Federal. Foi o único governador que se colocou contra o golpe perpetrado por Deodoro a 3/11/1891, quando foi dissolvido o Congresso; os demais governadores preferiram apoiar a arbitrariedade do que perder seus mandatos”²⁰⁷.

“Iniciado na Loja Harmonia, de Belém, a 1º. De agosto de 1888, tornou-se Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil em 1904, sendo reeleito em 1907, 1910, 1913 e 1916, não completando o último mandato, por ter sido eleito Governador do Pará”²⁰⁸.

Ainda sobre a figura de Lauro Sodré, este paraense, abolicionista, republicano, maçom e positivista há um fato interessante a relatar, citado pela mesma fonte, que afirma o seguinte: “Pela sua natureza moral, sua cultura e tantos outros atributos que muito o distinguiam, desfrutava de grande prestígio nacional e internacional, o que ficou provado, quando o Rei da Inglaterra Eduardo VII, tendo notícias de que Floriano Peixoto, então presidente da República, por motivos políticos, mandara prender Lauro Sodré, responsabilizou-o por sua vida em nome da Maçonaria do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda”²⁰⁹. Ressaltamos estes dados da interessante bibliografia de Lauro Sodré, assim como vamos dando alguns dados bibliográficos de outros importantes membros da Maçonaria paraense do século XIX, para demonstrar quem eram os homens que dirigiam a Maçonaria paraense nesta época e que tanto se empenharam na luta pela abolição e, na sua continuidade, pela República.

Na década de 1880, os jornais faziam intensa campanha pela abolição no Pará, que já era antecedida de abolições de caráter geral em estados como o Ceará, Rio Grande do Norte e

²⁰⁷ IDEM.

²⁰⁸ IDEM.

²⁰⁹ IDEM.

Amazonas, onde as lojas Maçônicas exerceram papel decisivo, sendo importante a participação de maçons à frente dos governos desses estados como nos casos do Ceará e Amazonas, conforme demonstraremos a seguir.

2.7 - A CAMPANHA MAÇÔNICA NOS ESTADOS DO CEARÁ E AMAZONAS.

Tenório d'Albuquerque, citando Gustavo Barroso em sua “História Secreta do Brasil, vol. III, pág.332”, diz que o Ceará, sob a égide da Maçonaria libertava seus negros e os das províncias vizinhas, que para lá corriam²¹⁰. Di-lo Gustavo Barroso, que o Ceará transformou-se em “Terra da Luz e da Liberdade”, graças à Maçonaria²¹¹. Nesta província, era intenso o trabalho maçônico em prol da libertação da escravidão e foi durante o governo do maçom Sátiro Dias, que foi assinado o decreto de 25 de março de 1884, que extinguiu a escravidão no Ceará, emancipando todos os seus escravos, que somavam um total de 19.588 cativos. Depois desse fato, Sátiro Dias foi afastado do governo do Ceará pelo Ministro Lafayette.²¹².

É fato histórico que o estado do Ceará foi o primeiro estado a libertar os escravos no Brasil, como também é conhecida a participação intensa dos jangadeiros, liderados por Francisco José do Nascimento, “o Dragão do Mar”, que despertou entre os jangadeiros do Ceará o sentimento abolicionista que os levou a tomar a firme decisão de que nos portos do Ceará não embarcavam mais escravos. Francisco José do Nascimento foi, na verdade, mais um cearense contagiado pela campanha abolicionista levada a efeito naquele estado pelas lojas maçônicas, campanha na qual destacava-se a Loja maçônica “Fraternidade Cearense”, que realizava festas e subscrições populares, conseguindo assim, alforriar levadas inteiras de cativos, conforme escreveu o historiador cearense, Raimundo Girão em sua “Pequena História do Ceará, citado por Tenório d'Albuquerque²¹³.

Em relação à libertação dos escravos no estado do Ceará, o mesmo autor referencia um interessante fato, em que relata uma reunião realizada em Paris, onde o maçom José do Patrocínio, que já havia percorrido o Ceará em campanha contra a escravidão, fez vibrante discurso relatando aos presentes que, no Brasil, um estado, o Ceará, havia decretado o fim da escravidão. No dia seguinte, o escritor Victor Hugo, enviou-lhe uma carta, na qual saudava o

²¹⁰ D'Albuquerque. Op. Cit. P. 221.

²¹¹ Op. Cit. P. 222.

²¹² Op. Cit. P. 224

²¹³ Op. Cit. P. 225

acontecimento e afirmava que “antes do fim do século, a escravidão terá desaparecido a face da terra. A liberdade é a lei humana. Sintetizemos em uma palavra a situação de progresso: A barbaridade recua, a civilização avança”. Victor Hugo²¹⁴.

2.7.1 – AMAZONAS: A MAÇONARIA À FRENTE DA CAMPANHA LIBERTADORA.

Em Manaus, a Maçonaria também se colocou à frente da campanha abolicionista, sucedendo-se os comícios e passeatas promovidas por essa instituição, que com dinheiro levantado junto aos maçons, conseguia a alforria de muitos escravos. Agnello Bittencourt, em seu “Mosaicos do Amazonas”, citado por d’Albuquerque, escreve que o Grão-Mestre da Ordem, Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, conferiu a distinção de Benemérita a Loja “Amazonas”, do oriente de Manaus, por esta loja ter aberto os seus cofres para alforriar quantos escravos existissem na Província²¹⁵. Ressalte-se que esta Loja maçônica, juntamente com a sociedade libertadora 25 de março dirigiam o jornal “O Abolicionista Amazonense”, que foi importante veículo de divulgação das idéias emancipadoras naquele estado.

A ascensão ao governo do Dr. Theodoreto Souto, fez do palácio do governo o centro de reunião dos abolicionistas, reuniões estas dirigidas pelo próprio governador. Considerando que o Amazonas possuía muito pouco escravos, em torno de 1500, segundo d’Albuquerque, esta campanha levada a efeito pela Maçonaria, que através de quermesses, batizados e doações de lojas, arrecadavam fundos e libertavam escravos constantemente, que em 10 de julho de 1884, o governador proclamou, ao entregar as últimas cartas de alforria, que “já não existem mais escravos nesta província”, e em 24 de maio, ao reafirmar o fim da escravidão no Amazonas, acabou, do mesmo modo que Sátiro Dias, foi demitido pelo Presidente do Conselho de Ministros, Lafayette Rodrigues Pereira, mas posteriormente, De Souto receberia justa homenagem do povo amazonense, com diversas manifestações de solidariedade²¹⁶.

A intensificação da campanha abolicionista no Amazonas, repercutiu no Pará, onde o Conselheiro Romualdo de Sousa Pais de Almeida, Presidente da Relação do Pará, talvez desejoso de incentivar igual campanha em sua província, dirigiu veemente apelo ao povoe à Assembléia

²¹⁴ Op. Cit. P. 248.

²¹⁵ Op. Cit. P. 267

²¹⁶ Op. Cit. p. 271

do Amazonas, em abril de 1884, para o apoio a campanha que se desenvolvia naquela província²¹⁷.

2.7.2 – A LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS EM MOSSORÓ

No Rio Grande do Norte, mais precisamente, na cidade de Mossoró, a campanha abolicionista também se desenvolvia fortemente e mais uma vez a Maçonaria se fazia presente, impulsionando o movimento. Luiz da Câmara Cascudo, em seu “Notas e documentos para a História de Mossoró, afirma que, nesta cidade, a idéia de libertação dos escravos foi abraçada com entusiasmo, especialmente na florescente Loja maçônica “24 de junho”, que já em 1882, alforriava na região os primeiros escravos, através do “fundo de emancipação” criado nesta loja com esta finalidade, somados aos donativos particulares de membros da própria loja²¹⁸. Foi por iniciativa desta Loja que, em 1873, foi criada a “Sociedade Libertadora Mossoroense”, constituída sua diretoria com maioria de membros maçons. Referencia o mesmo autor que a campanha abolicionista dentro da Maçonaria, em Mossoró, provocava intensos debates, pois havia elementos maçons escravagistas que opunham-se à campanha, o que levava a discussões acaloradas dentro da Loja “24 de junho”, além de uma intensa campanha difamatória realizada pelo clero contra o venerável da Loja, Frederico Antonio de Carvalho²¹⁹.

Em 30 de setembro de 1883, em meio a grande euforia, foi decretada pela Câmara Municipal, a libertação dos escravos do município, e que foi assim descrito por Câmara Cascudo:

Às 19 horas, inicia-se uma “Marche aux Flambeaux” tendo como ponto inicial a Loja Macônica (é o mesmo prédio de hoje), seguindo pela Praça da Redenção, onde se encontrava sua pirâmide comemorativa com 80 palmos de altura²²⁰.

Descreve o mesmo autor que, à frente da passeata, iam escravos libertos com um estandarte, onde estava escrito, “Mossoró Livre”. Em 30 de setembro de 1953, a prefeitura de Mossoró reconheceu o papel da Maçonaria na abolição da escravatura, nesta cidade, inaugurando uma placa colocada pelo executivo municipal, na fachada da Loja Maçônica “24 de Junho”, em que se lê: “Aqui nasceu a Abolição”²²¹.

²¹⁷ Op. Cit. p. 272.

²¹⁸ CASCUDO, Luiz da Câmara Cascudo. *Notas e Documentos para a História de Mossoró*, in Op. Cit., p. 280.

²¹⁹ Op. Cit., p. 281

²²⁰ Op. Cit. , p. 283

²²¹ Op. Cit. , p. 283

Na década de 1880, os jornais maçônicos desaparecem, o que é explicado, no nosso entendimento, pelo fato de que passada a questão religiosa e, por consequência, houve uma diminuição dos ataques à Maçonaria, o que acabou levando ao desaparecimento daquelas publicações que foram a trincheira de defesa dos maçons contra os editoriais dos jornais católicos e os sermões dos bispos. Desfeita essa questão, serão outras publicações que vão continuar refletindo a atuação da Maçonaria na questão abolicionista. Na década de 1880, serão os jornais “profanos”, mas de propriedade de maçons, destacando-se principalmente, “O Liberal do Pará”, de propriedade do maçom Tito Franco e “A Província do Pará”, fundada pelo notório membro da Maçonaria, Joaquim José de Assis, o Dr. Assis, que fundou esta publicação juntamente com Antonio Lemos, também irmão de Ordem, e que posteriormente, torna-se seu único proprietário²²². Ressalte-se que Antonio Lemos estreou no jornalismo, participando da redação do jornal “O Pelicano”, “órgão do Oriente maçônico do Pará.

2.6 - ANTONIO LEMOS

É importante descrever também esta figura de maçom ilustre e político que foi Antonio Lemos. Carlos Roque, em seu livro “Antonio Lemos e sua Época”, escreve que o mesmo nasceu em São Luís, no Maranhão, em 1943 e aos 17 anos inscreveu-se na Marinha, tendo participado do bloqueio de Montevideu e, posteriormente, tomou parte nas lutas contra o Paraguai, servindo na corveta ‘Paraense’. Depois de algumas idas e vindas entre Belém e o Rio de Janeiro, estabeleceu-se em Belém a partir de 1869²²³.

Segundo Roque, a vocação jornalística de Antonio Lemos se deu pelo fato de este passar sempre pela porta do jornal “O Pelicano”, e lá ter travado relações de amizade com Francisco Cerqueira, que era maçom e jornalista. Daí veio a travar amizade com o Dr. Joaquim José de Assis, um dos chefes do Partido Liberal do Pará e diretor de “O Pelicano”. Amizade, que segundo Carlos Roque, “teve início na loja maçônica a que ambos pertenciam”... e “nem hesitou ao

²²² SARGES, Maria de Nazaré. “Memórias do Velho Intendente: Antonio Lemos – 1869-1973. Ed. Paka-Tatu, Belém, 2002. p. 49.

²²³ ROCQUE, Carlos. “Antonio Lemos e sua Época”. História Política do Pará. Amazônia Edições Culturais Ltda. (AMADA). Belém, 1973. p.49 e 50.

receber o convite para integrar o corpo de redatores de ‘O Pelicano’²²⁴, de cujo corpo editorial faziam parte, além do Dr. Assis e Francisco Cerqueira, padre Eutíquio Pereira da Rocha, Cármino Leal, Cônego Ismael de Senna Ribeiro Nery e Jorge Sobrinho. Quando foi fundada “A Província do Pará”, Joaquim José de Assis era o diretor; Antonio Lemos, o gerente; e Francisco Cerqueira, o responsável pela parte gráfica²²⁵.

A Partir dos meados da década de 1880, a campanha abolicionista intensifica-se e crescem os editoriais que atacam o trabalho servil em nosso país, e os jornais paraenses abrem espaço para o debate parlamentar, sobre a questão servil, sempre buscando reproduzir os pronunciamentos dos deputados abolicionistas, e a publicação de crônicas permanentes, discutindo tão relevante assunto, sem deixar de referenciar as atividades da Maçonaria em sua campanha de libertação de escravos, assim como estes periódicos usam suas páginas para denunciar maus tratos e iniquidades feitas contra os “indefesos” escravos. Procuraremos demonstrar estes aspectos trabalhando o noticiário dos jornais “O Liberal do Pará”, e “A Província do Pará”, que a partir dos meados da década de 1880, assumiram como campanha de massa a questão da abolição do trabalho servil e por suas ligações com a Maçonaria, já que seus proprietários eram ilustres e conhecidos maçons, e que refletirão sempre em suas páginas, as posições e as ações da Maçonaria, na reta final da luta pela abolição do trabalho servil em nosso país.

Em 1885, “O Liberal do Pará”, publica em sua coluna denominada “CHRONICA POLITICA”, um artigo enviado à redação do jornal, pelo ilustre mestre e “irmão”, (denominação maçônica), Pedro Ferreira Vianna, sob o título de “A Liberdade”.

Nesse artigo, o articulista, dirigindo-se ao “Sr. Redactor”, afirma que “as nações civilizadas contemplão o Brasil com maior interesse, porque neste grande scenario da América do Sul vão-se quebrar os últimos grilhões da escravidão”. Mantida a grafia original, o artigo tem continuidade e afirma mais adiante: “felizes os homens desta época, porque forão escolhidos para enxugar as lágrimas de um milhão de desgraçados”²²⁶.

O mesmo jornal, em editorial de seu número onze, atuando como porta-voz dos liberais paraenses, sempre lembrando que este jornal, nunca deixou de ser uma publicação ligada ao Partido Liberal, partido ao qual seu proprietário, Tito Franco, era um de seus líderes. No presente

²²⁴ IDEM. P. 51.

²²⁵ IDEM.P. 52

²²⁶ O LIBERAL DO PARÁ. No. 74 - 02/04/1885. p. 2. Biblioteca Arthur Vianna – Centur.

editorial, o jornal toma posição em nome dos liberais paraenses, de integral apoio à “Idéia Abolicionista”, que é o título do editorial.

“O nosso estimável colega do “Diário de Notícias” ocupando-se do nosso editorial de 13 do corrente, não acredita nas proposições que avançamos a respeito da emancipação do braço escravo, porque há liberaes que se prestam ao desempenho do papel repugnante de perseguidores cruéis de escravos ... há liberaes que investidos de cargos policiaes, se vangloriam em transformar-se, representandos de capitães do mato, e deshumanos, bárbaros, brutaes, torturadores desses infelizes etc.”²²⁷.

Considerando que, dentre os liberais do Pará, vários eram ligados às lojas maçônicas, percebe-se que, na divisão existente entre os liberais do Pará, os que eram ligados à Maçonaria, eram ao mesmo tempo abolicionista, pois a posição do jornal, que mesmo não sendo um órgão da Maçonaria e sim uma publicação “profana”, seus proprietários e editorialistas eram maçons.

Conforme já demonstrado nas páginas anteriores, à medida em que o jornal, nesse artigo, não está publicando um texto de um colaborador, mas defendendo a sua linha de atuação, pois os editoriais, representam a posição daquela publicação. Considerando que Tito Franco e Joaquim José de Assis, o Dr. Assis, eram dois dos mais eminentes maçons daquele período, não deixam de refletir em seu jornal aquilo que era uma posição definida da Maçonaria brasileira e paraense sobre a questão da mão-de-obra servil., chegando afirmar com convicção no mesmo editorial:

“Somos abolicionistas convictos, desejamos ardentemene ver a escravidão abolida em nosso paiz, empregamos neste empenho toda a nossa boa vontade, todo o nosso exforço; isto, porém, não importa dizer, que todos os liberais estejam, como nós, convictos da necessidade de levar por diante o extermínio desa nodoa, que ainda enegrece o nosso horizonte social”²²⁸.

Se observarmos nos números seguintes da mesma publicação, notaremos que será uma constante os editoriais sobre a questão servil, com esta publicação sempre posicionando-se ao lado das idéias abolicionistas, assim como a Província do Pará, que veremos mais adiante, esta também fundada pelos maçons Samuel Wallace MacDowell e Antonio Lemos, conforme já referenciado nas páginas anteriores.

A campanha abolicionista pela imprensa, através dos jornais de propriedades de maçons, era intensa e qualquer fato que demonstrasse o hediondo caráter da instituição escravista era

²²⁷ IDEM. No. 11 - 15/01/1885. p. 2.

²²⁸ IDEM

utilizado para divulgação e ataques ao escravismo. O Liberal do Pará, em sua edição de 01/10/1886, relata vários fatos que revelam o horror da escravidão, assim como denuncia a cumplicidade do governo na questão. Criticando o governo conservador do período, que “apoderando-se da governação do paiz”, desenvolve uma política reacionária que leva à impunidade e à injustiça, mas a imprensa atua para registrar os fatos²²⁹.

Dentre as notícias veiculadas naquele dia, o jornal destaca o fato de que no “districto do Mojú, d. Maria Emília Durão”, declarou com muita antecedência, que libertava suas escravas Maria e Antonia, “pedindo até ao Sr. Tenente Raymundo, que escrevesse as cartas de liberdade e procurasse testemunhas para as assignar, declarando a todos, inclusive parentes, como o Sr. Sebastião Gonçalves Campos, que era essa sua vontade irretratável”²³⁰. Informa então o jornal que, após a morte da Sra. Maria Emília Durão, as cartas não aparecem e que “as pobres libertas continuam escravizadas”, em poder do irmão da falecida, “sem que um curador, um promotor, um juiz venha em auxílio dessas infelizes”. Na continuidade da notícia, o jornal ataca a polícia referenciando mais um fato em que o proprietário de dois escravos assassinou a ambos, no mesmo distrito do Mojú, e que o chefe de polícia e o juiz nada fazem para esclarecer os assassinatos, denunciando ainda que o mesmo proprietário acusado pelo jornal, Sr. Leônicio H. Lobato, foi processado “por ter morto uma preta, processo de que se livrara, porque *não foram inquiridas as testemunhas da denúncia*, o que sérvio de pretexto para não ser pronunciado *por falta de provas*”. Em seguida, o redator das notícias faz feroz crítica ao juiz da comarca que não toma conhecimento desses crimes mas ataca os adversários políticos do governo e conclui as informações com a afirmativa “persigam os adversários mas não roubem a liberdade nem a vida”²³¹.

Outro aspecto importante da questão abolicionista era a reprodução dos debates realizados no parlamento envolvendo a questão da escravidão, na qual os jornais de propriedades de maçons procuravam destacar a participação de políticos ligados à ordem maçônica, reproduzindo seus artigos e seus discursos, como este, publicado em 24.08.1886, no Liberal do Pará, em que deputados definidos como membros da ordem, são ressaltados na sua participação nos debates parlamentares, no caso o jornal referencia que o ilustre Sr. Dantas, “imbuído de seu espírito maçônico”, lê um artigo “escrito e assinado por seu “irmão”, o ilustrado Dr. Joaquim Nabuco,

²²⁹ O LIBERAL DO PARÁ. No. 221, de 01/10/1886. p. 1

²³⁰ IDEM.

²³¹ IDEM

innegavelmente campeão indefeso da causa da abolição dos escravos no Brazil, à qual seus elevantes serviços são contados por dias, se lê o seguinte²³²:

“Hontem, em Entre-Rios, um amigo nosso assistio a uma das mais terríveis tragédias da escravidão nestes últimos annos”.

“Cinco escravos do Sr. Caetano do Valle, accusados de terem morto a um outro, foram comndenados pelo juiz, um a prisão perpétua e os outros quatro a penas de 300 açoites cada um. Depois dos açoites, foram mandados a pé para a fazenda. A scenna a que nosso amigo assistio, foi esta: dous dos escravos estavam alli mortos, enquanto que dous outros, moribundos, seguiam, num carro de boi para o seu destino²³³ .

Em seguida, o jornal reproduz o contundente pronunciamento do parlamentar, identificado-o como o ilustre membro da “ordem maçônica”, em que o mesmo defende o fim da escravidão, mas enquanto essa não for possível, é pedida o fim da pena de açoites, “sendo mister conciliar o rigor da lei com os princípios de humanidade²³⁴”, para em seguida requerer que “liquidemos, apuremos as nossas cousas, vejamos o que seremos sem os escravos, e sobre esta base assentemos os nossos alicerces da riqueza e da grandeza do Brazil”.

“Tenho concluído. (*Muito bem*)²³⁵ .

A tomada de posição no Parlamento, por parte de parlamentares ligados à Maçonaria era uma constante, como vemos nos discursos parlamentares de Samuel Wallace MacDowell, como estes pronunciados em sessão parlamentar de 10 de agosto de 1885, por ocasião da discussão do projeto de extinção gradual do elemento servil, cujos trechos reproduzimos abaixo:

“Além disso , e já me tem sido aqui exporbrado, desde 1869, antes da promulgação da lei de 28 de setembro de 1871, entrei em cooperação com alguns amigos para fundarmos no Pará uma associação de emancipação de escravos, a qual perdurou por muito tempo. Consideram-me por isso abolicionista e na minha primeira eleição fui cumprimentado com um aperto de mão de um jornal intitulado “O Abolicionista”, quando parti da província para esta Corte; tive o prazer, em summa, para mim inapreciável de receber por duas vezes, a manifestação significativa de amigos meus, libertando escravos no acto de meu embarque para vir tomar assento nesta Câmara²³⁶ .

²³² O LIBERAL DO PARÁ. No. 190, de 24 de /08/1886. p. 1

²³³ IDEM

²³⁴ IDEM.

²³⁵ IDEM

²³⁶ DISCURSOS PARLAMENTARES. Typ. de F. da Costa Junior. 1885. Impressas – Setor de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna. P. 2

Maia adiante, prossegue o mesmo parlamentar.

“Na questão da sociedade abolicionista a que eu pertenci, há um engano ou erro de facto. Trata-se de uma associação que se chamava Associação Philantrópica de Emancipação de Escravos. O nome já está demonstrando a diferença. Fundada em 1869, Ella tinha por fim libertar crianças do sexo feminino, o mesmo pensamento, portanto, que depois, por outra forma, foi incarnado na lei de 28 de setembro (...)”²³⁷.

Percebe-se, também por este discurso, que o parlamentar maçônico Samuel Wallace MacDowell tem uma postura que é claramente identificada com a posição da Maçonaria de maneira geral, que defendia uma abolição gradual e sem traumas que ocasionassem a desestruturação da produção, como era o pensamento majoritário e predominante nas lojas maçônicas.

O jornal a Província do Pará, de propriedade dos maçons Joaquim José de Assis, o Dr. Assis, e de Antonio Lemos, já referenciados nas páginas anteriores, passa a editar através da Corporação Artística dos Empregados da Província do Pará, uma publicação semanal denominada “O Abolicionista Paraense”, que faz uma campanha aberta e contundente pela abolição, sendo esta publicação impressa na tipografia de “A Província”. Interessante destacar que em sua página de capa há a informação de que “o producto da venda, para a qual não há preço estipulado, reverterá em benefício da libertação dos escravos do município de Belém”²³⁸. Encontramos apenas dois números desta publicação, mas que são fartos em informações da época e na variedade sua estrutura jornalística.

Esta publicação caracteriza-se pela forma contundente como noticia os fatos, além de publicar frases e poesias a respeito da questão escravista. Desenvolve também uma espécie de novela jornalística, sob a forma de folhetim, muito apreciado na época, em que descreve as desventuras dos personagens (escravos), de uma forma a inspirar a revolta nos leitores, contra o escravismo. E assim era contada a história.

“Em vão, mil vezes o desventurado escravo tentava escapar-se à vigilância de seus senhores, e lançar-se ao mar que se espedaçava de encontro aos rochedos”. Continuando, “Um dia porém o mar se incapellou furiosamente, e os tripulantes da embarcação oravam em vão ao Deus que adoravam”.... “Os tímidos companheiros de Zolpick soltaram exclamações e gritos de

²³⁷ IDEM. P.4

²³⁸ O ABOLICIONISTA PARAENSE. No. 4. 24/06/1883. Biblioteca Arthur Vianna. Centur. Belém

pavor, e elle abatido, preparava-se a chegar em breve os fins de seus tormentos que dilaceravão seu coração. Preferia a morte a escravidão”²³⁹.

E conclui a triste história. “Mas o que vale-me quebrar por alguns momentos as algemas da escravidão? ... Estou longe de minha pátria, e quando o sol amanhã despertar por entre estas rochas meus tyrannos me perseguirão de novo, e outra vez estarei em suas garras... Maldição”.

“O Infeliz Zoldick tomou uma resolução desesperada.

“Morrer”

“A morte era o único meio que lhe restava para recobrar o elle presava mais que a vida, a liberdade! ... “o desventurado ia reunir-se ao pai de sua Zaljira...”.

“Quando no dia seguinte a tripulação do navio procurava o fugitivo, por entre os penhascos das ilhas, encontrou um cadáver ensangüentado no cimo de uma rocha”²⁴⁰.

Ao lado estes folhetins, o hebdomadário publicava notícias de libertação de escravos , assim como denunciava maus-tratos, feitos por senhores escravocratas contra seus escravos. Denunciavam o que chamavam “acto de selvageria “ de um senhor “que deixou suas duas escravas sem comer nem beber nada até que terminassem o serviço de duas redes”²⁴¹, que o mesmo mandara fazer. E seus redatores o atacavam com os piores epítetos, respondendo aos mesmos. “Os retrógrados, os escravagistas, esses inimigos terríveis das idéias nobilíssimas que affagamos, procuram a todo transe fazer arrefecer em nosso espírito o entusiasmo que a cada passo mais se avulta deante do grandioso problema que deve ser resolvido com máxima brevidade”.

“Nada porém conseguirão”²⁴².

Um outro aspecto interessante é a publicação de uma coluna com pensamentos abolicionistas, como os publicados na página três do mesmo hebdomadário, mantida a grafia original:

“Os abolicionistas trabalham o que Deus destina, “remir os escravos”.

“A escravidão é uma mancha que só a liberdade pode tirá-la”

“Sede livres foram as palavras de Christo”.

“Liberdade e civilização é a alavanca do progresso”.

²³⁹ IDEM. P.1

²⁴⁰ IDEM. P.1

²⁴¹ IDEM. P. 1

²⁴² IDEM. P. 2

“O escravo hoje liberto aprecia a liberdade duas vezes mais que os próprios libertos, porque só se sabe apreciar a verdadeira felicidade depois de ter experimentado a desgraça”

“Ser livre é ser feliz”²⁴³.

Esta publicação notabilizou-se pela variedade de suas edições, com as poesias que publicava, sempre abordando a questão da escravidão, com poemas assinados abertamente por maçons, como em sua edição de N.º. 5, de 01 de julho de 1883, onde aparece um poema de autoria de J. Amazonas e outra de Paulo Pereira que se assinam como Ir.: , das quais publicamos apenas a primeira e última estrofe de cada.

“AOS ESCRAVOCRATAS”

“Arredai-vos do caminho
Infamesmesclavagistas!
Não queremos confundir-nos,
Nós somos abolicionistas!
Arredai-vos do caminho
Para trás esclavagistas”.

.....

“Arredai-vos do caminho
Nós queremos liberdade,
Não queremos como irmão
Senhores da humanidade
Arredai-vos do caminho
Ei-a, avante, liberdade”.
Ir.: J. Amazonas²⁴⁴.

Em outra poesia, em que é referenciado como autor “o insigne maçom Paulo Pereira”²⁴⁵, que assim se expressa, publicando também apenas a primeira e última estrofe.

“BRADO ABOLICIONISTA”

Away! Away!

²⁴³ IDEM. P. 3

²⁴⁴ IDEM. No. 5. 01/07/1883.p.3

²⁴⁵ IDEM.P. 4

(Byron)

“desabem d`uma vez os preconceitos!

Por terra o despotismo, o vil direito

Da negra escravidão!

Que o sol da liberdade já se mostra

Altivo, fulgurante, iluminando

Os plainos d`amplidão!

.....

Avante briareus dos novos tempos

Soldados valorosos de uma nova

Cruzada só de luz!

Avante! Pois que temos como estrella

A santa liberdade que nos guia,

Pharol que nos conduz”²⁴⁶.

Vemos assim que por trás dessas publicações estavam sempre presentes os maçons, seja através de proprietários, que financiavam tais publicações, como alguns dos seus colaboradores que escreviam e assumiam deliberadamente sua condição de maçom, que no nosso entendimento era para demonstrar, de forma bem clara, a presença da Maçonaria na luta abolicionista. O jornal “A Província do Pará”, apesar de não ser um jornal maçônico, mas “profano”, sendo seus proprietários maçons, o já citados Dr. Assis e Antonio Lemos, estão sempre publicando a participação da Maçonaria na campanha abolicionista. Atuando do mesmo modo, “O Liberal do Pará”, de propriedade do maçom Tito Franco, também já referenciado neste trabalho como vemos nos noticiários colocados a seguir.

“O Liberal do Pará”, em sua edição de 04/10/1887. coloca em seu noticiário a informação de “Mais uma “festa da liberdade”, noticia reunião realizada no “salão de honra da *Sociedade Auxiliadora da instrução*”, em que busca levantar-se um fundo humanitário para buscar “a solução de um gravíssimo problema – a transformação dos escravos de hontem em amigos de hoje – apagando pela influência da caridade as negras páginas dos cruéis sofrimentos das raças durante tantos séculos escravizadas”²⁴⁷. Mais adiante continua o jornal: “Em 1871, a lei avaliou

²⁴⁶ IDEM. P.4

²⁴⁷ O LIBERAL DO PARÁ. No. 223. 04/10/1887. p. 1

em 7 anos, no máximo, os serviços do escravizado para resgatar a sua liberdade; já La vão 16 anos e conservamos escravos”²⁴⁸. E relata a seguinte informação:

“Um dia, em Londres, então grande mercado de escravos, onde existiam mais de 20.000, houve um juiz, que proclamou a liberdade delles por uma simples ordem de *habeas corpus*”.

- *É a ruina* – ouviu de todos os lados o magistrado.

- *Fiat justitia, ruat coelum* – respondeu tranquili.

“Quando teremos um *Mansfield*? Porque tarda?”²⁴⁹.

Continuando no noticiário, a mesma publicação informa mais adiante a ligação da “Sociedade Auxiliadora da Instrucção”, com a Maçonaria. Pois dá em seu noticioso que esta sociedade reuniu-se na loja maçônica “Firmeza e Humanidade”, “para distribuição de cartas de liberdade às 8 horas da noute”²⁵⁰. No decorrer da notícia, informa ainda sobre o papel desempenhado pelas lojas maçônicas, nesta campanha levada a efeito pela dita “Sociedade Auxiliadora da Instrucção”, ao informar, em seu encerramento, feito pelo Sr. Manoel Ferreira Vasques, que:

“Tratando do fim da reunião diz, que é a distribuição de cartas de liberdade promovida pela loja Firmeza e Humanidade; que a idéia de uma kermesse, foi concebida pela loja Harmonia e Fraternidade, que celebrou a sua festa em 28 do mez passado. À Firmeza e Humanidade pertence a execução d’esta parte da kermesse que levou a effeito com seus elementos, e apoiada pela generosidade do público”²⁵¹.

Diz ainda na mesma página que, das 51 cartas de liberdade, 43 foram promovidas pela referida sociedade e 11 por diversas sociedades, destacando o auxílio da loja *Cosmopolita*²⁵².

O mesmo jornal noticia em um “communicado” uma festa maçônica, realizada pela “benemérita loja maçônica *Cosmopolita*, solemnizando sabbado a, à noite, a posse de sua nova administração”, com a presença de “todas as beneméritas lojas desta cidade”, e que “para corôar dignamente esta festa, seguiu-se a cerimonia de entrega das cartas de liberdade concedidas voluntária e generosamente, em louvor da loja *Cosmopolita*”²⁵³. Segue-se anunciando as lojas presentes através de seus representantes: “Antonio R. Barata por parte da loja *Aurora*; dr.

²⁴⁸ IDEM. P. 1

²⁴⁹ IDEM. p.1

²⁵⁰ IDEM. p.1

²⁵¹ IDEM. p.1

²⁵² IDEM. P.1

²⁵³ IDEM. No. 94. 25/04/1888. p. 2

Domingos Olimpio, pela *Renascença*; Afonso Pacheco, pela *Harmonia e Fraternidade*; dr. Guimarães, pela *Harmonia* e Cardoso de Faria, pela *Firmeza e humanidade*”²⁵⁴.

Este tipo de noticiário, dado com amplo destaque em jornais de grande circulação, mostra a presença e o engajamento da Maçonaria paraense na luta pela abolição da escravatura, já que nesta noite, seguiu-se uma série de entrega de cartas de liberdade, em que eram nominados os escravos individualmente²⁵⁵. Interessante que, nesta noite, os escravos libertados o foram pelas mulheres presentes à loja, como se vê nas informações descritas.

“Para coroar dignamente esta festa, seguiu-se a cerimonia da entrega das cartas de liberdade concedidas voluntária e generosamente, em louvor da loja *Cosmopolita*, pelo Sr. Manoel Gonçalves de Brito ao seu escravizado Silvestre; exma. sra. d. Maria José do Couto à sua escravizada Marcolina; exma. sra. Júlia Toscano de Vasconcellos à sua escravizada Agostinha; exma. sra. d. Maria Augusta da Motta Cardoso à sua escravizada Feliciano; sra. d. Lidia Augusta da Motta Veiga à sua escravizada Rosa, desistindo dos serviços do filho, o ingênuo Acrisio. Estes philanthrópicos actos foram recebidos com entusiasticos aplausos”²⁵⁶.

A estes fatos, seguiram-se discursos que ressaltavam que “a escravidão, esta vergonha do século, já há muito teria desaparecido, se o espírito da mulher verdadeiramente cultivado, incutisse, desde o berço, no animo de seu filhinho, o horror ao despotismo, à tyrania, à escravidão”²⁵⁷.

.....
“Teria desaparecido, sem dúvida, se o coração da mulher, cheio d’amor e de caricias, se levantasse aos olhos da humanidade, pedindo ao homem a liberdade do homem”²⁵⁸.

Vê-se, portanto, que as lojas maçônicas estavam profundamente empenhadas na campanha abolicionista, realizando sessões coletivas de libertação de escravos, atraindo senhoras, proprietárias de escravos, duas delas eram esposas de maçons²⁵⁹, no interesse, provável de mobilizar a sociedade através de seus mais diversos seguimentos, tornando assim a posição dos escravocratas como algo vergonhoso, diante da atitude de senhoras libertando suas escravas e escravos.

²⁵⁴ IDEM. P. 2

²⁵⁵ IDEM. P. 2

²⁵⁶ IDEM. P. 2

²⁵⁷ IDEM. P. 2

²⁵⁸ ÍDEM. P. 2

²⁵⁹ IDEM. P.2

Interessante também, é a notícia que aparece no mesmo jornal, na mesma edição, em sua página 3, na qual é noticiada a informação de que o município de Mojú, no interior do Pará, deixou de ter escravos, como vemos a seguir:

“- Mojú remido – A freguesia do Moju não tem mais escravos dentro de si.

O Sr. Tenente-coronel Diogo Henderson deo a liberdade sem ônus ao seu escravizado Manoel, de 19 annos, e Aguida de 18 annos; e o Sr. collector geral Antonio Ferreira Ferrão deo também a liberdade sem ônus ao seu único escravizado João.

Eram os que existiam no povoado.

Urra pela liberdade”²⁶⁰.

Esta notícia é interessante, porque ainda hoje, quando se passa no município de Moju, os seus moradores falam com orgulho, de um canal que existe lá, que liga o rio Moju ao rio Guamá, e que eles afirmam, “foi construído à mão pelos escravos”.

Uma importante iniciativa levada a efeito pela “Associação Philantropica d’Emancipação d’Escravos”, foi a criação das “caixas libertadoras”, cuja iniciativa foi do maçom, dr. Cordeiro de Castro, conforme descrito na “A Província do Pará”, em sua edição de 29/05/1882, em cujo noticiário é destacada a presença da Maçonaria a respeito deste fato, através do autor da proposta e do apoio que teve de sua loja maçônica. Nesta notícia o jornal informa que “O nosso amigo dr. Cordeiro de Castro requereu hontem à Câmara Municipal, em nome d’Associação Philantropica d’Emancipação d’Escravos, permissão para fazer colocar no mercado público, nas ruas e praças mais freqüentadas da capital **caixas libertadoras**, onde os filhos do povo e do trabalho e até os próprios escravos poderão depositar diariamente, sem acanhamento o modesto óbolo, que terá por fim augmentar o capital social destinado à remissão de tantos desses infelizes, que ainda gemem sob o férreo jugo da escravidão”²⁶¹.

Mais adiante, no mesmo noticiário, o jornal revela a condição de maçom do autor da iniciativa. “ainda hontem, recebeu esse nosso amigo, uma carta de seu illustre “irmão”, Sr. C. Magno Loureiro, Venerável da Aug.: loj.: Cap.: Harm.: e Frat.: , scientificando-lhe haver tomado na merecida consideração o seu pedido em favor dos libertandos e nesse intuito feito distribuir circulares pedindo donativos à liberalidade reconhecida dos irms.: dessa Res.: Loj.: , cujas famílias teem em seu seio pessoas bastantemente prendadas”.

“Nossos cordiais parabéns à benemérita Associação Philantropica”²⁶².

²⁶⁰ IDEM. P. 3

²⁶¹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. No. 111. 29/05/1882. p. 3. Biblioteca Arthur Vianna. Centur. Belém.

²⁶² IDEM.

Uma importante figura de maçom que vai destacar-se nesse período, é a de Serzedelo Corrêa, que também foi uma das figuras proeminentes da Maçonaria paraense e que, na condição de militar, usou de sua posição na defesa dos escravos, como nos descreve Clóvis Morais Rêgo, em sua obra “Serzedelo Corrêa – Homem de Pensamento”.

“abolicionista por convicção, firmando com Jaime Benévolo, a memorável exortação de 23 de outubro de 1887 à S. A. Regente, por intermédio do presidente do Clube Militar, conclamando-a a não consentir que nos destacamentos do exército que seguiam para o interior, com o fim, sem dúvida, de manter a ordem, tranqüilizar a população e garantir a inviolabilidade das famílias, os soldados fossem encarregados da captura de pobres negros que fugiam à escravidão, “ou porque vivessem já cansados de lhe sofrerem os horrores ou porque um raio de luz da liberdade lhes tenha aquecido o coração e iluminado a alma”, para finalmente sentenciar: “O exército espera que o Governo Imperial conceder-lhe-á o que respeitosamente pede em nome da honra da própria bandeira que defende”²⁶³.

Serzedelo Corrêa, como muitos dos maçons paraenses da época, envolveu-se em todas as questões “libertárias” de seu tempo. Como descrito na obra de Morais Rêgo, o General de Brigada Inocêncio Serzedelo Corrêa, nascido em Belém (PA), foi engenheiro militar, abolicionista e republicano, companheiro de Lauro Sodré no Colégio Militar. Como este, iniciou-se na Maçonaria na segunda metade do século XIX e, ainda descrito por Morais Rêgo como dotado de inteligência incomum, concluiu com distinção todos os cursos de carreira, tendo sido importante articulador da proclamação da República²⁶⁴.

Serzedelo Corrêa, após a queda da monarquia, foi nomeado Governador do Paraná e depois Ministro das Relações Exteriores cumulativamente com a Pasta da Justiça. Foi, ainda, Ministro da Fazenda, da Agricultura e Deputado Constituinte em 1891²⁶⁵.

Inocêncio Serzedelo Corrêa, paraense de nascimento, destacou-se quando foi Ministro da Fazenda no período de 31/08/1892 a 30/04/1893, por ter sido “responsável pela regulamentação e funcionamento do Tribunal de Contas da União, cuja autonomia defendeu, não só como órgão

²⁶³ RÊGO, Clóvis Morais. “Serzedelo Corrêa – Homem de Pensamento – 2ª. edição- Belém: Cejup. 2008. p.25.

²⁶⁴ Op. Cit.

²⁶⁵ Op. Cit.

que registrasse as despesas, mas, sobretudo, como instituição moralizadora dos gastos públicos”²⁶⁶.

A “Província do Pará”, em sua edição de 14/05/1888, às f. 03, informa sobre “imponente festa maçônica, realizada na noite de 12 do corrente, pela Loja Maçônica Harmonia, à Travessa Sete de Setembro”, descrevendo a iluminação e o engalanamento da loja, com a presença de grande número de maçons, que por sua vez eram “altamente graduados no mundo profano”, descrevendo em seguida a sessão que teve início às 09 horas, verificando-se a “entrega de 15 cartas de liberdade obtidas antes da apresentação às Câmaras, antes do projecto, hoje convertido em lei, extinguindo o elemento servil”²⁶⁷.

O mesmo noticiário destaca ainda o discurso feito pelo orador da Loja Harmonia, que ao referir-se ao movimento abolicionista, enfatizou a presença do “chefe do movimento redemptor nesta província, o preclaro maçom, exc. sr. dr Joaquim José de Assis”²⁶⁸, sobre o qual são feitos vários elogios, inclusive ressaltando que o Dr. Assis encontrava-se na Europa, “em que o abolicionismo apenas começava a ensaiar sua propaganda nesta província”, relatando que, este, ao retornar, por iniciativa sua, sua família realizou “a libertação espontânea e gratuita de todos os escravizados, em número superior a 60, pertencentes a toda a sua Exma. família”²⁶⁹, de ricos fazendeiros do Marajó²⁷⁰.

Quanto mais nos aproximamos do final da década de 1880, mais se intensificam as campanhas libertárias. Já às vésperas da abolição, surge ainda no Pará, a Liga Redemptora, que “tem encontrado geral aceitação a idéia de lavar-se da mancha negra o município desta capital”²⁷¹.

Interessante notar que esta Liga Redemptora, juntamente com a Sociedade Reacção contra a Escravidão, vão iniciar uma campanha para abolir a escravidão em Belém, com a realização de libertação de escravos por ruas ou distritos como vemos no noticiário dos jornais da época.

O noticiário de “A Província do Pará”, nos primeiros dias de maio de 1888, fala bastante sobre a libertação de escravos, considerando as ruas “libertas”, como reproduz no seu noticiário de 08/05/1888, ao noticiar uma reunião da Sociedade Reacção contra a Escravidão, em que faz uma sinopse da sessão de 03 de maio desta sociedade, em que informa “que o Conselheiro Paes

²⁶⁶ Prospecto editado pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará quando da comemoração do sesquicentenário de Inocêncio Serzedelo Corrêa. Belém (PA), 16 de junho de 2008.

²⁶⁷ A província do Pará. 14/05/1888. p. 03

²⁶⁸ IDEM.

²⁶⁹ IDEM.

²⁷⁰ SARGES, Maria de Nazaré. Op. Cit. p.45.

²⁷¹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. 04/041888. No. 3566. p. 2. Biblioteca Arthur Vianna. Centur

de Andrade, reunio-se na noite de 01 do corrente e que no desempenho de sua missão, percorreu novamente a Parochia, obtendo o seguinte resultado”²⁷², passando então a enumerar as ruas libertas.

“Rua de S. Vicente de Fora – D. Juliana A. da Encarnação Borrvalho acquiesceu, finalmente, em dar liberdade aos seus escravizados Iria, Pedro e Manoel, sob a condição porém, de prestação de serviço até o anno de 1889”.

“O Sr. Joaquim A. E. borrvalho ao seu escravizado Felipe, sob a mesma condição”.

O Sr. João Coelho E. Borrvalho ao seu escravizado Heliodor, ainda sob a mesma condição”.

“Praça Baptista Campos – A exma. esposa do Sr João Caetano Bareto garantio a carta de uma sua escravizada”.

“Estão assim livres aquella reua e esta praça”²⁷³.

E assim tem continuidade o noticiário, informando ainda que na “Rua dos Tamoios – A exma. família Rodrigues Bentes, supondo residir no 1º. Districto, já deu à Liga Redentora a carta dos seus escravizados”.

“Está livre essa rua”.

Mais adiante informa sobre a libertação de escravos à Rua Arciprestes Manoel Teodoro, informando que também “não tem mais escravizados nessa rua”²⁷⁴.

Posteriormente faz a seguinte referência.

“Rua do Conselheiro Furtado – O Sr. José Narciso do Amaral entregou ao Conselheiro Paes de Andrade 4 cartas de seus escravizados e garantio a de mais 2 que se acham em fuga, logo que apareçam”.

“O Sr. Higino Gomes comprometeu-se igualmente a passar a carta de uma única escravizada que possui”²⁷⁵.

No mesmo noticiário, temos ainda a informação de que “o Sr. presidente nomeou uma comissão, para organizarem o livro de ouro, e convidou todos os relatores das comissões para uma reunião sobre as baixas das matrículas”.

“O Sr. presidente pede ainda à sociedade que determine o dia para a solemne proclamação da libertação da parochia”²⁷⁶.

²⁷² A PROVÍNCIA DO PARÁ, n0. 3594, DE 08/05/1888, P.2. Biblioteca Arthur Vianna, Centur – Belém.

²⁷³ IDEM.

²⁷⁴ IDEM.

²⁷⁵ IDEM. P. 3

Interessante notar que neste noticiário aparece como membro dessa comissão, o Dr. Camilo Salgado, líder espírita e médico, conhecido por sua bondade e por atender gratuitamente aos pobres e que ainda hoje é cultuado entre a população de Belém.

Às vésperas da abolição, “A Província do Pará”, traz em seu noticiário, como uma “Grande solenidade Redemptora – a libertação da Parochia da Trindade – que proclamou antehontem a redempção dos seus escravizados”²⁷⁷. Informando sobre a grande festa popular organizada então, com a presença numerosa de pessoas que afluíam de todos os pontos da cidade, “enchendo a praça da matriz, galhardamente decorada com trophéus nos coretos onde tocavam duas bandas marciais”, referencia o jornal sobre o arrebatamento que tomou conta da multidão quando “o exmo. Sr. conselheiro Tito Franco, presidente da Liga Redemptora, ao assumir a grade do coreto d`onde falavam os oradores, foi victoriado pela multidão. Seu improviso arrebatador e cheio de conceitos nobres e convincentes, foi muitas vezes interrompido pelos multiplicativos applausos que lhe cobriam a voz”²⁷⁸. Destaque-se Tito Franco era nessa época um dos mais importantes dirigentes maçônicos no estado, conforme já referenciado anteriormente. Porém, o que dá maior destaque à participação dos maçons neste ato, é a informação que é dada na continuidade do noticiário, em que “Sr. conselheiro Tito Franco, ..., deu a palavra ao Sr. dr. Justo Ribeiro, como representante de diversas associações beneficentes, o qual falou assim”²⁷⁹:

“Eu sou um enviado dos obreiros da caridade.

Elles também vêm tomar parte nas festas redemptoras com o mesmo entusiasmo que desperta nos corações patrióticos, o sentimento christão do cumprimento de um dever”.

(...)

“Nas quatro grandes épocas nacionaes, que são as quatro datas gloriosas da nossa história, a Maçonaria brasileira ocupou o eu posto de honra com distincção e hombridade”²⁸⁰.

Importante destacar também, que, anteriormente à proclamação da liberdade da paróquia da Trindade, “A Província do Pará”, em seu número de 01/05/1888, em uma coluna denominada “Festas Precursoras”, refere-se sobre a libertação do distrito de Pinheiro, hoje denominado

²⁷⁶ IDEM.

²⁷⁷ IDEM. No. 3598. 12/051188. p. 02.

²⁷⁸ IDEM.

²⁷⁹ IDEM.

²⁸⁰ IDEM.

Icoaraci, na grande Belém, que na época só chegava-se de barcos. O noticiário nos informa do “Bello espetáculo apresentava ante-hontem a baía do Guajará”.

“Quase todas as embarcações ali surtas amanheceram embandeiradas em arcos; ou trapiches tinham as suas bandeiras desfraldadas; grande número de barcos a vapor estavam em movimento”.

“A noticia da festa que ia ter lugar na povoação de Pinheiro, redimi-la da escravidão, excitou a curiosidade da população de Belém, a qual em numero considerável, afluio para o cães, a fim de assitir a partida da expedição redemptora”²⁸¹.

No decorrer do noticiário, mais uma vez é percebida a forte presença e influência da Maçonaria nestes atos, pois ao noticiar o desembarque em Pinheiros e a festa que se seguiu, com a proclamação do Pinheiro-livre, informa o referido jornal que “ahi, o mesmo Sr. dr. Joaquim José de Assis, por parte da Liga Redemptora e da respectiva comissão, declarou livre da mancha negra aquella povoação, levantando entusiásticos vivas, que foram calorosamente correspondidos”²⁸². Assim, mais uma vez aparece o líder maçom, Dr. Assis, em ato proeminente da campanha emancipacionista.

Em 15/05/1888, o mesmo “A Província do Pará”, informa sobre as comemorações que seguiram-se a assinatura da Lei Áurea, referindo-se aos mesmos em sua coluna “Os Festivais Abolicionistas”.

“Ainda não terminaram as festas da redempção.

O povo paraense ainda não está satisfeito; quer manifestar por novas formas o seu júbilo, e sua extrema alegria, pelo facto que, segundo refere o fio eléctrico, foram excitando a admiração, o pasmo do mundo inteiro”²⁸³.

O mesmo jornal passa então a relatar a grande festa do dia 15 de maio de 1888, na cidade de Belém e as homenagens por onde passava a grande passeata, com foguetes e até salva de 21 tiros e destaca que “no Liberal do Pará”, saudou a sua redacção o Sr. Vasques, respondendo o Sr. Tito Franco com um eloquentíssimo discurso”. A redacção do Diário de Notícias foi cumprimentada pelo Sr. Rebello, respondendo os srs. Campbell e Juvenal Tavares”. Saudou “A Província do Pará” Sr. Rebello, que foi respondido pelo nosso estimável colega Sr. dr. Álvares da

²⁸¹ IDEM. 01/05/1888. P. 2.

²⁸² IDEM.

²⁸³ IDEM. No. 3602. 15/05/1888. p. 02

Costa²⁸⁴. Ressalte-se que os dois principais jornais diários envolvidos na campanha abolicionista eram dirigidos por maçons. “O Liberal do Pará”, fundado e dirigido pelo ilustre maçom Tito Franco e “A Província do Pará”, fundada e dirigida pelos notórios maçons Joaquim José de Assis, o Dr. Assis, e o futuro Intendente de Belém, Antonio Lemos.

Na continuidade de seu noticiário, informa o mesmo jornal que a passeata comemorativa da abolição da escravatura passou pelo Grêmio Litterario Portuguez onde falou o Sr. Rebello “e respondeu o digno presidente d’aquella útil instituição”, afirmando mais adiante que “o commercio também foi saudado pelas lojas Harmonia e Harmonia e Fraternidade, que espalharam bellas e odoríferas flores sobre os manifestantes”²⁸⁵.

Em outra coluna, o jornal informa sobre outra manifestação ocorrida a noite na coluna denominada “A Grande Procissão Cívica”.

Foi uma causa imponente e deslumbrante a procissão cívica, que desfilou da Praça da Independência às 7 horas da noite”.

(...)

“Seguia-se um esquadrão de cavalheiros, as bandas de música do 15º. Batalhão de infantaria e do arsenal de guerra; o Club “Deus, Pátria e Liberdade”; um grande carro conduzindo uma pyramide representando o progresso; todas as lojas maçônicas representadas com comissões levando os respectivos estandartes; comissões do commercio, da Real Sociedade Portuguesa Beneficente, do Grêmio Litterario Português”...²⁸⁶.

Informa ainda da presença de outras associações, assim como representantes da imprensa, destacando a presença do “Liberal do Pará” e da “Província do Pará”, além dos jornais “Diário do Grão-Pará”, “Diário de Belém”, “Diário de Notícias”, “Comércio do Pará”, e “Amazônia”²⁸⁷.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se percebe, ao longo de todo este trabalho, procuramos mostrar as origens da Maçonaria, ligada ao processo liberal iniciado nos anos do iluminismo do século XVIII, e a trajetória histórica desta sociedade aos ideais de liberdade, desencadeados pelo pensamento iluminista que refletiram-se nos movimentos revolucionários que levaram às lutas de

²⁸⁴ IDEM.

²⁸⁵ IDEM.

²⁸⁶ IDEM. P. 03

²⁸⁷ IDEM. P. 03

independência dos povos da América, iniciada pela revolução americana e às revoluções liberais ocorridas na Europa, desencadeadas principalmente à partir do revolução francesa.

São esses ideais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” que colocam a Maçonaria brasileira, cujo histórico de penetração no Brasil também buscamos abordar, para destacar sua participação no movimento de independência e nas campanhas abolicionista e republicana, sendo o eixo principal deste trabalho a demonstração da participação da Maçonaria brasileira, no seu conjunto, na campanha abolicionista, destacando os acontecimentos do Ceará, Rio Grande do Norte e Amazonas, além da atuação parlamentar dos maçons, que estiveram à frente das principais leis promulgadas no processo de emancipação da escravidão no Brasil.

Finalmente, trabalharemos a participação da Maçonaria paraense na campanha abolicionista no estado do Pará, apresentando farta documentação demonstrativa desta atuação, envolvendo a documentação existente nos arquivos públicos, principalmente jornais e, em alguns casos, atas de lojas maçônicas, documentação esta que não pudemos aprofundar mais, em grande parte por causa da perda desse acervo na maioria das lojas maçônicas.

Buscamos destacar também a participação individual de maçons nas organizações abolicionistas e a sua atuação através dos órgãos de imprensa, muitos dos quais fundados por próprios maçons, e que tiveram importante engajamento nos movimentos de seu tempo, principalmente na questão da abolição do trabalho servil, versando “en passant” a questão religiosa entre a Maçonaria e a Igreja, com este conflito envolvendo também o Estado Imperial, sem a perda do eixo principal que deste trabalho: a questão abolicionista.

Ao apresentar esta temática, além de tentar levantar uma historiografia, “meio esquecida”, esperamos também possibilitar novos caminhos às pesquisas referentes a estas temáticas, apontando a necessidade de produções historiográficas novas, apreendendo-se então que a construção de movimentos sociais e fatos históricos relevantes, muitas vezes, eles estão além do processo unicamente político-partidário, distanciando-se um pouco, assim, da reprodução da memória histórica produzida mais pelos caminhos oficiais e, muitas vezes, esquecendo a atuação subterrânea de organismos que influenciam enormemente o desencadear de muitos fatos históricos.

Portanto, o estudo desenvolvido neste trabalho considera que o movimento abolicionista, como movimento social, juntamente com os movimentos republicano e de independência, foram os movimentos mais importantes, não só do século XIX no Brasil, mas de toda a sua história até os dias de hoje. A abolição da escravatura representou, no dizer de muitos, a mais importante

revolução social ocorrida no Brasil, pois foi a única em nossa história, que mudou o modo de produção e as relações de trabalho, sendo importante enunciar que este movimento manifestou-se em vários setores da sociedade e de alguma forma estava relacionado às concepções de ciência e modernidade que vigoraram no Brasil ao longo do século XIX.

Nesse sentido, a Maçonaria paraense acompanhou a tradição da Maçonaria universal, de um posicionamento liberal nas questões do seu tempo, traduzindo regionalmente os conceitos que acompanhavam a Maçonaria moderna desde o seu início, como Maçonaria especulativa, aparecido no início do século XVIII, influenciada que foi pelo pensamento iluminista, sem deixar de lado a sua tradição esotérica. Foi, porém, em sua atuação política exotérica, que a Maçonaria se envolveu nas grandes questões políticas dos séculos XVIII e XIX, sendo um local de encontro de intelectuais que tinham aí a possibilidade do livre debate, em uma época na qual ainda não estavam devidamente amadurecidos os partidos políticos e as organizações sociais, ainda eram, em grande parte apenas uma perspectiva, com o aparecimento dos sindicatos na Europa, sendo que no Brasil, onde imperava o trabalho escravo, esta questão não se cogitava, até então.

Os escravos, por sua vez, embrutecidos pelo analfabetismo e o trabalho opressivo, não representavam uma organicidade capaz de atuar como força organizada na sociedade, exprimindo sua revolta contra a situação por eles vivida através da fuga e dos levantes que propiciavam fugas em massa. Nesse contexto, os maçons, debatendo e atuando dentro de suas lojas e articulados com forças organizadas da época, como os políticos liberais, intelectuais positivistas, muitos dos quais também eram maçons, assim como o movimento republicano, que também teve ampla participação maçônica²⁸⁸. Foi a Maçonaria um elemento de grande importância, pela sua representatividade e influência naquele momento, na luta pela abolição do trabalho escravo no Brasil, em todo o país.

Foi o que procuramos demonstrar neste trabalho, focando na atuação da ordem maçônica e dos maçons no Pará, na questão abolicionista, atuando, seja através das lojas maçônicas, através da participação individual de maçons, bem como atuando nos partidos políticos e ou nas organizações emancipacionistas, utilizando ainda os recursos da Maçonaria para levantamento de fundos emancipacionistas e principalmente com grande atuação na imprensa da época, que foi o elemento divulgador e mobilizador dos ideais abolicionistas, com grande parte dessa imprensa fundada e pertencente a maçons, conforme amplamente demonstrado ao longo do presente trabalho.

²⁸⁸ CASTELLANI, José. Op. Cit.

FONTES:

Impressas (Setor de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Viana)

Homenagem ao Pod. jr. Grão Mestre da Maçonaria Brasileira Dr. Lauro Sodré 1911.

MEIRA, Octavio. *Memórias do Quase Ontem*. Belém: Lidador, 1976.

Mac-Doweel, Dr. Samuel Wallace. No Parlamento brasileiro em sessão de 10 de agosto de 1885, por ocasião da discussão do projecto da extinção gradual do elemento servil. Pará:

Typ. de F. da Costa Junior,1885.XIV.

Silva, Severino. Senhores e escravos, 1928.

Jornais (Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Arthur Viana)

O Pelicano,	1872 a 1874
Diário de Noticias,	1887 a 1888
A República,	1897, 1899, 1900
A Província do Pará,	1876 a 1890
O Liberal do Pará.....	1887 a 1888
Treze de Maio.....	1845 a 1861
O Abolicionista paraense.....	1883 a 1884
A Flamígera: revista maçônica.....	1873
O filho da Viúva: hebdomadário dedicado à causa maçônica.....	1873
A liberdade.....	1881 a 1884

Arquivo Público do Estado do Pará :

Fundo Legislativo

Atas	1885 a 1889
Mensagens.....	1885 a 1889
Ofícios.....	1885 a 1889

Arquivo do GOB. Sede do GOB – Brasília:

Boletins.....	1872, 1875, 1911
---------------	------------------

ACERVO DAS LOJAS MAÇÔNICAS:

Atas de reuniões.....	1872 a 1889
Relatórios.....	1872 a 1889
Mensagens.....	1872 a 1889
Ofícios.....	1872 a 1889

NA INTERNET

[http/ www. Maçonariado Brasil. Org.br](http://www.MaçonariadoBrasil.Org.br)

[www. Lojasmaçonicas.com.br](http://www.Lojasmaçonicas.com.br)

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA:

Academia Brasileira Maçônica de Letras. Formação Histórica da Maçonaria. Rio de

Janeiro: (S. N), 1981.

ALBUQUERQUE, A. Tenório. *A Maçonaria e a Libertação dos Escravos*. Ed. Aurora, Rio de Janeiro, 1970.

_____ *A Maçonaria e a Inconfidência Mineira*. Rio de Janeiro, Ed. Espiritualista, 1958.

_____ *A Maçonaria e a Independência do Brasil*. . Rio de Janeiro. Ed. Espiritualista, 1959.

_____ *O que é Maçonaria*. Rio de Janeiro, Aurora, s/d

ADOUM, Jorge. *Do Mestre Maçom e seus Mistérios. 3º. Grau*. Sap Paulo, Ed. Pensamento, 1997.

_____ *Grau de Companheiro e seus Mistérios*. São Paulo, Ed. Pensamento, 1997.

ALENCAR, Renato. *Enciclopédia Histórica do Mundo Maçônico*. Ed. Maçônica, Rio de Janeiro, 1978.

AMAZONIA-BIBLIOGRAFIA. CPJ, GEA, RIGH. Catálogo de Jornais Paraoaras.

ANATALINO, João. *Conhecendo a Arte Real – A Maçonaria e suas Influências Históricas e Filosóficas*. Madras. S. Paulo, 2007.

ARÃO, Manoel. *História da Maçonaria no Brasil*. Recife, Ed. Do autor, 1926.

ASLAN, Nicola. *História Geral da Maçonaria: fatos da Maçonaria brasileira*. Rio de Janeiro, Aurora, 1979.

BAÇAN, Lourivaldo Perez. *O Livro Secreto da Maçonaria*. Universo dos Livros, 2008.

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação dos pedreiros livres brasileiros (1870 – 1910)*. Ed. Da Unicamp, 2000.

BARATA, Manuel. *Formação Histórica do Pará*. Ed. UFPa. Belém, 1973.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *Questão Religiosa*. IN: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 2a. Ed. Tomo II, vol. 4º. São Paulo, Difel, 1974.

BÉDARRIDE, Armand. *Desbastando a Pedra Bruta*. Juiz de Fora, MG: Instituto Maria, departamento editorial, 1988.

BENIMELLI, José A. Ferrer. *Arquivos Secretos do Vaticano e a Franco-Maçonaria*. Madras. S. Paulo, 2007.

BESOUCHET, Lídia. *Mauá e seu tempo*. São Paulo, 1942.

BEZERRA NETO, José Maia. *História urbana de Liberdade: escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1868*. Revista Afro-Ásia, 2002.

- BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo, UNESP, 1997.
- CALMON, Pedro. *História Social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial*. São Paulo, Martins Fontes, 2002.
- _____. *História da Escravidão*. Rio de Janeiro: Conquista, 1975.
- CAMIÑO, Rizzardo da. *O Aprendiz Maçom*. São Paulo, Madras, 2000.
- _____. *Rito Escocês Antigo e Aceito*. São Paulo, Madras, 2004.
- _____. *Os Graus Inefáveis: loja de perfeição*. Rio de Janeiro, Aurora, S/d.
- _____. *A Cadeia de União*. Rio de Janeiro, Aurora, 1977.
- _____. *Simbolismo do primeiro grau: aprendiz*. São Paulo, Madras, 1998.
- CAPARELLI, Davis. *Enciclopédia Maçônica*. Ed. Madras. S. Paulo, 2008.
- CASTELLANI, José. *A Ação Secreta da Maçonaria na Política Mundial*. Landmark, S. Paulo, 2002.
- _____. *A Maçonaria na Década da Abolição e da República*. Ed. A Trolha. Londrina, 2001.
- _____. *História do Grande Oriente do Brasil*. Gráfica e Editora do Grande Oriente do Brasil. Brasília, D. F. , 1993.
- _____. *Os Maçons na Independência do Brasil*. Ed. A Trolha, 1993.
- COELHO, Geraldo Mártires. *No Coração do Povo: o monumento à República em Belém: (1891-1897)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- COLUSSI, Eliana. *A Maçonaria Brasileira no século XIX*. Ed. Saraiva, S. Paulo, 2002 .
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, Emilia Viotti. *A Abolição*. Global Editora. S. Paulo, 1982.
- _____. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. Ed. Ciências Humanas. S. Paulo, 1979.
- COSTA, Frederico Guilherme. *A Maçonaria Dissecada*. Ed. A Trolha. Londrina, 1995.
- _____. *A Maçonaria e a Emancipação do Escravo*. Ed. A Trolha. Londrina, 1999.
- COSTA, Wagner Veneziani. *Maçonaria: escola de mistérios: a antiga tradição e seus símbolos*. São Paulo: Madras, 2006.
- CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1973.
- _____. *História de Belém*. Belém: Ed. UFPa, 1973, 2vols.

_____ *Ruas de Belém*. Ed. Cejup.

DISCURSOS PARLAMENTARES. Typ. F. da Costa Júnior. 1885. Impressas. Setor de Obras Raras. Biblioteca Arthur Vianna. Centur. Belém.

FARIAS, William Gaia. *A Construção da República no Pará (1886-1897)*. Niterói, Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, 2005.

FIGUEIREDO, Joaquim Gervásio de. *Dicionário de Maçonaria*. Ed. Pensamento. São Paulo, 2008.

GUIMARÃES, Ildefonso. *Coisas da Maçonaria*. Belém, Cultural Cejup. 1989.

GOMES, Manoel. *A Maçonaria na História do Brasil*. Rio de Janeiro, Aurora, s/d.

HOBBSBAWN, Eric. *A Era do Capital. 1848 – 1875*. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1982.

_____ *A Era das Revoluções. 1879 – 1848*. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1982.

_____ *A Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. 3°. Volume. Ed. Difel. S. Paulo, 1969.

_____ 1o. Volume. Difel. S. Paulo, 1976.

HUTIN, Serge. *As Sociedades Secretas*. São Paulo: Difel, 1959.

LA TIERCE, Histoire dès F. M. Contenant um Recueil des Pièces Apologétiques pour les Très Venerable Ordre de la M. (História dos Franco-Maçons contendo uma Coleção de Peças Apologéticas para a mui Venerável Ordem da Maçonaria). Lórient, 1745. IN, BENIMELLI, José A. Ferrer.. *Arquivos Secretos do Vaticano e a Franco-Maçonaria*. São Paulo "Madras, 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

LEADBEATER, C. W. *A História Secreta da Maçonaria*. Sap Paulo, Madras, 2003.

LIMA, Adelino de Figueiredo. *Nos Bastidores do Mistério – Episódios Dramáticos da História das Sociedades Secretas nas Lutas pela Liberdade e pela Independência dos Povos*. Spiker, Rio de Janeiro- 3ª. Edição. 1958.

LIMA, Archimiro. *A linguagem dos símbolos; Maçonaria*. Belém: Guajarina, 1933.

MACHADO, Maria P.T. *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/EDUSP, 1994.

MACNULTY, W. Kirk. *A Maçonaria – símbolos, segredos e significados*. Ed. Martins Fontes. S. Paulo, 2007.

MARQUES, A. H. Oliveira. *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*. Ed. Delta. Lisboa,

1986.

MAURO, Afonso. *Renascença. Uma história de amor, de fé e de idealismo*. Edição Independente. Belém, 2002.

MELLOR, Alec. *Dicionário da franco-Maçonaria e dos francos-maçons*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

MENDES, Antonio. *Memórias de um Aprendiz*. Cultural Cejup: Belém, 1991.

MENDES JUNIOR, Antonio e MARANHÃO, Ricardo. *Brasil História – República Velha*. Ed. Brasiliense. S. Paulo, 1979.

MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista (1859 – 1888)*. 2ª. Ed. Brasília: Ed. da UNB, 1986, Col. Jornais Brasileiros.

MORETTI, Fernando. *A Maçonaria nas Américas – A Saga em Nossas Terras da Mais Antiga Organização Fraternal*. Ed. Escala. S. Paulo, 2008.

MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva*. Ed. Difel. S. Paulo, 1968.

MOULIN, Milton. *Treze instruções para aprendizes maçons*. Rio de Janeiro, Edições Adonai, 1977.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Petrópolis, Vozes. 5ª. Ed. 1985.

PACE, Carlo. *Resumo Histórico da Maçonaria no Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Do Brasil, 1896.

PATTO, Rodrigo Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

PINAY, Maurice. *Complot contra a Igreja*. Lisboa: J.C. Branco, 1970.

PINTO, Louis. *Pierre Bordieu e a Teoria do Mundo Social*. Rio de Janeiro. FGV, 2000.

PIRES, Joaquim da Silva. *Rituais maçônicos brasileiros*. Ed. A trolha. Londrina, 1996.

RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.

RÊGO, Clóvis Morais. *Serzedello Corrêa – Homem de Pensamento*. 2ª. Ed. Belém, Cejup, 2008.

ROQUE, Carlos. *Antonio Lemos e sua Época*. Belém, Amazônia Edições Culturais, 1973.

_____. *História Geral de Belém e do Grão-Pará*. Belém: DistribeL, 2001.

SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do “Velho Intendente”*: Antônio Lemos (1969-1973). Belém: Paka – Tatu, 2002.

Idem, *Belém: riquezas da belle époque – 1870/1012*. Paka-Tatu. Belém, 2000.

SALLES, Vicente. *Marxismo, Socialismo e os Militantes Excluídos*. Paka-Tatu. Belém, 2001.

_____. *Memorial da Cabanagem*. Cejup. Belém, 1992

_____. *O Negro no Pará sob o Regime da Escravidão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

SCHWARCZ, Lília. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo do final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCISÍNIO, Alaor Eduardo. *Dicionário da Escravidão*. Léo Cristhiano Editorial. Rio de Janeiro, 1997.

SODRÉ, Emmanuel. *Lauro Sodré na História da República*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1970.

SODRÉ, Lauro Nina. *Crenças e Opiniões*. 2ª. Ed. Brasília: FAC-Similar/Senado Federal, 1977.

TOURRET, Fernand. *Chaves da Franco-Maçonaria*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

VIDAL, César. *Os maçons: a sociedade secreta mais influente da história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a Maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília, D.F.: Ed.da UNB, 1980.

VERGOLINO-HENRY, Anaiza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A Presença Africana na Amazônia: uma notícia histórica*. Belém”Arquivo Público do Pará, 1990.

WEISNTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e decadência (1850-1820)*. São Paulo, Hucitec/EDUSP, 1993.